

60
ANOS

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

ESPECIAL
1963-2023

#475

A nação que construímos em 60 anos

A LENTA MUDANÇA
DO PAPEL DA MULHER,
POR MARY DEL PRIORE

ENTREVISTA

Roberto DaMatta

"Muita coisa foi resolvida,
mas é o mesmo Brasil"



HÁ SEIS DÉCADAS
EM CIRCULAÇÃO,
PB ANALISA AS
TRANSFORMAÇÕES
SOCIOECONÔMICAS
NACIONAIS E
OS DESAFIOS
PARA SUPERAR
UMA HISTÓRICA
DÍVIDA SOCIAL

RS27,90



O NOVO MUNDO TRAZ DESAFIOS PARA A SUA EMPRESA, O SENAC TRAZ AS RESPOSTAS.

Sua empresa está alinhada às
mudanças do mundo corporativo?

Com tradição e expertise, o Senac São Paulo desenvolve soluções educacionais customizadas para sua empresa.

Nosso Atendimento Corporativo já capacitou mais de 1 milhão de colaboradores em todo o Brasil, em áreas como Liderança e Vendas, nas modalidades presencial e a distância, incluindo Pós-graduação.



Acesse sp.senac.br/corporativo e saiba mais.



PB | #475

A Problemas Brasileiros (PB) é uma publicação singular que chega aos 60 anos de existência fiel ao propósito de sua criação: estimular o necessário debate à superação de mazelas seculares do País. Sintonizada com a visão da FecomercioSP, entende que o Brasil precisa crescer mantendo e ampliando as conquistas democráticas, com distribuição de renda, incorporando a dimensão da sustentabilidade socioambiental à sua cultura de desenvolvimento.

Uma dívida social contínua

O Brasil experimentou avanços político-econômicos significativos nas últimas seis décadas. Da consolidação do regime democrático à gradativa abertura comercial, mesmo que atrasada, foram inegáveis as conquistas até aqui.

Ultrapassamos um dos períodos mais desafiadores da nossa história recente: a época da hiperinflação, na chegada dos anos 1990, quando o poder de compra das pessoas era corroído todos os dias. Nós, empresários e empresárias, vivenciamos as transformações no comportamento de consumo e as idas e vindas da possibilidade de gerar mais empregos.

Se, por um lado, são evidentes os sinais de progresso, por outro, o País ainda carrega as consequências de modelos de gestão estatal que mantêm intocáveis os graves problemas nacionais. A falta de continuidade das políticas públicas evidencia os erros cometidos e as lições não aprendidas. Para citar um dos equívocos mais crônicos, o crescimento desenfreado da arrecadação do Estado, pouco revertida em soluções efetivas à desigualdade persistente.

Ao mesmo tempo que acompanhamos a modernidade em alguns setores, como na produção de energia limpa, a carência de saneamento básico e a precariedade de hospitais e escolas ainda são realidades em muitas regiões. Sem falar da burocracia, que bloqueia o nosso ambiente de negócios, e das constantes mudanças nas regras do jogo, causa de preocupante insegurança jurídica.

Há 60 anos, o lançamento da Revista **Problemas Brasileiros**, capitaneada pela FecomercioSP, pelo Sesc-SP e pelo Senac-SP, vislumbrou expor e questionar os entraves nacionais ao provocar a mobilização da opinião pública. Alicerçada no preceito da representação, a publicação acompanhou o espírito do tempo, tornando-se ferramenta singular de defesa não só dos interesses empresariais, mas de toda a sociedade.

“O Brasil precisa crescer, mas o crescimento não pode ocorrer pelos mesmos caminhos dos últimos anos.” A frase, extraída do editorial da edição de janeiro de 1992, ainda é atual. Tornar o País um lugar mais eficiente, justo e competitivo é o que nos move e motiva a continuar apontando saídas para os problemas nacionais.

ABRAM SZAJMAN, presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP



8 Carta do editor
LEGADO E PERSPECTIVAS

10 A Revista
SESSENTA ANOS DE PROBLEMAS BRASILEIROS



24 Economia
A CONSTRUÇÃO DO ESTADO

36 Entrevista
ROBERTO DAMATTA: "A FILA É O PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA DEMOCRACIA"

44 Trabalho
CHOQUE ENTRE O VELHO E O NOVO

52 Negócios
OBSTÁCULOS DA COMPETITIVIDADE



56 Entrevista
ISABEL CORRÊA DA SILVA REMEMORA A RELAÇÃO LUSO-BRASILEIRA

58 Educação
AVANÇOS E ATRASOS NAS SALAS DE AULA



70 Entrevista
ANTÓNIO NÓVOA REFLETE SOBRE A ESCOLA DO SÉCULO 21

76 Infraestrutura
URBANIZAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA



82 Meio Ambiente
DILEMA ENTRE CRESCER E PRESERVAR

90 Energia
APOSTA EM FONTES LIMPAS

96 Ensaio
"NASCER MULHER E SE TORNAR MULHER (EM 200 ANOS)", POR MARY DEL PRIORE

100 Notas
CONTEÚDOS EXCLUSIVOS DO SITE PB

102 Artigo
"AUTONOMIA DO PODER PÚBLICO FORTALECE A DEMOCRACIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS", POR AGÊNCIA BORI



104 Entrevista
NELSON JOBIM ANALISA O EQUILÍBRIO ENTRE OS PODERES

110 Futuro
QUE BRASIL TEMOS PELA FRENTE?

114 Grande Angular
PAÍS DE EXTREMOS

20 Memória PB
A HISTÓRIA NAS CAPAS DA REVISTA

34

50

68

80

92



LEGADO E PERSPECTIVAS

Esta edição especial de *Problemas Brasileiros* (PB) retrata o patrimônio analítico construído pela publicação ao longo de seis décadas.

As transformações que moldaram e influenciaram o Brasil da atualidade são apresentadas por meio de um extrato das mais de 450 edições veiculadas desde 1963, além de lúcidas vozes que nos ajudam a entender o País, suas mazelas e virtudes.

A revista *PB* trilhou uma trajetória única enquanto publicação de entidade de classe. Em sintonia com a amplitude de seu espírito crítico, não nos restringimos a discussões político-econômicas. Olhamos para os impasses socioculturais que o País precisa superar a fim de conseguir estar entre as economias mais competitivas e menos desiguais do mundo.

Para além das páginas da revista, uma série de debates ocorrerá neste ano comemorativo. A programação está disponível no site revistapb.com.br.

Uma boa leitura.

LUCAS MOTA | EDITOR DA PB



O BRASIL EM ANÁLISE

A trajetória da Revista *Problemas Brasileiros* é marcada por amplo espaço para debates acerca de questões sociais, econômicas e culturais. Livre de alinhamentos automáticos de qualquer natureza, a publicação acolheu, nas últimas décadas, a análise de especialistas sem deixar de retratar anônimos que vivenciam a realidade brasileira.

HERBERT CARVALHO é jornalista, escritor e mestre internacional de xadrez.
Escreve para a *Problemas Brasileiros* desde 1990.

N

No início da década de 1960, o mundo é impactado por dois acontecimentos marcantes do século 20: a crise dos mísseis em Cuba, auge da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética, e o Concílio Vaticano II, movimento de modernização da Igreja Católica deflagrado pelo papa João XXIII. Por aqui, em janeiro de 1963, o presidente João Goulart recupera, por meio de um plebiscito, os poderes perdidos com a introdução do parlamentarismo, ocorrida dois anos antes.

O plebiscito fora a solução encontrada quando, após a renúncia de Jânio Quadros, os ministros militares se recusaram a permitir a posse imediata do então vice-presidente da República. Jango, como era conhecido, propunha um pacote de leis para regular a propriedade fundiária no campo e nas cidades — as denominadas reformas de base, que incluíam o direito de voto para os analfabetos, que viria a ser reconhecido apenas pela Constituição de 1988.

Assustadas pelo que consideram atitudes extremistas (e mesmo subversivas) do governo, as entidades empresariais da indústria e do comércio passam à oposição. Em São Paulo, como medida de cautela, são criados os Centros da Indústria e do Comércio nas respectivas federações: se houvesse intervenção governamental nas entidades patronais sindicais, seus membros con-

tinuariam atuando por meio das entidades de caráter privado representadas por esses centros.

No caso específico da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, uma medida adicional que se revelaria estratégica foi tomada: a publicação da Revista **Problemas Brasileiros**. Por meio dela, a mensagem dos empresários do setor era clara: embora discordassem das reformas propostas por Goulart, reconheciam a existência de graves questões sociais e econômicas herdadas desde o tempo colonial, que deveriam ser debatidas da forma mais ampla e democrática por toda a sociedade.

O número inaugural, datado de abril de 1963, foi impresso em formato de livro e estampava na capa o plano-piloto de Brasília. O conteúdo trazia as discussões travadas no Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FCESP), atual Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). À época, o instituto era presidido por Brasílio Machado Neto, que assina a carta de apresentação do número de estreia.

Durante os anos de 1960 e 1970, a **PB**, como passou a ser chamada, viveu tempos áureos sob a direção de Rui Nogueira Martins, um conselheiro do Tribunal de Contas do Estado “dado às letras”, segundo a definição de Elio Gaspari no livro *A ditadura encurralada* (Editora Intrínseca).

O jornalista Henrique Pita, editor da **PB** durante mais de 25 anos, conta que a publicação dispunha de um departamento de criação de primeira linha, comandado pelo artista plástico, ilustrador e diagramador Tide Hellmeister



Alguns dos assuntos da primeira edição de PB: intervenção do Estado e a empresa livre e capacidade civil da mulher casada, que havia sido reconhecida por meio de lei em 1962



Em dezembro de 1971, a PB veiculava sua edição de número 100, sob a direção de Rui Nogueira Martins e edição de Pedro Cunha

(1942–2008). “A apresentação gráfica era um show de criatividade. Lembro muito bem da capa que, para ilustrar a degradação das águas marinhas, apresentou uma espinha de peixe rasgando a capa de cima a baixo, e em alto relevo no fundo prateado. Genial.” Essas capas foram expostas numa exposição do designer realizada em 2017, pelo Sesc Bom Retiro, em São Paulo.

REGIME ESPÚRIO

Viviam-se, entretanto, os “Anos de Chumbo”, e os empresários já haviam se desiludido quanto à ditadura militar, instalada em 1964. Pita se recorda de uma matéria publicada com o título “Totalitarismo político”, que desagradou os donos do poder. Soma-se a isso o fato de que Nogueira Martins era também diretor da TV Cultura durante os episódios que culminaram na morte do jornalista Wladimir Herzog, em 1975.

Como gota d’água, em 1977 ocorre o episódio, descrito por Gaspari na obra citada, de uma nota oficial distribuída à imprensa pela Federação do Comércio, vazada nos seguintes termos: “Abre-se, agora, o ciclo da instauração e consolidação das franquias democráticas, do sistema representativo, da participação popular na vida nacional”.

O texto, com as digitais do diretor da **PB**, prosseguia de maneira ainda mais incisiva: “O País deve iniciar a retomada do pleno Estado de direito. Queríamos um regime democrático, e não um regime espúrio quando preparávamos o movimento de 31 de março”. Foi, de acordo com Gaspari, a primeira manifestação de rebeldia empresarial contra o regime militar, que desencadeou pressões que resultaram na suspensão da publicação, no fim da década de 1970.

Em 1979, a **PB** volta a circular, sob a direção do professor catedrático Dorival Teixeira Vieira, um dos representantes paulistas na Conferência das Classes Produtoras, realizada em Teresópolis

(RJ) em 1947, que decidiu pela criação do Sesc, do Senac e das demais entidades do Sistema S.

Psicólogo, economista, sociólogo e administrador de empresas, com mais de 20 livros publicados sobre economia, Vieira obteve o título de doutor com a tese “A evolução do sistema monetário brasileiro”. Também diretor do Conselho de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP na época, ele passa a publicar, como encarte da **PB**, os debates e trabalhos do órgão, prática que se manteria até 2016. A revista entra em fase de contenção de custos e perde a exuberância na apresentação gráfica, mas ganha em conteúdo, na efetiva discussão dos problemas nacionais.

E que problemas eram esses? Já na primeira edição da revista, ainda em 1963, Vieira fazia, no artigo intitulado “Intervenção de Estado e livre empresa”, uma advertência que ainda hoje, 60 anos depois, soa plenamente atual: “É frase feita dizer-se que o Brasil se encontra à beira do abismo. Documentos parlamentares de diferentes épocas são monotonamente semelhantes ao indicarem a situação angustiosa e precária das finanças e a necessidade de progresso técnico e de-

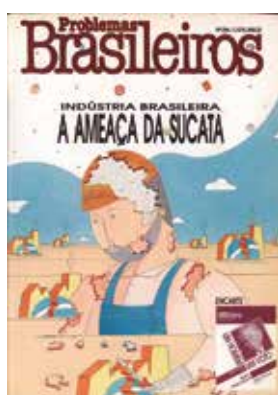


Após ter sua veiculação suspensa, em 1979, a PB volta a circular, sob a direção do professor catedrático Dorival Teixeira Vieira. Em pauta, a abertura política proposta pelo governo no fim do ano anterior

MANIFESTAÇÃO EMPRESARIAL CONTRÁRIA AO REGIME MILITAR DESENCADEOU PRESSÕES QUE RESULTARAM NA SUSPENSÃO DA PB, NO FIM DA DÉCADA DE 1970



Em 1972, a **PB** teve o formato de livro alterado para revista. No número 107, a publicação abordou a conjuntura da política econômica nacional



Editorial da edição 296 destacava “a oportunidade de colocar o Brasil no rumo da modernidade, como uma nação que aprendeu a conviver com a imprensa de forma sadia e democrática”

envolvimento econômico. Talvez, por isso, sorrisos e continuamos indiferentes à realidade”.

Nos primeiros anos da **PB**, os mais angustiantes problemas nacionais eram a inflação — em torno de 48% ao ano — e o analfabetismo, que atingia quase a metade dos brasileiros. O crescimento populacional, de cinco vezes no século 19, explodiu para dez vezes nos cem anos seguintes: de 3,4 milhões de habitantes, em 1800, para 170 milhões, no ano 2000. As altas taxas de fecundidade fizeram com que a população de 71 milhões de pessoas, em 1960, desse um salto para 93 milhões, em 1970, fato destacado na conquista do tricampeonato do mundial de futebol naquele ano, pelo jingle ufanista: “Noventa milhões em ação, salve a seleção. De repente é aquela corrente pra frente. Parece que todo o Brasil deu a mão. Todos ligados na mesma emoção”.

Quando o milagre econômico brasileiro entra em decadência, até o general-presidente Garrastazu Médici reconhece, em célebre frase dita durante uma visita ao Nordeste, devastado pelas consequências da seca, como a desnutrição e a mortalidade infantil: “O País vai bem, mas o povo vai mal”. O Brasil que ia “pra frente”, de acordo com a propaganda oficial, começa a andar de lado, em especial depois que a Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep) decide aumentar os preços do produto.

INDEPENDÊNCIA EDITORIAL

A dependência de combustível importado e as demais mazelas são discutidas nas páginas de **Problemas Brasileiros**, que, em março de 1972, trocou o formato de livro pelo de revista e passou a incluir temas que — apesar de hoje estarem na ordem do dia —, à época, recebiam as primeiras abordagens, como poluição, ecologia e energias alternativas. Falava também de imigração, favelas e urbanismo, além de um assunto que, antes de ser objeto de atenção das autoridades, foi alvo de programas desenvolvidos pelo Sesc: a terceira idade.

NOS PRIMEIROS ANOS DA **PB**, OS MAIS ANGUSTIANTES PROBLEMAS NACIONAIS ERAM A INFLAÇÃO E O ANALFABETISMO

Como a FecomercioSP pode ser considerada uma “mãe” no organograma do sistema sindical patronal, seus dois “filhos”, o Sesc e o Senac de São Paulo, patrocinaram a revista até 2016, quando a entidade empresarial assumiu a responsabilidade de manter a publicação. Contudo, a relação dessas entidades com a **PB** foi muito além do suporte financeiro: todas as *expertises* do Senac, na formação de mão de obra, e do Sesc, na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e na construção da cidadania, se refletiram em suas páginas.

Livre de alinhamentos automáticos de qualquer natureza, a revista se manteve aberta à diversidade de opiniões e acolheu assuntos que tratam de economia, política, saúde, ciência e educação. Deu especial destaque à cultura, com críticas e resenhas de livros, registrando vida e obra de grandes autores e criadores no teatro, no cinema, na música e nos mais diversos movimentos culturais e nas manifestações artísticas.

Destacada no meio editorial brasileiro por sua independência, nenhum tema relevante deixou de ser abordado ao longo de 475 edições. Exemplo de posicionamento ousado e polêmico assumido foi a matéria de capa publicada na edição 396, de 2009: “Um poder sem limites? País discute a regulamentação da mídia”. O tema é tabu nas publicações exclusivamente comerciais, que rechaçam até mesmo a regulamentação econômica da mídia, mas comum na maioria dos países desenvolvidos.

A diversidade e a profundidade dos assuntos tratados despertaram, desde o início, o interesse das comunidades acadêmicas nacional e internacional. “Leio a revista de ponta a ponta e, depois, repasso para estudantes que a utilizam como material de pesquisa”, comentava o engenheiro Alberto Ferreira, morador de Santos (SP), na edição comemorativa dos 50 anos, em 2013. Presente em bibliotecas no País e no exterior, tornou-se fonte obrigatória de pesquisas para brasilianistas e demais estudiosos da realidade nacional. “Era estudante quando tive contato pela primeira vez com a **Problemas Brasileiros**, lá pelos anos de 1970. A revista me chamou a atenção, pelo seu jeito diferente de ser e apresentar os temas. Mal imaginava que, anos depois, estaria trabalhando nela”, revela Henrique Pita, o seu mais longo editor.

DISCUSSÕES NECESSÁRIAS

Os debates das reuniões do Conselho de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP, publicados como encarte até a última edição sob a gestão do Sesc e do Senac de São Paulo, em maio/junho de 2016, levantaram temas que, ainda hoje, estão em voga, como a Reforma Tributária, sempre a partir da presença de um especialista. Na reunião realizada em novembro de 2008 e divulgada na edição 391, de janeiro/fevereiro de 2009, o convidado foi o economista Bernard

Appy, o mesmo que, atualmente, está à frente de uma secretaria do Ministério da Fazenda, exatamente para tentar, enfim, dar ao Brasil um sistema tributário simplificado.

Os seus conceitos, então veiculados pelo encarte, continuam balizando a questão: “A Cofins é o tributo que tem o maior número de ações judiciais”; “Temos um sistema de tributos indiretos que onera investimentos e exportações”; “Cobrar parte relevante do imposto no Estado de origem traz uma série de distorções”; “Entre outras mudanças, uma extremamente importante é a unificação do ICMS”; “Do ponto de vista da distribuição de renda, a principal medida é a criação do IVA federal”.

Entre 2006 e 2016, estiveram no conselho (e nos encartes da **PB**), debatendo os temas de suas especialidades, os ex-ministros da Fazenda Delfim Netto e Luiz Carlos Bresser-Pereira, e os ex-ministros da Educação Cristovam Buarque e Renato Janine Ribeiro. As relações com outros países foram discutidas pelo ex-ministro de Relações Exteriores Celso Lafer, pelo embaixador Marcos Azambuja e pela ex-embaixadora dos Estados Unidos no Brasil Donna Hrinak.

Alguns ex-ministros compareceram mais de uma vez. Adib Jatene, da Saúde, falou, em 2008, sobre os avanços da cardiologia e, em 2013, sobre o ensino médico no País. José Goldemberg, que foi ministro da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente, falou, primeiro, a respeito da questão energética e, por último — no derradeiro encarte veiculado em 2016 —, sobre o Brasil e o aquecimento global.

A questão indígena e a preservação da Amazônia foram temas de várias reportagens de capa. Na virada do século, a edição 388, de março/abril de 2000, proclamava no título os “500 anos de resistência” dos povos originários brasileiros. Em mais de 20 páginas, a revista relatou a luta pela demarcação de ter-



Reportagem “Homens-tatu do sertão”, do jornalista Leonardo Sakamoto, publicada em 2003, ganhou o Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, na categoria Revista

PARCERIAS COM ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS E UNIVERSIDADES LEVAM OS ASSUNTOS ABORDADOS NA PB A DEBATES MULTIDISCIPLINARES



Edição 211, de maio de 1982, debateu a substituição do papel por tecnologias digitais

ras, o alastramento do suicídio em algumas etnias, a dura vida dos sertanistas e o preconceito revelado pela generalização da palavra “índio”, que não leva em conta a imensa diversidade cultural dessas populações. Na “Carta ao leitor”, a denúncia de um massacre de cinco séculos: “Foram literalmente perseguidos, dizimados, escravizados, convertidos à força. E resistiram”. Uma resistência, hoje, expressa na criação do Ministério dos Povos Indígenas.

O “insustentável avanço da soja na Amazônia” e a falta de pesquisadores na região foram os destaques das edições 380 e 377, respectivamente. Na edição 390, o foco recai sobre a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá, modelo que envolveu a população ribeirinha do Rio Jarauá, no Amazonas, nos diversos manejos ali desenvolvidos.

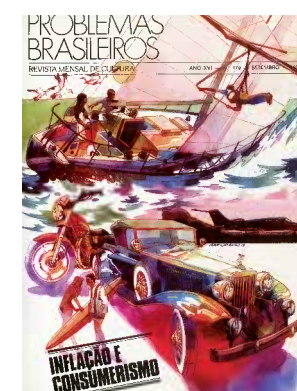
Jornalistas consagrados também passaram pelas páginas da **Problemas Brasileiros**. Um deles foi Leonardo Sakamoto, colunista do UOL premiado em 2017 pelo Departamento de Estado norte-americano pela luta contra a escravidão contemporânea. A sua reportagem “Homens-tatu do sertão”, publicada na edição de maio de 2003, valeu-lhe o Prêmio Vladimir Herzog

de Anistia e Direitos Humanos no mesmo ano, na categoria Revista. Cecília Prada, primeira mulher a receber o prêmio Esso de Jornalismo, em 1979, foi colaboradora assídua durante décadas.

NOVA FASE

Com a reconfiguração editorial ocorrida a partir do momento que a publicação foi assumida pela FecomercioSP, em 2016, os temas relacionados à atividade empresarial ganharam espaço. As causas do atraso estrutural do País em áreas como Saúde, Educação, Infraestrutura, Saneamento Básico e Sistema Tributário se mantiveram presentes por meio de reportagens, artigos, entrevistas, ensaios, charges e debates com especialistas.

Exemplos da ênfase colocada sobre novos rumos para a atividade empresarial foram as capas das edições 463 e 466, dedicadas às práticas ESG — sigla em inglês que significa Environmental, Social and Governance (ambiental, social e de governança). O significado dos reposicionamentos editorial e gráfico ocorridos sete anos atrás pode ser assim resumido: difundir a mensagem de que o futuro do capitalismo, no século



Edição 179, veiculada em setembro de 1979, analisou as medidas do governo brasileiro para combater a inflação. À época, Robert Eugène Appy atuava como diretor da publicação. Dorival Teixeira Vieira era o coordenador do Conselho Técnico de Economia, Sociologia e Política



Reposicionamento editorial abriu espaço para assuntos de interesse empresarial, como o ESG, sigla em inglês que significa Environmental, Social and Governance (ambiental, social e de governança), como na edição 463, de abril de 2021

21, está indissolúvelmente ligado à capacidade de empresas e governos promoverem práticas socioambientais e de governança. Mobilizar os empresários paulista e brasileiro em torno dessa agenda passa a ser o diferencial da **PB**, que, como porta-voz da FecomercioSP, não se limita a informar, mas também a ajudar na formação das novas lideranças do setor.

Em meio ao declínio dos meios impressos, a internet compensa a rigidez da edição física e permite abrigar de maneira complementar, no site da revista, lançado em 2020, opiniões acadêmicas e reportagens acerca de temas variados. Tanto num caso como no outro, a elegância do projeto gráfico e das ilustrações fazem a diferença.

Para ampliar o público-leitor, a **PB** vem, desde 2016, firmando parcerias com organizações do terceiro setor e universidades. O objetivo é unir forças com atores interessados na discussão de assuntos relevantes da atualidade. Em março de 2019, por exemplo, a revista promoveu um debate entre especialistas no Centro de Liderança

Pública (CLP), em São Paulo. Em pauta, os limites da compulsão por jogos eletrônicos, considerada uma doença pela Organização Mundial de Saúde (OMS), assunto da reportagem de capa da edição 450.

Outro evento discutiu o futuro da educação, temática da edição especial de outubro de 2018. Estes fóruns foram abertos ao público e gravados em vídeo, em uma parceria com o canal UM BRASIL, também mantido pela FecomercioSP. Política é outro assunto recorrente nas páginas de **PB**. Em setembro de 2019, o ambiente estadista foi retratado de um jeito diferente: o jornalismo em quadrinhos. A renovação no Congresso Nacional foi contada em HQ, com perfis de dez deputados federais eleitos pela primeira vez. Um debate acerca da formação de novos líderes políticos marcou o lançamento da edição. Todas essas ações de reposicionamento editorial proporcionaram à publicação o Prêmio Aberje (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial) em 2019, na categoria Mídia Impressa.

A continuidade da tradição de estabelecer uma relação entre a cultura, a arte e a história do Brasil ficou bem expressa na edição 467, de janeiro de 2022, dedicada a celebrar o centenário da Semana de Arte Moderna de 1922. As palavras do empresário Abram Szajman, presidente da FecomercioSP, no editorial, atualizam a proposta da **Problemas Brasileiros** na perspectiva de construção da cidadania: “Nesta quadra de incertezas, com o País mergulhado em crises múltiplas, diante de visíveis e preocupantes sinais de convulsão social, defender a cultura significa preservar o Estado democrático de direito e rejeitar a intolerância e a violência, assim como qualquer forma de discriminação por raça, gênero, religião ou orientação sexual”.

&

INSTIGANTE

COMO O

BRASIL



É analisando a complexidade do Brasil que a PB se reinventa. São reportagens, artigos, entrevistas e podcasts que lançam um olhar abrangente sobre a política, a economia, a cultura e as pessoas do País.

CONHEÇA OS NOSSOS
CANAIS DIGITAIS



revistapb.com.br

SEIS DÉCADAS DE DEBATE

1963

PB é lançada

Em julho de 1963, o ex-ministro Antônio Delfim Netto escreve, na **PB**, sobre a Reforma Agrária proposta pelo ex-presidente João Goulart — medida interpretada pela sociedade como uma

demonstração da simpatia de Goulart pelos regimes de esquerda, como Cuba e União Soviética.



1970

A conquista do tri no México coincide com o início do “milagre econômico”, período marcado por investimentos estatais e empréstimos estrangeiros para alavancar o desenvolvimento. Em paralelo, vive-se o auge da repressão política e a censura à imprensa. Em abril, a **PB** incorpora o subtítulo “revista mensal de cultura” nas capas.

1977

Na década de 1970, a revista vive anos de prestígio sob o comando editorial de Rui Nogueira Martins, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE). O artista plástico Tide Hellmeister (1942–2008) responde pelo design gráfico da publicação.



1984

O Brasil necessita da abertura econômica para consolidar a política, defende, em editorial da **PB**, o presidente da FecomercioSP, Abram Szajman.



1989

Reportagem aborda assunto que aflige a humanidade: a fome. Por aqui, são realizadas as primeiras eleições diretas para presidente. No mundo, a queda do Muro de Berlim marca o colapso dos regimes socialistas europeus.

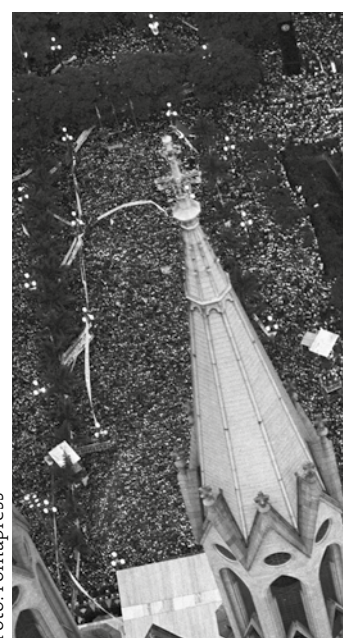
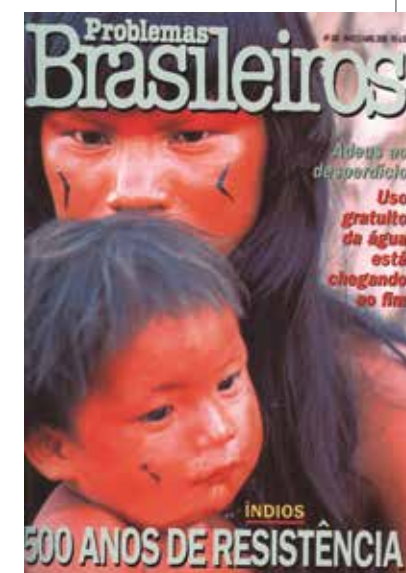


Foto: Folhapress

1994

O Plano Real é implementado pelo ex-presidente Itamar Franco. A estabilização da economia conduzida pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, abre um novo ciclo de desenvolvimento.



2000

Na celebração dos cinco séculos da chegada dos europeus ao País, **PB** homenageia os povos originários nacionais. Isaac Jardimovski atuava como diretor da publicação e coordenava o Conselho de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP.



2019

Reestruturações editorial e gráfica rendem à **PB** o Prêmio Aberje na categoria Mídia Impressa.

2020

Pandemia

O mundo enfrenta a covid-19. Com mais de 700 mil mortes, o Brasil lida com as excelências e fragilidades do Sistema Único de Saúde (SUS), tema da edição 459 da **PB**.



2023

Aposta global em energia limpa é assunto da edição 474. Em pauta, os desafios para tornar o Hidrogênio Verde (H2V) uma alternativa viável.

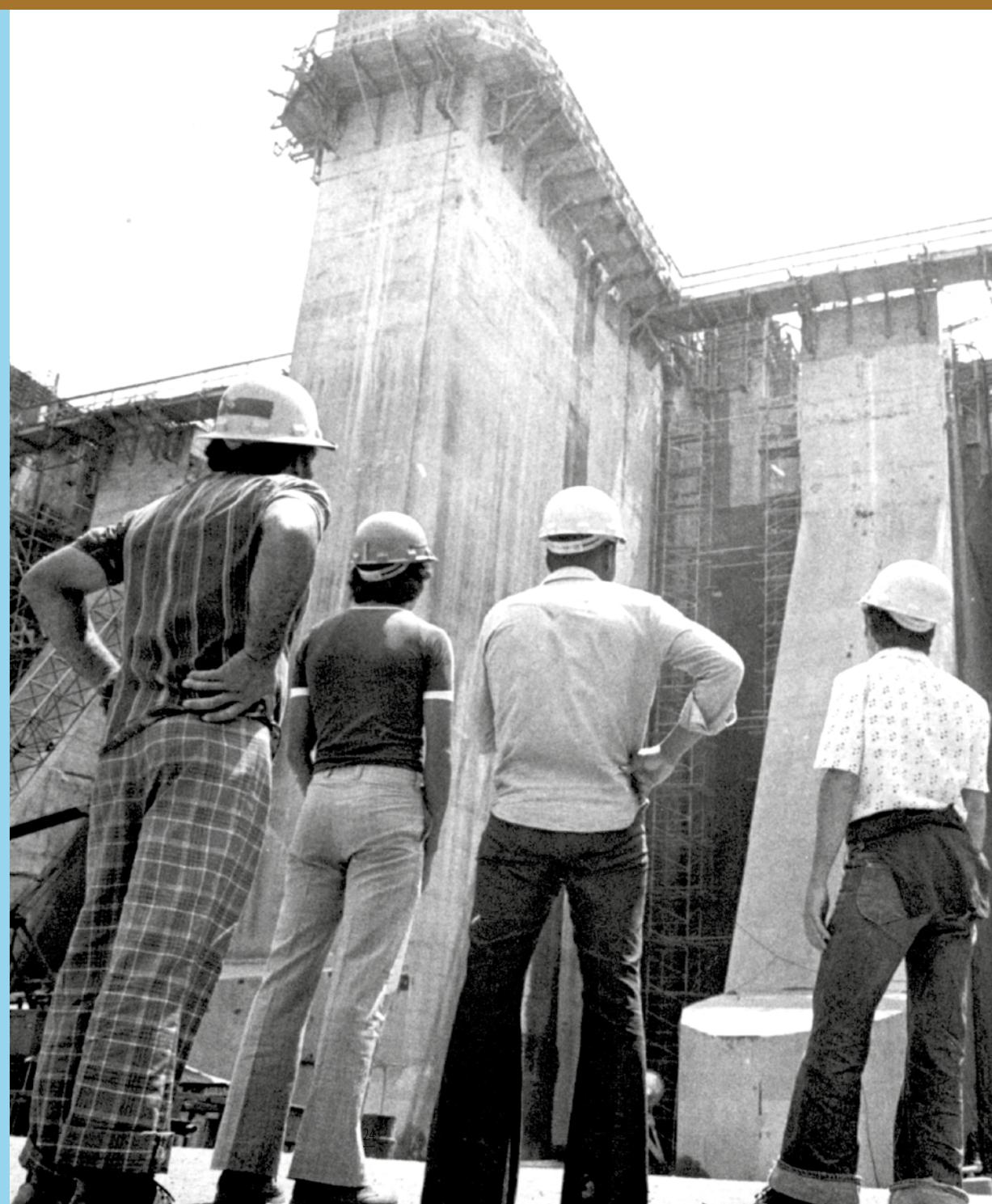
&



*Construção da Usina
Hidrelétrica de
Itaipu, no Rio Paraná,
fronteira entre Brasil
e Paraguai, em Foz
do Iguaçu (PR)*



Fotos: Folhapress



Em meio a mudanças políticas e caminhos econômicos tortuosos, o Brasil de hoje é mais estável e plural em comparação com 60 anos atrás – embora ainda conviva com carências estruturais. Superamos a hiperinflação e o analfabetismo, por exemplo, mas ainda convivemos com lacunas deixadas pelo Estado. Por adiar reformas e amargar um histórico de ineficiência nos gastos públicos, o País se transformou menos do que poderia.

EUFORIA E DECEPÇÕES

texto MARCUS LOPES

E

Em 1963, o poeta Vinicius de Moraes e o compositor Tom Jobim frequentavam, quase todos os dias, o Bar do Veloso, em Ipanema, no Rio de Janeiro. Enquanto jogavam conversa fora e bebiam um chope, observavam uma garota que passava com frequência na esquina da calçada da Rua Montenegro (atual Vinicius de Moraes), em direção à praia.

A beleza da jovem Heloisa Eneida, mais conhecida como Helô Pinheiro, inspirou a dupla a compor um dos maiores sucessos da bossa-nova: *Garota de Ipanema*, a música brasileira mais conhecida no mundo e uma das cinco canções mais tocadas de todos os tempos, segundo o crítico musical e jornalista Nelson Motta.

Em 60 anos, o País mudou muito — e há o consenso de que, apesar dos problemas, o Brasil melhorou. “Não há dúvida que progredimos. A questão é saber o quanto. Não em relação a nós mesmos, mas quanto a outros países em desenvolvimento”, afirma o cientista político Sérgio Fausto, diretor-geral da Fundação Fernando Henrique Cardoso (FHC). A opinião é compartilhada por Antonio Lanzana, copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política (CEEP) da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP): “De fato, o País evoluiu, mas não se pode negar que poderia ter evoluído muito mais. Passamos por diferentes fases nesse período, alternando euforia e decepções”, diz Lanzana.

Se, em 1963, o sol e a brisa de Ipanema serviam como inspiração aos artistas, na política e na economia o clima era bem menos ameno. Em janeiro daquele ano, o plebiscito que decidiu, via voto popular, pelo retorno ao sistema presidencialista fez com que o então presidente da República, João Goulart, o Jango, retomasse as rédeas do poder no Brasil após 16 meses de parlamentarismo.

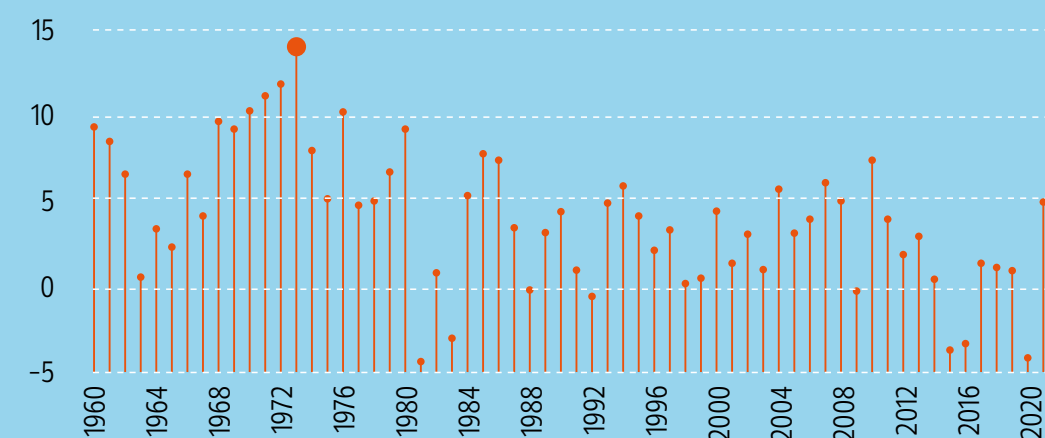
O resultado da consulta ao povo, porém, aumentou ainda mais a temperatura política, em especial nos meios militares, onde eram registra-

dos motins em quartéis. O mais famoso deles, a Revolta dos Sargentos, em setembro daquele mesmo ano, pedia mais espaço para a participação política dos militares, como o direito de disputa em cargos legislativos. Em outubro, diante da instabilidade política cada vez maior, Jango cogitou decretar estado de sítio, mas recuou pouco depois, temendo que a crise se aprofundasse ainda mais.

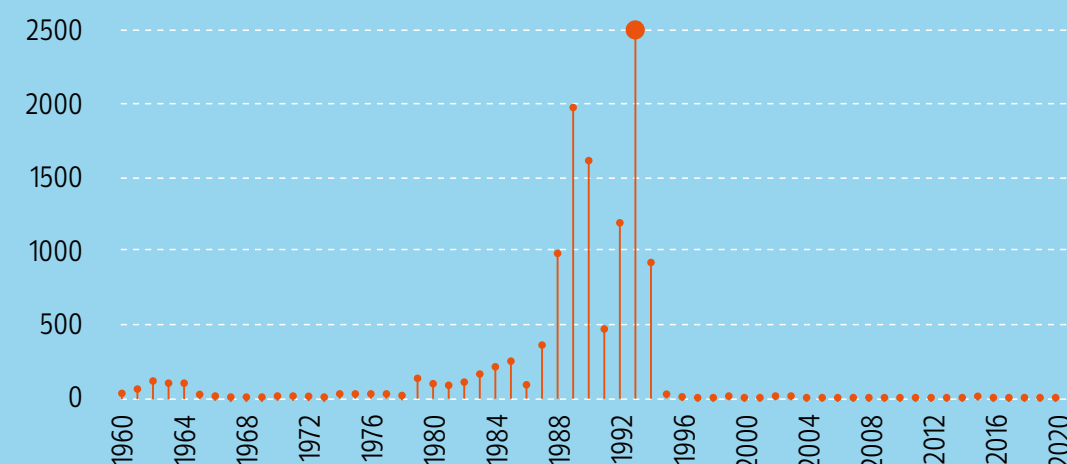
Na economia, a situação também não era boa. A taxa de crescimento em 1963 foi de mísero 0,6%, ante 6,6% no ano anterior, com a inflação atingindo 80% ao ano (a.a.). Das dez maiores empresas nacionais, seis eram estatais. Para piorar, Jango perdia apoio nas classes média e alta conservadoras. As elites torciam o nariz para as reformas de base propostas pelo presidente, dentre elas a Urbana, a Educacional e, principalmente, a Agrária. Essas reformas tinham apelo entre as camadas mais populares, mas provocavam imensa resistência entre o empresariado, que temia uma socialização do Brasil nos moldes de Cuba ou da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Enquanto aliados de Jango, como o seu cunhado e governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, defendiam o governo e as reformas de base, a oposição, liderada pelo governador Carlos Lacerda, da Guanabara, acusava Goulart de conduzir o Brasil rumo ao socialismo. É dessa época o surgimento da expressão popular “Cunhado não é parente”. Possível candidato à sucessão de João Goulart em 1965, Brizola era atacado pela relação familiar com Jango, o que, para os opositores, o impediria legalmente de ser candidato a presidente. Em resposta, correligionários de Brizola criaram o bordão “Cunhado não é parente, Brizola para presidente”. As eleições acabaram não acontecendo por causa do golpe militar, ocorrido em 31 de março de 1964.

PIB – TAXAS DE VARIAÇÃO ANUAL – BRASIL 1960–2022



INFLAÇÃO – TAXAS ANUAIS – BRASIL 1960–2022



Impulsionado por empréstimos externos contratados a juros flutuantes, o “milagre econômico” apresentou vigor efêmero, apesar dos ganhos reais nos salários. Na década de 1980, o Brasil viu a economia ser assolada pela inflação galopante

CRISE E MODERNIZAÇÃO

A Reforma Agrária, um dos pontos centrais das reestruturações de base e alvo de intensas polêmicas, foi tema de artigos ao longo das primeiras edições da Revista **Problemas Brasileiros** (PB), lançada em abril de 1963. A proposta do Conselho Técnico do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos da FecomercioSP, que editava a publicação nos seus primeiros anos, era um contraponto ao clima bélico que pairava no País, por meio de artigos sobre os temas em discussão. Os articulistas da publicação também destacavam, já naquela época, a necessidade de políticas públicas eficientes para a modernização do Estado brasileiro e, em consequência, os desenvolvimentos político, econômico e social da Nação.

“A Reforma Agrária está colocada em termos ideológicos e emocionais, e os participantes procuram, com malabarismos dialéticos, extraordinariamente curiosos alguns e profundamente contristadores outros, provar o seu ponto de vista”, escreveu o economista e ex-ministro Antônio Delfim Netto, no artigo “Reflexões sobre a Reforma Agrária”, publicado na edição número 4 da PB, em julho de 1963, meses antes da deposição de João Goulart.

No artigo, Delfim Netto, considerado um dos principais economistas do País e que assumiria

ministérios importantes nos governos militares (como Planejamento e Fazenda), explicava que, mais do que a divisão das terras, era necessário lutar por condições dignas de vida para as famílias no campo, em especial as mais humildes, independentemente da necessidade de concessão de títulos de terras às pessoas por meio da reforma ou não.

A instauração da ditadura, dizem os especialistas, demonstra como as instabilidades políticas enfrentadas pelo País ao longo da sua história derivam das crises e vice-versa. “Em 1964, o Brasil vivia um período de grande instabilidade econômica, com crescimento limitado e aceleração da inflação, o que culminou na implantação do regime”, lembra Lanzana.

Entre 1961 e 1963, o Brasil enfrentava, na visão do economista Carlos Honorato, professor na FIA Business School, uma espécie de ressaca do governo Juscelino Kubitschek (1956–1961), período de otimismo e euforia, com a inauguração de Brasília, o desenvolvimento da indústria nacional, o plano de metas e um sentimento de que, enfim, encontrariam o rumo do desenvolvimento como nação.

“Esta ressaca começou com a renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República, em 1961, e jogou o Brasil em um turbilhão de emoções que chegaria à deposição de Jango, vice eleito de Jânio”, diz Honorato, destacando que, na mesma

época, o País começava a sentir os efeitos da sua doença mais incômoda: a inflação.

Em 1960, o “inchaço” anual era de cerca de 30%, índice que praticamente triplicou em apenas quatro anos. Um dos motivos para o salto inflacionário foi o efeito colateral da ganância promovida nos anos JK, que lastreou grande parte do seu Programa de Metas, o qual incluía grandes obras, como a construção de Brasília, com emissão de moeda e vultosos empréstimos no exterior. “Como é de praxe, a classe média e a população de baixa renda é quem pagavam o maior custo do aumento de preços”, ressalta Honorato.

“Não há como separar política de um lado e economia de outro. A separação entre política e economia é sempre uma construção ideológica, que serve a propósitos políticos”, explica Fausto, da Fundação FHC. Segundo ele, a partir dessa premissa, é necessário evitar erros que atrapalhem a condução dos governantes e impeçam o desenvolvimento.

O primeiro deles, afirma o diretor, é típico de governos populistas, em que a economia tende a se adaptar à vontade política. Fausto cita como exemplo o ex-presidente da Argentina Juan Domingo Perón, que, em uma carta escrita em 1953 ao então presidente chileno, Carlos Ibañez, vaticinou: “Todos tratarão de assustá-lo com o fantasma da economia. É tudo mentira. Não há nada mais elástico do que a economia”, disse Perón, considerado um dos principais políticos populistas da história da América Latina.

“A experiência mostra que isso pode ser verdade no curto prazo, mas as reações da economia às decisões políticas tomadas sem a devida consideração às restrições econômicas não tardam a produzir efeitos contrários. Os exemplos são inúmeros, em especial na longa história do populismo econômico na América Latina”, completa Fausto.

Por outro lado, o cientista político afirma ser necessário evitar o pensamento tecnocrático que supõe a existência de uma solução única para os problemas da economia e, por consequência, da sociedade. “A política, nesse caso, é vista como uma perturbação que atrapalha a tomada de decisões de quem detém um saber técnico supostamente inquestionável. Também não faltam exemplos na história da América Latina”, explica Fausto.

“NÃO HÁ COMO SEPARAR POLÍTICA DE UM LADO E ECONOMIA DE OUTRO. A SEPARAÇÃO É SEMPRE UMA CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA, QUE SERVE A PROPÓSITOS POLÍTICOS.”

SÉRGIO FAUSTO, cientista político e diretor-geral da Fundação Fernando Henrique Cardoso (FHC)

Em 1964, o primeiro presidente militar, o general Castelo Branco, propôs um modelo econômico que adotou como norte a modernização da máquina estatal, o fortalecimento do capital privado e o fomento de capitais estrangeiros. A aplicação deste novo arcabouço foi conduzida pelos ministros Roberto Campos (Planejamento) e Otávio Gouveia de Bulhões (Fazenda), por meio do Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg), a ser executado entre 1964 e 1966.

Os dois ministros da área Econômica explicaram, em artigos publicados pela PB no primeiro semestre de 1965, os detalhes das novas diretrizes econômicas, cujos objetivos principais seriam conter a escalada inflacionária e promover o crescimento nacional por meio do corte de despesas públicas, do apoio ao capital privado e da redução da expansão monetária (que provocaria recessão e arrocho salarial). A longo prazo, seriam realizadas grandes reformas institucionais, como a Bancária, a Administrativa e a Tributária. O complexo sistema fiscal brasileiro, cujo emaranhado de regras é considerado um dos impedimentos para o crescimento pleno da economia, e a necessidade de uma reformulação administrativa são discussões que se arrastam até os dias atuais.

“O governo [pós-1964] não oferece mitos: definiu uma política, formulou instrumentos de ação e escolheu as medidas necessárias para a sua consecução”, afirmou Campos, ao justificar as medidas, no texto publicado na edição 23 da PB, em fevereiro de 1965. “O desenvolvimento econômico é processo árduo, avesso às fórmulas miraculosas, e a atual administração rejeita a popularidade fugaz das promessas inconsistentes”, completou o então ministro do Planeja-

mento, avô do atual presidente do Banco Central (Bacen), Roberto Campos Neto.

O Paeg foi turbinado pelo alinhamento incondicional dos militares aos Estados Unidos, por meio da Aliança para o Progresso, que destinou ao Brasil quase US\$ 1 bilhão, entre abril e junho de 1964, para serem utilizados pelo governo em programas de recuperação econômica e financiamento de pequenas e médias indústrias nacionais. O programa foi uma política de apoio econômico criada pelo país norte-americano durante o governo John Kennedy para impedir o avanço da influência soviética nas Américas no período da Guerra Fria.

Em um primeiro momento, a fórmula que aliou as medidas adotadas pela equipe econômica e os empréstimos internacionais deu certo. O Brasil conseguiu turbinar a economia nos anos seguintes, com índices expressivos de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), apesar da radicalização política cada vez maior por parte dos militares e do endurecimento em relação aos opositores, por intermédio dos atos institucionais. O mais duro deles, o AI-5, baixado em dezembro de 1968, fechou o Congresso Nacional, suspendeu direitos políticos de integrantes da oposição e aumentou a perseguição aos dissidentes do regime, além das torturas nos porões da repressão.

A classe média se beneficiou do aumento do consumo, do desemprego em níveis aceitáveis e do crédito barato. Com dinheiro sobrando em caixa, necessidade de fortalecimento da imagem diante da opinião pública e financiamentos facilitados no exterior, foi um período de investimentos públicos maciços em grandes obras, como a Ponte Rio-Niterói, estradas por todo o território nacional

Foto: Lula Marques/Folhapress



O presidente José Sarney e o deputado federal Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Constituinte, na promulgação da Constituição no Congresso, em outubro de 1988

“O PERÍODO MILITAR FORTALECEU A IDEIA DE ESTADO CENTRALIZADOR, FINANCIADOR E EXECUTOR, SEM INTERMEDIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL. NA DÉCADA DE 1980, COMEÇOU A SUA REGRESSÃO, MAS, SURPREENDENTEMENTE, NÃO EM DIREÇÃO A UM ESTADO MENOR.”

PAULO DELGADO, sociólogo e ex-deputado constituinte, copresidente do CEEP da FecomercioSP

e o início da construção da hidrelétrica de Itaipu, um dos maiores projetos de construção civil da época.

BOLA DE NEVE

No entanto, a inflação se mantinha em patamares entre 15% e 20% a.a. “A correção monetária era vista como uma forma de convívio com essas taxas inflacionárias”, pondera Lanzana. Segundo o economista, a situação começou a declinar a partir do primeiro choque mundial do petróleo, em 1973, ao elevar os preços mundiais do produto em mais de 400% o barril, provocando impacto imediato aos grandes importadores, como o Brasil — que, à época, comprava a maior parte do recurso consumido.

A situação piorou ainda mais com a segunda crise do petróleo, em 1979, ocasião que elevou a dívida externa brasileira por causa dos juros altos no mercado internacional, subiu os índices de inflação, aprofundou a recessão econômica e colocou os militares na berlinda. A economia mundial se abalou em consequência da crise energética. Em países como Grã-Bretanha, França e Estados Unidos, a inflação de dois dígitos registrada em 1979 provocou o temor de uma nova Grande Depressão global.

Para o Brasil, a fonte de crédito internacional barato definitivamente havia secado. Contudo, os gastos públicos finan-

ciados por empréstimos tomados lá fora (em dólares) continuaram por toda a década de 1970, em especial em virtude das grandes obras civis, como a Itaipu Binacional, e outros projetos e programas criados para dar sustentação ao regime, em especial no governo de Ernesto Geisel (1974–1979). Dentre eles, a concessão de empréstimos a empresas e governos estaduais com juros subsidiados por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O governo federal tomava dinheiro do exterior (em dólares) e oferecia empréstimos em cruzeiros — e, ainda por cima, com juros subsidiados. Receita fácil para as contas públicas não fecharem.

“Geisel não compreendeu muito o que ocorria no mundo e continuou com o pé no acelerador, aumentando o endividamento do Brasil. O resultado foi o aumento ainda maior da inflação e o desequilíbrio fiscal”, explica Paulo Paiva, professor associado na Fundação Dom Cabral (FDC) e ex-ministro do Trabalho e do Planejamento e Orçamento durante o governo FHC.

Como política e economia sempre caminham juntas, o desaquecimento econômico e a insatisfação com o fim do milagre econômico reacenderam a oposição aos militares, já demonstrando força, em 1978, com a greve dos metalúrgicos na região industrial do ABCD paulista, que engloba as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema.

Em maio daquele ano, 9,5 mil trabalhadores da categoria cruzaram os braços por melhores salários, algo que não acontecia desde 1968. Ali, um torneiro mecânico chamava a atenção pelo espírito de liderança e pela voz rouca: Luiz Inácio da Silva, o Lula, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC que, 25 anos depois, se tornaria o 35º presidente da República, no mesmo ano em que a seleção brasileira de futebol se consagrava pentacampeã mundial.

Frente às reservas internacionais esgotadas em razão das turbulências econômicas nacionais e internacionais, o País teve de recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e entrou nos anos 1980 com inflação acima de 200% a.a., dando início à chamada “década perdida”, com baixos índices de crescimento, estagnação econômica, elevada dívida pública e descontrole inflacionário.

A atuação do FMI foi muito forte (e, muitas vezes, polêmica) na América Latina nesse período, no sentido de apoiar políticas públicas e prestar assistência financeira, com o objetivo de promover a estabilidade econômica. “Nem sempre, porém, o FMI levava em consideração as questões sociais e os desequilíbrios individuais dos países em que atuava, inclusive no Brasil”, ressalta Honorato, da FIA.

“O período militar fortaleceu a ideia de Estado centralizador, financiador e executor, sem intermediação das instituições da sociedade civil. Na década de 1980, começou a sua regressão e seu esgotamento, mas, surpreendentemente, não em direção a um Estado menor, capaz de distinguir despesa boa de despesa ruim, dotado de instituições estratégicas, flexíveis, com ênfase mais gerencial e reguladora, que pu-

dessem aumentar a eficiência e a governança”, afirma o sociólogo e ex-deputado constituinte Paulo Delgado, atual copresidente do CEEP, da FecomercioSP.

DESCONTROLE PREOCUPANTE

Em editorial na edição 219, de janeiro de 1983, a **PB** demonstra inquietação com as situações política e macroeconômica do Brasil e o possível socorro do FMI para uma dívida pública estimada na época em cerca de US\$ 10,5 bilhões. “A grande preocupação do empresariado nacional, e principalmente do comércio, é saber mediante que programa esses objetivos (do socorro financeiro) serão alcançados, sem que nosso país seja vítima de súbita e violenta pressão econômica, com imprevisíveis consequências sociais”, diz trecho do editorial daquela edição da revista, cujo título era “O Brasil e o Fundo Monetário Internacional”.

Pouco mais de dois meses após a publicação do texto, que chama a atenção para a questão social do País, no dia 4 de abril uma passeata de desempregados no Largo 13 de Maio, em São Paulo, termina com saques ao comércio local e depredações. No dia seguinte, os tumultos se espalham por outros bairros paulistanos e até pelo Rio de Janeiro. Em maio, após os tumultos na capital paulista que resultaram na prisão de cerca de 700 pessoas, a **PB** volta a sinalizar, nas suas edições, o problema do desemprego e a necessidade de ajustar a economia visando não apenas à reorganização das contas públicas, mas também à geração de empregos e ao bem-estar da população.

A situação só melhoraria na década seguinte, com a implantação do Plano Real, em 1994. Antes disso, o período hiperinflacionário foi marcado por planos econômicos heterodoxos, manobras eloquentes para tentar solucionar a situação, por meio de medidas como o congelamento de preços e salários, mas que não surtiram efeito no longo prazo. “Após o fracasso de cada plano econômico, como o Cruzado, o Bresser e o Verão, a inflação voltava maior do que antes da sua implantação”, lembra Lanzana, do CEEP. “Em um cenário de inflação totalmente descontrolada, a modernização do País ocorria de forma muito limitada, com mudanças constantes das regras do jogo”, completa.

O economista Mailson da Nóbrega se lembra bem das dificuldades enfrentadas nos anos de hiperinflação, na qual conseguia dormir ape-

nas três ou quatro horas por noite, por causa das preocupações com o trabalho. Ele tinha motivos para as privações do sono. Ex-ministro da Fazenda durante o governo José Sarney, Nóbrega foi o responsável pela condução da política econômica entre janeiro de 1988 e março de 1990, um dos mais difíceis para o Brasil, diante de inflação a 2.750%, produtividade baixa e desconfiança no mercado internacional. Nos supermercados, as maquininhas mecânicas de remarcar preços funcionavam a todo vapor, às vezes com duas mudanças de etiqueta por dia.

A população, assim que recebia o salário do mês, corria para aplicar o dinheiro no *overnight*, uma aplicação financeira oferecida pelos bancos que rendia juros diários, inclusive à noite (daí o nome), para evitar a corrosão total do poder de compra do dinheiro. Nas carteiras, eram carregadas cédulas com valor facial de até 500 mil cruzeiros, tamanha a desvalorização da moeda.

“O nosso papel era fazer com que a economia funcionasse bem próximo ao normal, porque o funcionamento normal não dava”, lembra o ex-ministro, lembrando, de maneira

O então presidente Itamar Franco troca notas de cruzeiros reais por novas cédulas de real na agência do Banco do Brasil, no Palácio do Planalto, acompanhado de Rubens Ricupero, ministro da Fazenda, e Alciv Calliari, presidente do banco. A moeda recém-lançada traria a tão esperada estabilidade econômica



Foto: Renato Alves/Folhapress

bem-humorada, que as principais armas do governo Sarney para manter um certo prumo na economia eram “a garganta e as taxas de juros”. A primeira era para tentar convencer a população de que a economia estava sendo conduzida da melhor maneira possível. Já a segunda, as taxas básicas de juros — que atingiam facilmente níveis superiores a 50% naquela época —, eram uma forma de evitar um colapso e tentar manter a inflação sob um controle mínimo, receita até hoje bastante utilizada pelo Bacen, apesar dos efeitos colaterais na economia, como possível retração de investimentos e aumento da especulação financeira.

No período da hiperinflação, lembra Nóbrega, a grande preocupação do governo era garantir a consolidação do regime democrático recém-instaurado e as eleições presidenciais marcadas para 1989, as primeiras desde a vitória de Jânio Quadros, em 1960. Sarney havia substituído Tancredo Neves, eleito pelo Colégio Eleitoral em 1985, mas que não chegou a assumir por causa do seu falecimento antes de tomar posse.

Por ter pertencido durante anos à Arena, partido de sustentação da ditadura, Sarney, que fundou a Frente Liberal e foi escolhido para ser vice de Tancredo, também despertava desconfianças na linha dura da caserna, que, segundo circulava nos meios políticos e empresariais da época, poderia tentar um novo golpe militar. “Havia também muita expectativa em torno da nova Constituinte, em 1988”, recorda o ex-ministro, responsável pela implantação do Plano Verão, em janeiro de 1989, que, dentre outras medidas, cortou três zeros da moeda (o cruzado), desvalorizando-a, além de congelar preços e salários.

“A missão da equipe econômica era contribuir para a estabilidade do País, evitar retrocessos políticos e o colapso econômico. Isso nós conseguimos”, lembra da Nóbrega, que

também cita medidas positivas importantes tomadas na ocasião, como a renegociação da dívida externa brasileira, que restaurou a credibilidade nacional frente à comunidade internacional, medida que seria importante nos anos seguintes para a implantação do real, e o aumento das reservas internacionais. “A renegociação da dívida externa, a maior feita por um país emergente naquela época, amenizou muito os problemas internos, já que, em relação à inflação, não tinha muito jeito de melhorar naquele momento.”

ESTABILIDADE

A situação só mudaria durante o governo de Itamar Franco, com a criação do Plano Real pela equipe do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, cujo sucesso na condução do plano o credenciou para a sucessão do mineiro Itamar. A diferença em relação aos planos anteriores era a criação de uma nova moeda indexada ao dólar, mas não apenas isso. Em vez da tradicional “bala de prata” utilizada em planos anteriores para tentar acabar com a inflação com “apenas um tiro”, dessa vez o governo estava ciente de que o sucesso dependeria de uma série de reformas econômicas que teriam de ser implementadas junto com a nova moeda, como privatizações, aumento das reservas econômicas por meio dos investidores estrangeiros, abertura da economia e racionalização dos gastos públicos, entre outras medidas. Deu certo.

“O Plano Real é a mais honrosa exceção da história econômica brasileira e o mais espetacular edifício de combate à hiperinflação no mundo da época. Seus formuladores mereceriam receber o prêmio Nobel de Economia, concedido às vezes de forma tão equivocada”, completa Delgado, que destaca características

“O NOSSO PAPEL ERA FAZER COM QUE A ECONOMIA FUNCIONASSE BEM PRÓXIMO AO NORMAL, PORQUE O FUNCIONAMENTO NORMAL NÃO DAVA.”

MAÍLSON DA NÓBREGA, economista e ex-ministro da Fazenda do governo José Sarney

históricas do real, como a fácil compreensão pela população no período em que foi implantado.

A importância do real para a estabilidade econômica e a política do País a partir da segunda metade dos anos 1990 pode ser conferida nos bastidores da eleição presidencial de 2002, em que o candidato da oposição, Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), que já havia sofrido três derrotas em eleições presidenciais anteriores, foi alertado pelo próprio núcleo petista de que deveria assumir publicamente alguns compromissos de continuidade da política econômica de FHC caso fosse o vencedor do pleito — o que, de fato, ocorreu. “Lula, você quer perder a quarta eleição? Tudo bem, então vamos em frente. Mas, se você quer ganhar e governar, é preciso assumir compromissos”, afirmou Luiz Gushiken, que pertencia ao núcleo duro de Lula, segundo relato do livro *Eles não são loucos: os bastidores da transição presidencial FHC-Lula*, do jornalista João Borges (Companhia das Letras, 2022).

“A história do Brasil, desde o início da redemocratização, mostra que a inflação é uma das variáveis mais importantes, senão a mais, para a popularidade de um governo e sua sustentação política”, diz Fausto, da Fundação FHC. A equipe de Lula, e o próprio candidato, sabia que, apesar dos problemas enfrentados na reta final do governo Fernando Henrique, como a crise do apagão que comprometeu o abastecimento energético em 2001, a economia exercia grande peso no voto do eleitor, e FHC havia sido eleito duas vezes na esteira do sucesso do Plano Real. É o chamado “voto econômico”.

“É possível que o eleitor vote com base na economia porque, em última instância, o bem-estar material é sua prioridade. Um presidente cujo governo transcorra sob baixa inflação e desemprego, e no qual o eleitorado experimente um aumento do seu poder de compra, torna-se imbatível, na medida em que atende aos anseios materiais fundamentais da sociedade”, explicam Daniela Campello e Cesar Zucco, no ensaio “Economia, popularidade e eleições”, publicado na edição 468 da PB, em setembro de 2022.

“A teoria do voto econômico, ao contrário de outras perspectivas sobre a democracia, não exige que os eleitores tenham preferências poli-

ticas claras ou estáveis. Basta que o eleitor avale se, ao fim do mandato, sua vida melhorou ou piorou e que vote de acordo”, diz outro trecho do ensaio sobre a influência da economia na decisão do voto. Nesse sentido, o próprio Lula pode ter sido beneficiado pelo voto econômico ao ser reeleito para mais um mandato, em 2006, e ter conseguido eleger sua sucessora, Dilma Rousseff (PT), nas eleições de 2010.

Os desafios atuais de Lula, dizem os especialistas, não são pequenos, até porque o País que o petista governa hoje é bem diferente do que governou nos dois primeiros mandatos. “Os últimos dez anos foram marcados por uma sucessão de crises políticas. Pelo lado positivo, elas expuseram as bases institucionais da corrupção, ligadas ao superfaturamento de contratos públicos e a um capitalismo de compadres”, afirma Fausto.



Ensaio sobre os reflexos do voto econômico mostrou suas implicações na qualidade da representação política em democracias menos consolidadas, como as latino-americanas

Por outro lado, explica o diretor da Fundação FHC, as crises políticas também produziram um clima de caça às bruxas e estigmatização da política, que resultou na ascensão da extrema direita ao poder, com graves ameaças ao Estado democrático de direito. “Vencida a ameaça mais imediata de destruição da democracia pelas forças de extrema direita, o desafio é fortalecer a dimensão republicana do Estado. Temos uma democracia, falta-nos uma república”, reflete Fausto.

A consolidação da democracia e o fortalecimento das instituições, como o Judiciário, são processos contínuos, afirmam os especialistas. “Não é uma busca que se esgota em algum momento. Qualquer tentativa de enfraquecer o Estado democrático de direito precisa ser severamente repugnada”, afirma Lanzana.

Na área Econômica, o copresidente do CEEP da FecomercioSP afirma que o maior desafio do País é a retomada do crescimento. “O Brasil parece que esqueceu de crescer. É o desenvolvimento do PIB que gera empregos, aumenta a renda e a capacidade de consumo de bens e serviços”, afirma o economista, destacando que o crescimento deve ser sustentável, com a inflação controlada e as contas públicas ajustadas.

Para que essa expansão sustentável seja possível, é necessário o investimento político-econômico nas grandes reformas estruturais que se arrastam há várias décadas, como a Tributária e a Administrativa. “A Reforma Administrativa sempre foi pleiteada, mas nunca executada”, critica Lanzana.

Às reformas estruturais, somam-se desafios como o envelhecimento da população e, por consequência, as questões ligadas à saúde, ao trabalho, à previdência e ao bem-estar da população como um todo. São discussões cujas resoluções não podem ser postergadas. “Venda adiada é venda perdida. É uma das máximas do bom comércio. Não é possível que se repita a coincidência simultânea de três deficiências brasileiras, como foi a má condução da pandemia e as persistentes crises econômica e política dos últimos anos”, destaca Delgado, que arremata: “Nascer com esperança e envelhecer protegido é um dos desafios inevitáveis, vinculado à mobilidade social, que faz um país ser menos desigual e se sentir mais justo.”

&

“Parece que o Brasil, infelizmente, ainda não entendeu a nova realidade que vem comandando a economia no mundo moderno.”

ABRAM SZAJMAN, presidente da FecomercioSP | Editorial da PB, edição 296 | abril de 1993

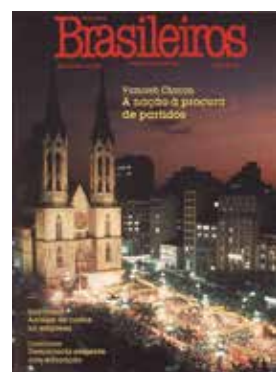
1965

“Os impostos que estão sendo adotados por vários municípios estão trazendo sérios embaraços à recuperação econômica do País. É preciso, portanto, modificar o sistema tributário dos Estados e dos municípios”, alerta em artigo na edição 25, de abril de 1965, o então ministro da Fazenda, Octávio de Gouvêa Bulhões, para a necessidade de uma Reforma Tributária.



1986

O Brasil aguarda uma nova Constituição para consolidar a democracia, assunto abordado na edição 259, ilustrada com uma foto do comício das Diretas Já na Praça da Sé, em São Paulo. O governo José Sarney cria o Plano Cruzado para tentar debelar a hiperinflação por meio do congelamento de preços das mercadorias e do câmbio. Não deu certo.



1993

30 ANOS DE PB

A reportagem “Da queda de Jango à renúncia de Collor” faz uma reflexão sobre a situação político-econômica do Brasil entre 1963 e 1993. No plebiscito realizado para que os brasileiros decidissem pela manutenção da República como regime de governo, o presidencialismo é escolhido como sistema político.



1973

O Brasil registra crescimento de 14% do PIB em 1973. Apesar do bom resultado, o fantasma da inflação ronda o País, conforme relata editorial da PB em fevereiro daquele ano, que tinha a reforma do ensino superior como tema de capa.



1988

CARTA CIDADÃ

Em 5 de outubro de 1988, o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães, promulga a nova Constituição. A Carta consolida a transição do sistema político nacional para o regime democrático.



2006

FecomercioSP tem participação estratégica na aprovação da Lei Complementar 123/2006, que criou o Simples Nacional.



2019

A melhoria do sistema tributário é essencial para o desenvolvimento nacional. As propostas da FecomercioSP para desatar os nós tributários são apresentadas na edição 452.

“Muita coisa foi resolvida, mas é o mesmo Brasil.”

Foto: LULUDI/ESTADÃO

De 1963 — ano em que a **Problemas Brasileiros** entrou em circulação — até hoje, o Brasil passou por um regime militar, foi governado por sete presidentes civis, enfrentou crises econômicas e dois impeachments e viu a população mais do que duplicar de tamanho, revelando as belezas e misérias da Nação. Ao mesmo tempo, nada parece ter sido profundamente transformado em 60 anos. “Os grandes problemas do País continuam. Muita coisa foi resolvida, mas é o mesmo Brasil”, observa o antropólogo **ROBERTO DAMATTA**. Apesar da descrença na superação dos nossos problemas estruturais, ele não deixa de ver novos aspectos no horizonte.

entrevista
VINÍCIUS MENDES

Qual é a grande novidade do Brasil contemporâneo?

Penso que existe uma configuração cultural com várias dimensões novas. Uma delas é a inserção do Brasil na comunidade global, ao deixar as pessoas diante de uma simultaneidade enorme de eventos acontecendo ao mesmo tempo mundo afora. Isso afetou nossas estruturas. Outra é a possibilidade de uma comunicação instantânea em que não há passividade de nenhum ator envolvido. Todos são comunicantes. Estas redes são constituídas por níveis de confiança. Temos redes seguras para estabelecer contatos, mas também existem escritórios e até laboratórios cujo objetivo é justamente confundir populações por meio da criação e da distribuição de notícias falsas. Em um país que ainda convive com problemas educacionais profundos, que não tem escola primária, que nem a universidade é tão boa, isso é um problema. As pessoas estão, a todo momento, recebendo no celular coisas sobre política, sobre história, sobre divisão dos poderes institucionais, sem nunca terem lido nada profundo a respeito destes assuntos. O resultado é que elas acabam virando crentes. A posição do sujeito dentro de uma estrutura determina sua possibilidade de ver a realidade. Esse tipo de pergunta me deixa chateado...

Por quê?

Porque é a mesma pergunta que a minha professora da escola primária nos fazia. Eu estou com 86 anos e ainda não encontramos a resposta para ela.

Por que o senhor acredita que não encontramos?

Dias atrás, estava em uma conferência de um amigo economista que apresentava dados de PIBs. Na tela, apareciam curvas de crescimento das economias da Alemanha, dos Estados Unidos e de outros países. Então, ele fazia uma comparação com a nossa, estagnada. Foi quando uma pessoa na plateia perguntou o motivo de o Brasil ficar “marcando passo” — cresce um pouco, para, volta a subir, daí vem a inflação e não deixa arrancar. Não havia resposta para a pergunta.



A FILA É O PRINCÍPIO
FUNDAMENTAL
DA DEMOCRACIA.
QUEM CHEGOU
PRIMEIRO SERÁ
ATENDIDO PRIMEIRO.

Mas o senhor arrisca uma?

Talvez porque o nosso liberalismo seja “de muleta”. Olhe só: fomos o último país do mundo a abolir a escravidão, mas até hoje tem gente trabalhando como se fosse escravo.

Quais estruturas foram afetadas com essa mudança comunicacional que o senhor aponta?

O Brasil desidealizou aquela ideia de que deveria ser um país parecido com a França, com a Inglaterra, com a Alemanha, com os Estados Unidos. Era resquício de uma perspectiva evolucionista das sociedades que, aqui, se fragmentou por causa da informação. Tornou-se possível olhar de forma mais crítica para esses modelos, conhecer de perto suas contradições. Hoje, nós sabemos muito melhor que a polícia norte-americana é eficiente em matar negros, mais do que no Brasil, embora isso aconteça bastante na nossa realidade, ou que as instituições bancárias e as grandes empresas de lá podem ser muito corruptas também.

O que isso muda na política, por exemplo?

À medida que não temos mais posições holísticas, em que a totalidade conforma o sistema — ao contrário do catolicismo e dos projetos dos partidos socialistas e comunistas —, o que aparece é um individualismo repleto de interesses diferentes. No Brasil, foi quando emergiu uma direita com uma liderança sem nenhuma capacidade de entender esse todo. No entanto, existem contradições mais óbvias e chocantes. Como é que nós tivemos uma ministra de Estado que acredita que a Terra seja plana?

O conceito de racismo estrutural é central no debate sobre o Brasil atual. Como o senhor vê esta discussão?

São duas respostas. A primeira, em nível teórico, é que não existe nenhum problema social isolado. Um problema social é uma rede de significados que se aglutinam para certos grupos e que se desfazem para outros. Nesse sentido, a questão racial no Brasil passa inevitavelmente pela escravidão. Do ponto de vista prático, um sociólogo de São Paulo, Oracy Nogueira, já escrevia há tempos que

o preconceito brasileiro é “de marca”, porque depende da aparência. É circunstancial, no sentido de que você é mais preto ou mais branco dependendo da circunstância. Quando eu disse isso, fui tachado de reacionário, mas é fato. Se você tiver um comportamento estranho em um lugar público, como um supermercado, você ficará muito mais preto aos olhos dos outros do que se estiver em uma casa onde as pessoas o conheçam. É o contrário do que acontece nos Estados Unidos.

Por quê?

Lá, o que rege é o preconceito de origem, que se baseia em saber quem foi seu avô, por exemplo. E se ele era negro, então não importa quão branca seja a sua pele, você será classificado como negro. É por isso que no país havia o fenômeno da passagem: as pessoas negras saíam do Sul em direção ao Norte, faziam um novo cartão de seguridade, uma nova identidade, e eram reclassificadas como brancas. Isso, claro, não tirava o medo de serem descobertas um dia, um drama que nunca existiu aqui.

E sobre o conceito de racismo estrutural?

É uma descoberta sociológica importantíssima. O racismo no Brasil é como uma sala com várias portas — e todas pelas quais saímos levam a lugares diferentes, mas, depois, nos fazem voltar para o mesmo lugar. Isso é resultado de uma sociedade baseada no sistema da escravidão que foi (e é) dominante no mundo brasileiro. É uma totalidade hierar-



Foto: Fernando Sampaio / ESTADÃO

quizada. Pode haver leis para tentar equalizar, democratizar, mas a igualdade não pega, porque depende sempre da circunstância. Em algumas delas, nós somos iguais, mas, em outras, acontecerá o contrário dependendo da cor da minha pele, do jeito que eu falo, do meu corte de cabelo. O racismo estrutural é justamente o preconceito enraizado em uma sociedade hierarquizada. No Brasil, não existe só o superior e o inferior, mas também o superior do superior, e o superior do superior do superior, e a mesma coisa com os inferiores. É uma gradação.

Essa estrutura hierárquica também se modificou nos últimos anos?

Com a polarização recente, a tendência é que estas posições se relativizem, sem se ter clareza de quem as ocupa. Em momentos normais, você sabe exatamente com quem está falando, como eu escrevi [*em Carnavais, malandros e heróis, de 1979*]. É o deputado federal, o policial, o advogado, qualquer pessoa que se coloque como mais branca. Eu vejo muito isso no futebol.

De que forma?

O senso comum é chamá-lo de “ópio do povo”, quando, na verdade, é o contrário. O futebol estabelece algo que uma sociedade hierarquizada como a nossa detesta: a competição entre iguais. São dois times com o mesmo número de jogadores, um juiz que precisa ser imparcial, mesma transmissão da televisão etc. As brigas violentas das torcidas são reflexo do problema em viver a igualdade mais absoluta possível. Mais do que isso, expressa a dificuldade em elaborar como, em uma sociedade de iguais, uns podem ser melhores do que outros em algumas coisas.

Isso se manifesta em situações cotidianas?

É interessante que o que chamamos de mobilidade social não diz respeito só à possibilidade de se mover por entre as camadas existentes da sociedade, mas também a esses movimentos no cotidiano, como dar lugar para uma pessoa mais velha no transporte público ou esperar por uma mesa no restaurante. Em uma sociedade de iguais, é preciso esperar como todas as outras pessoas, não



Um problema social é uma rede de significados que se aglutinam para certos grupos e que se desfazem para outros.

importa quem você seja. A fila, nesse sentido, é um objeto sociológico, como abordei em um livro que escrevi com o [cientista social] Alberto Junqueira [A fila e a democracia, Rocco, 2017].

O que a fila mostra sobre o Brasil?

A fila é o princípio fundamental da democracia. Quem chegou primeiro será atendido primeiro. Ponto. No Brasil, porém, aqueles que deveriam estar no meio da fila, no seu sentido social, continuam sempre no fim. A fila não anda — e não o faz porque quem está atendendo não tem preocupação com quem está no último lugar. A concretude disso é a ausência de políticas públicas e a existência de um Congresso bastante preocupado com os próprios privilégios. São elementos que conformam uma sociedade originalmente aristocrática e que se mantém assim até hoje. O Brasil parece um armário repleto de gavetas, mas todas difíceis de abrir, de trocar de lugar, de mexer, até mesmo de acabar com o engavetamento. Isso é o racismo estrutural.

Como isso se revela na vida política do País?

A política é o cumprimento de regras impessoais. No Brasil, isso é difícil, porque a punição para o crime depende sempre de quem o cometeu. Quer dizer, não tem impessoalidade. É a metáfora da fila novamente: você está sendo atendido no guichê, e um familiar seu está no último lugar. Você o chama para ser atendido antes, desrespeitando todo mundo que chegou antes. É uma dialética oposta, em que o que é impessoal se transforma em pessoal. Mesmo na política institucional, há uma expressão típica de uma sociedade hierarquizada, que é a divisão entre parlamentares do “baixo clero” e do “alto clero”. Quer dizer, todos são deputados, mas uns são mais do que outros.

E o que mantém essa estrutura funcionando?

As pessoas aprendem no ambiente doméstico. O espaço da casa pode perfeitamente ser a primeira experiência autoritária de um brasileiro — e, nesse sentido, é fundamental entender como os governantes se apropriam disso. É o caso clássico do bolsonarista. Aliás, é a história do próprio Bolsonaro, que se apropriou da instituição presidencial como se ela fosse dele. Veja bem como a sociedade dá voltas suspeitas: pelo igualitarismo democrático, por um sistema eleitoral competitivo, nós elegemos Bolsonaro e três membros da família dele. E foi justamente graças aos filhos que ele foi se tornando cada vez mais autoritário. E nós que achávamos que essas dinastias políticas existiam apenas no Nordeste...

A PB está completando 60 anos em 2023. O que mudou de 1963 para hoje?

É o mesmo Brasil. Os grandes problemas do País continuam nos desafiando. Muita coisa foi resolvida, é verdade, logrando uma modernidade aparentemente superficial, mas é o mesmo Brasil. Ainda convivemos com dificuldades na educação primária, na saúde, na desigualdade. Muita gente da minha geração acha até que as coisas pioraram. Esse período começa com o Jânio Quadros renunciando, o presidente eleito com todas essas esperanças de que estamos falando aqui. Ele tinha uma vassoura para acabar com a corrupção. No campo da educação, nós vimos um país como a Coreia do Sul passar na nossa frente, ao investir em uma grandíssima transformação educacional cujo protagonista era a figura do professor. Demorou duas gerações, mas aconteceu.

Qual é o dilema que o senhor vê acontecendo hoje no mundo?

O fato de o Ocidente ter apostado todas as fichas em uma coisa chamada “progresso” sem ter uma ideia clara de qual era a meta. No progresso, a meta é avançar para um lugar que não se sabe qual é. É a felicidade humana? Mas quantas ideias e quantos retratos de felicidade existem?

&

ENFRENTANDO OS DESAFIOS E OPORTUNIDADES POR MEIO DOS VALORES DA **LIBERDADE** E DA **DEMOCRACIA**

O Brasil é um país com muitos desafios e oportunidades em diversas áreas, como educação, comércio, indústria, agronegócio, infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico. Para enfrentar esses desafios e aproveitar essas oportunidades, é preciso pensar de forma criativa e inovadora, buscando soluções que sejam eficientes, sustentáveis e que respeitem os valores da liberdade, da democracia e da ética.



Nesse sentido, a Universidade Presbiteriana Mackenzie lançou em 2016 o **Centro Mackenzie de Liberdade Econômica** (Mackliber), um projeto que visa pensar os problemas brasileiros e propor soluções na perspectiva da livre iniciativa e do empreendedorismo.

O Mackliber é formado por professores, pesquisadores e alunos de diferentes áreas do conhecimento, que se dedicam a estudar e divulgar os princípios e as práticas da economia de mercado, da livre concorrência, da propriedade privada e do Estado de Direito.

O Mackliber realiza diversas atividades acadêmicas e de extensão, além de parcerias nacionais e internacionais com o objetivo de promover o debate qualificado sobre os temas relevantes para o desenvolvimento do Brasil.

Dentre as suas iniciativas, destacam-se o Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual, o Fórum Mackenzie de Liberdade Econômica, os Estudos Setoriais, o Contributo (Calculadora Tributária), a Auditoria da Liberdade Econômica e as pesquisas sobre corrupção sistêmica e sobre atividade legislativa.

O Centro **Mackenzie de Liberdade Econômica** é uma forma de contribuir para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o bem comum, os princípios de liberdade e responsabilidade e que possam atuar como agentes de transformação na sociedade brasileira em direção à prosperidade.

UM OLHAR **ACADÊMICO INOVADOR** PARA DENTRO DO NOSSO PAÍS



Centro de Liberdade Econômica Mackenzie

CHOQUE ENTRE O VELHO E O NOVO

Em março de 1979, as dificuldades enfrentadas pelos jovens à procura do primeiro emprego foram assuntos debatidos na *Problemas Brasileiros*. Quase 45 anos depois, esses desafios parecem ainda mais complexos: dentre a população de 14 a 29 anos, 27% não estudam nem trabalham. De lá para cá, a escolaridade melhorou, mas as competências requeridas agora seguem na esteira de um novo componente dessa engrenagem – a transformação digital.

HI

Há 80 anos, no dia 1º de maio de 1943, aproximadamente 100 mil pessoas se aglomeravam na Esplanada do Castelo, região central do Rio de Janeiro, onde ficavam localizados os prédios de alguns ministérios no período em que a cidade foi a capital federal.

A multidão era formada por funcionários uniformizados da estatal Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), marco da recém-criada indústria de base nacional, operários de fábricas, empregados do comércio, funcionários públicos, ferroviários, tecelões e diversas outras categorias, escaladas pelos respectivos sindicatos e pela intensa propaganda oficial promovida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que conclamou o povo a prestigiar as celebrações do Dia do Trabalhador.

Tudo foi preparado para uma festiva tarde de sábado carioca, com direito a banda de música da Polícia Militar e guarda de honra presidencial. Alto-falantes foram espalhados por toda a esplanada para o público acompanhar os discursos das autoridades. A presença mais aguardada, porém, era a do presidente Getúlio Vargas, que falaria a partir da tribuna de honra montada em uma das sacadas do edifício do Ministério do Trabalho.

Por volta das 15h, Vargas comunicou à Nação, durante o seu tradicional discurso de 1º de Maio, a assinatura do Decreto-Lei 5.452, que instituiu a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o mais importante arcabouço de legislação laboral da

História do Brasil. Com 922 artigos, a CLT passou a oferecer aos empregados uma série de proteções legais até então inexistentes, como registro em carteira, aposentadoria por tempo de serviço, salário mínimo, férias remuneradas, jornada fixa e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), entre outros benefícios.

“O trabalhador brasileiro nunca me decepcionou. Diligente, apto a aprender e a executar com enorme facilidade, sabe ser também bom patriota. A essas disposições, o governo responde com uma política trabalhista que não divide, não discrimina, mas, ao contrário, congrega a todos”, discursou o presidente ao público, que respondia a cada trecho agitando bandeirinhas e com salvas de palmas. A criação da nova legislação trabalhista, que, após ser regulamentada, entrou em vigor a partir de 10 de novembro de 1943, garantiu a Vargas a sustentação do Estado Novo e o seu título mais famoso: “pai dos pobres”.

Oito décadas após ser criada, a CLT, mesmo ao sofrer várias modificações em seus artigos ao longo das décadas, segue como importante mecanismo de regulação. O mercado de trabalho brasileiro, porém, enfrenta novos desafios que não existiam na era Vargas, em especial o advento da tecnologia e seus efeitos nos modos de produção e nas exigências para o preenchimento das vagas. Além disso, há um predomínio da informalidade, o que deixa milhões de brasilei-

ros à margem dos direitos comemorados naquela tarde festiva de 1943.

MAIORIA DESPROTEGIDA

“Em torno de 40% dos brasileiros trabalham de modo informal, sem proteções trabalhistas e previdenciárias”, atesta o professor José Pastore, presidente do Conselho de Emprego e Relações de Trabalho (CERT) da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Segundo ele [entrevista na pág. 49], na contramão da segurança e da estabilidade econômica prometidas aos trabalhadores por Vargas, o mercado de trabalho brasileiro atual se caracteriza pela baixa qualidade das vagas, pela educação limitada e pela falta de qualificação da mão de obra frente aos avanços da digitalização empresarial.

“Dois terços dos brasileiros que trabalham estão em postos de baixa qualificação, ao passo que sete em cada dez trabalham em empregos de baixo conteúdo tecnológico e remuneração”, destaca Pastore. Mesmo para os bons empregos, explica o professor, há falta de mão de obra qualificada em áreas como Infraestrutura, Pesquisa e Desenvolvimento Industriais, Energia, Meio Ambiente, Tecnologia da Informação (TI) e outras que exigem mais capacitação. Isso não significa, porém, que um diploma seja a garantia de bons empregos e altos salários. “Há cerca de 5 milhões de pessoas com diploma universitário que não conseguem exercer atividades na sua área de formação e que acabam trabalhando em postos que exigem menos qualificação, o que se reflete em salários mais baixos”, diz Pastore.

A crescente digitalização leva a um movimento de substituição de vagas, principalmente de baixa complexidade, pelo uso de máquinas, atingindo as pessoas que atuam nessas funções e que, conforme explica Pastore, são maioria no País.

O movimento é semelhante ao que ocorreu durante a Revolução Industrial, na Inglaterra, a partir do século 18, quando o trabalho artesanal foi substituído pelas máquinas em setores como tecelagem, aumentando a produtividade das empresas e reduzindo custos. “A diferença é que a revolução digital chega a uma velocidade muito superior à industrial, o que demanda uma responsabilidade social muito grande por todos os setores envolvidos”, explica o cientista político Andriei Gutierrez, presidente do Conselho de Economia Digital e Inovação (CEDI) da FecomercioSP.

A digitalização também apresenta reflexos positivos, como mais oportunidades em áreas de TI, Saúde e Educação. Setores como o criativo, o digital e o de economia verde são apostas e devem ser os responsáveis pela geração de centenas de milhares de vagas nos próximos anos. “A inclusão digital das empresas acarreta novos serviços e oportunidades que absorvem essa mão de obra. É uma chance histórica que temos, pois, hoje em dia, é possível inovar em qualquer lugar do território nacional que disponha de boa conectividade”, ressalta Gutierrez.

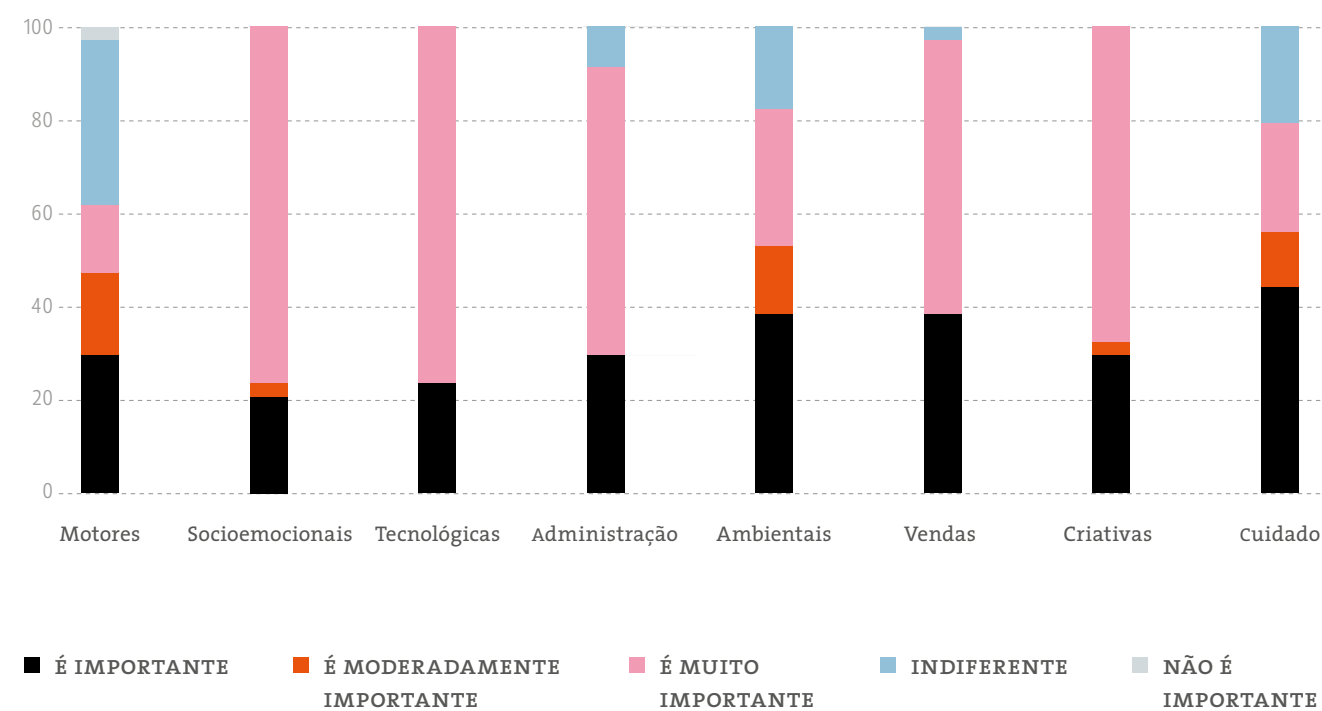
Os desafios para promover a inclusão dos trabalhadores nesse mercado de trabalho cada vez mais exigente passam pelo preparo dos empregados, em especial os mais jovens, conforme mostra o estudo Futuro do Mundo do Trabalho para as Juventudes Brasileiras, divulgado em março deste ano. “A economia digital é uma realidade, inclusive transversal às outras. Por isso, é muito importante o investimento em letramento digital dos jovens, com real compreensão das potencialidades da tecnologia e de como aplicá-las de maneira crítica”, explica Lia Glaz, diretora-presidente da Fundação

Telefônica Vivo, uma das promotoras do estudo, realizado em parceria com o Itaú Educação e Trabalho (IET), a Fundação Roberto Marinho (FRM) e a Fundação Arymax. “Quanto antes as escolas tiverem capacidade de desenvolver essas habilidades nos estudantes, mais preparados eles chegarão ao mercado, independentemente da área de atuação”, completa Lia.

Na visão de João Alegria, secretário-geral da FRM, é preciso desenvolver, em caráter de urgência, políticas públicas sistêmicas, de complemento educacional e formação profissional, para que essa parte significativa da população consiga se incluir social e produtivamente. O estudo detalhou a relevância de diferentes habilidades para inserção de jovens no mercado de trabalho.

A situação pode piorar no futuro, caso não sejam implementados programas de governo eficazes para essa parcela da população, segundo a gerente de Gestão do Conhecimento do IET, Carla Chiamareli. “As ações passam pela expansão qualificada das educações profissional e tecnológica, atreladas a políticas de fomento que envolvam a sociedade e o setor produtivo”, destaca.

RELEVÂNCIA DAS HABILIDADES PARA A INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO



As habilidades tecnológicas e socioemocionais são consideradas as mais importantes. Já as habilidades motoras são as que mais concentraram a opção “indiferente”

Fonte: pelo Instituto Ciclica

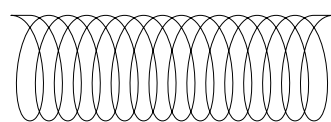
REFLEXOS NO RH

Exemplo dessas mudanças com reflexos nos Recursos Humanos (RH) ocorre no setor bancário. Frente à digitalização das transações financeiras, o transporte físico de cédulas, moedas e cheques sofreu uma queda brusca, obrigando as empresas de transportes de valores a se reposicionarem no mercado. A Brink's investe em soluções digitais para o varejo e novos serviços a instituições financeiras.

Quando a empresa atuava apenas no segmento de transporte de valores, a maior parte do quadro de funcionários era da área Operacional, incluindo motoristas e vigilantes. Com o investimento em transformação digital, são necessários novos perfis. "É preciso, por exemplo, ter conhecimento em tecnologia, Inteligência Artificial (IA), visão financeira e até mesmo varejo", explica Marcelo Caio Bartolini D'Arco, CEO da Brink's Brasil.

Pelo lado dos trabalhadores, há obstáculos como desenvolvimento de novas habilidades e estabelecimento do equilíbrio entre vidas pessoal e profissional em ambientes de alta densidade tecnológica, além de terem que lidar com relações menos firmes com empresas e empregadores. "Em todas as transições, há o choque entre o velho e o novo", alerta Gutierrez, do CEDI, lembrando que, durante a Revolução Industrial, máquinas eram destruídas porque os operários temiam perder os empregos para a automação. "O que faz a diferença é a velocidade para dar as respostas necessárias", completa.

Oito décadas se passaram desde que a CLT foi promulgada e estabilizou, no Brasil, as relações entre empresas e trabalhadores. Contudo, na opinião de Alegria, da FRM, a globalização exige flexibilidade e capacidade de resposta às quais a legislação trabalhista, mesmo tendo sido revista algumas vezes, já não consegue mais atender.



CRESCENTE DIGITALIZAÇÃO LEVA A UM MOVIMENTO DE SUBSTITUIÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO, PRINCIPALMENTE DE BAIXA COMPLEXIDADE, ATINGINDO A MAIORIA DA FORÇA DE TRABALHO NO PAÍS

INFLUÊNCIA DEMOGRÁFICA

Para os próximos anos, também será necessário lidar com o envelhecimento da população brasileira e a redução das taxas demográficas, o que deve provocar impactos ao mercado de trabalho, já que será necessário produzir mais com menos gente disponível. "Será preciso requalificar os profissionais mais velhos. Também deverá haver melhorias da produtividade e da eficiência. Caso contrário, o desenvolvimento do País estará comprometido", explica o economista Paulo Paiva, professor associado da Fundação Dom Cabral (FDC) e ex-ministro do Trabalho e do Planejamento e Orçamento durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Outra tendência destacada pelos especialistas é a flexibilização das relações de trabalho ocorrida após a Reforma Trabalhista de 2017, que, dentre outras medidas, facilitou a contratação de funcionários temporários e afrouxou regras. Isso levou à busca por alternativas como trabalhos com aplicativos (mobilidade e entregas, principalmente) ou o microempreendedorismo.

"A flexibilização é uma tendência que habita as mentes de profissionais de recursos humanos e trabalhadores, mas estamos longe de ter boas soluções de vínculo e seguridade social para relações laborais mais fluidas", opina Alegria, da FRM. Segundo ele, as empresas, como outras instituições tradicionais com as quais estamos acostumados a conviver, estão sendo pressionadas a passar por transformações profundas.

EVOLUÇÃO REGENERATIVA

A digitalização dos processos produtivos tem provocado impactos em direções diversas e até divergentes – ao mesmo tempo que destroem postos de trabalho existentes, criam novos. A opinião é do professor José Pastore, presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho (CERT) da FecomercioSP, em entrevista sobre as transformações do mundo laboral.

Como se caracteriza o mercado de trabalho brasileiro?

O Brasil conta com uma força de trabalho de 105 milhões de pessoas. Cerca de dois terços trabalham em atividades muito simples e de baixa qualificação, como balconistas, entregadores, garçons, lavradores, motoristas, ajudantes, domésticos etc. Em suma, tanto os empregos como os trabalhadores são de baixa qualidade. Daí a incidência de baixas remuneração e proteção. Esse quadro tem raízes históricas e está ligado à nossa estrutura de produção e exportação. Aproximadamente dois terços das exportações brasileiras são de commodities, em que a maioria das atividades é simples. Isso faz toda a diferença. Veja o caso da Alemanha: mais de 50% das ex-

portações são de alta tecnologia, e dois terços da força de trabalho têm elevadíssima qualificação. Isso significa que, para aumentar a renda das pessoas, é essencial a existência de empregos e educação de boa qualidade. Infelizmente, estamos longe disso no Brasil.

Como superar isso?

A superação desse quadro será demorada e trabalhosa. Vai depender de uma forte guinada na nossa estrutura de produção e na elevação da qualidade de educação.

Como a digitalização da economia interfere no mercado de trabalho?

A entrada das tecnologias digitais nos processos produtivos tem provocado impactos em direções diversas e, muitas vezes, divergentes. Por um lado, a digitalização destrói postos de trabalho. Do outro, são criadas novas oportunidades. Além disso, colaboram para os ganhos de produtividade e a melhoria da qualidade de vida da população.

Uma das grandes preocupações é com os jovens, em especial os que não trabalham nem estudam. O que pode ser feito para oferecer ocupação a eles?

Esses jovens precisam de educação e emprego. Muitos terão de estudar enquanto trabalham. Para tanto, precisam de escolas acessíveis e empregos. A aprendizagem pode ser realizada também por meio de cursos virtuais. Mas não podemos ter ilusões. A geração de empregos depende de investimentos e crescimento econômico, e isso está fora do cenário brasileiro há décadas. A conduta dos governos é muito importante para estimular ou desestimular os investimentos.

A Reforma Trabalhista trouxe avanços no mercado de trabalho?

Houve vários avanços. A reforma reduziu os conflitos entre empregados e empregadores,

com quedas expressivas de ações trabalhistas, o que é bom para os dois lados. Litígio desgasta emocionalmente as pessoas e economicamente as empresas. A nova lei criou modos mais flexíveis de contratar e remunerar o trabalho, o que estimulou a geração de empregos. De 2017 para cá, foram criados mais de 5 milhões de vagas formais, apesar da recessão e da pandemia.

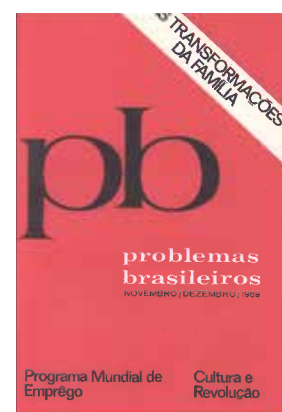
Quais serão os impactos do envelhecimento da população causados ao mercado de trabalho nos próximos anos?

Nunca o mundo envelheceu de forma tão rápida como nos dias atuais, provocando mudanças enormes no mercado de trabalho. Há cada vez menos jovens para sustentar uma previdência social, que tem pela frente a necessidade de atender cada vez mais idosos. Não há sistema previdenciário que aguarde essa transformação. Nosso destino está traçado. Vivendo mais, precisamos trabalhar por mais tempo, o que tem provocado revoltas nos países que buscam elevar a idade de aposentadoria. Mas não há alternativa, temos de nos acomodar com as novas exigências.

Como as empresas devem lidar com questões como o etarismo?

Aos poucos, as empresas vão reconhecendo o valor dos idosos e ampliando os sistemas de recrutamento. Não há dúvida de que a resistência ainda existe. As empresas preferem contratar jovens. Isso poderá ser praticado enquanto existirem pessoas dessa faixa etária dispostas a trabalhar. À medida que essa população minguar, as empresas aceitarão mais os idosos. Nos países avançados, há muito tempo as empresas abrem jornadas mais curtas e intermitentes para facilitar a contratação dessas pessoas.





“Desde a década de 1980, em países que são sucesso de crescimento, como as Coreias, Taiwan, Singapura, China e Índia, a produtividade está crescendo mais rapidamente do que a norte-americana. Isso é lógico, porque a única maneira de alcançar as nações mais avançadas é melhorar a produtividade.”

JOSÉ SCHEINKMAN, economista e professor da Universidade Columbia, em entrevista da edição 438, em fevereiro de 2017

1969_ (1) As discussões da 53ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada na Suíça, ganham as páginas da **PB**.

1979_ (2) A revista aborda a importância de políticas integradas entre governo e sociedade para a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

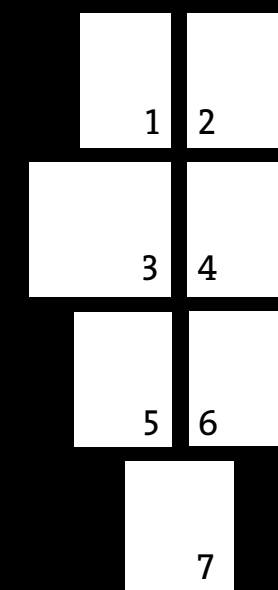
1982_ (3) Quando a computação ainda dava os primeiros passos, no começo da década de 1980, **PB** mostra o impacto da tecnologia na sociedade.

1984_ (4) Tema sempre abordado pela publicação, a simplificação tributária marca a pauta da edição 234, em abril de 1984. O texto destaca que a reforma “não pode tirar muito de poucos e dar pouco a muitos”.

2001_ (5) É aprovada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), importante mecanismo para a modernização das contas públicas, tema da edição 344.

2017_ (6) Em 2017, a Reforma Trabalhista é aprovada. Reportagem mostra o aperfeiçoamento das relações laborais e a segurança jurídica proporcionadas pela nova lei.

2018_ (7) A inovação é importante para melhoria da competitividade. Aumento da produtividade e qualificação da mão de obra são fatores essenciais nesse processo.





NÓS A DESATAR

Ambiente de negócios burocrático afugenta investimentos e eleva o custo para pesquisa de novas tecnologias a fim de elaborar produtos de maior valor agregado.

texto MARCUS LOPES | ilustração ALBERTO LINS

“

“No Brasil, até o passado é incerto.” A frase, atribuída ao ex-ministro da Fazenda Pedro Malan, ilustra as dificuldades históricas do País em melhorar o ambiente de negócios para as empresas nacionais e estrangeiras.

Para se ter uma ideia do potencial perdido, estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), divulgado em 2022, mostra que o Produto Interno Bruto (PIB) nacional poderia ser elevado em até US\$ 1 trilhão no período de cinco anos. Contudo, isso depende da aprovação das reformas Tributária e Administrativa, além da adoção de medidas para melhorar a infraestrutura, a educação e as seguranças institucional e jurídica.

Outro número expressivo foi medido pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC). Estudo divulgado pela entidade em maio deste ano, mostra que os prejuízos com complexidade tributária, gargalos logísticos, insegurança jurídica e burocracia em excesso chegam a R\$ 1,7 trilhão por ano (19,5% do Produto Interno Bruto (PIB)). É o chamado custo Brasil, que trava investimentos de médio e longo prazos.

A carga tributária equivalente a cerca de 34% do PIB é outro fator de desânimo entre o empresário e a população em geral. “O custo dos negócios é muito mais alto, e, conseqüentemente, a empresa que atua no Brasil é menos produtiva e tem menos condições de competir com as estrangeiras. Isto é, perde-se competitividade”, aponta o economista Paulo Feldmann, professor na FIA Business School.

Segundo Feldmann, o poder econômico de um país pode ser medido pela quantidade de empresas na lista das maiores do mundo. Ele cita como exemplo China e Estados Unidos, que contam, cada um, com cerca de 500 companhias no ranking de maiores corporações da revista *Forbes*. Já o Brasil tem menos de 20 empresas nessa lista. “Para termos empresas mundialmente competitivas, precisamos aumentar muito a nossa produtividade. Para isso, é necessário melhorar o nosso ambiente de negócios”, destaca o economista.

A complexidade tributária nacional, que piorou ao longo das décadas, pode ser medida em números. Da entrada em vigor da Constituição, em 1988, até o fim de 2020, aproximadamente 32 mil normas tributárias federais foram editadas, o que significa quatro novas regras por dia útil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT).

CARAS CONSEQUÊNCIAS

A burocracia gera, inevitavelmente, impacto negativo para o desenvolvimento de negócios. “Para se iniciar uma nova atividade econômica ou oferecer um novo produto ou serviço, há necessidade de cumprir diversas obrigações, como alterações cadastrais, solicitação de licenças, obtenção de alvarás e cumprimento de obrigações acessórias”, enumera a advogada Fernanda Sá Freire, sócia da área de Direito Tributário do escritório Machado Meyer Advogados.

“A alta carga tributária — que, por si só, inibe novos investimentos — faz com que o empresário tenha de buscar novas formas de trabalhar, visando a menor tributação, mesmo que não seja a melhor estratégia de negócio”, explica Fernanda. A advogada cita como exemplo a escolha para instalar a empresa levando-se em consideração os benefícios fiscais oferecidos. “O empresário acaba optando por uma localiza-

ção não natural, aumentando o custo logístico, como uma forma de reduzir a tributação.”

Os prejuízos são sentidos não apenas no volume de recursos que circulam no País, mas também na geração de emprego e renda, além do aumento da informalidade. “O menor nível de geração de riquezas em escala nacional amplia a desigualdade socioeconômica e piora o bem-estar coletivo”, afirma Júlia Nicolau, coordenadora da Divisão de Análise e Suporte à Competitividade Empresarial da Firjan. “A maior concentração de renda leva a baixos níveis de educação e saúde e amplifica os problemas relacionados à segurança pública, que são questões críticas no Brasil”, completa.

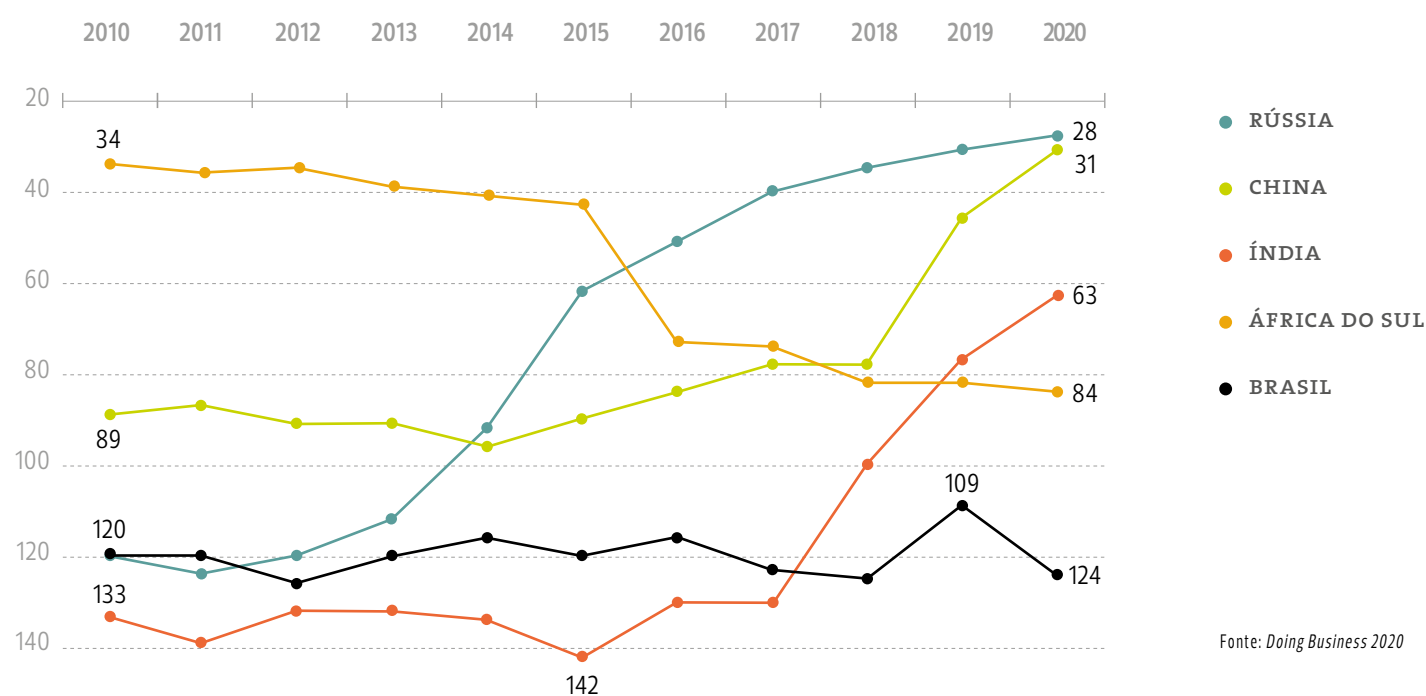
A esses problemas, devem ser acrescentados temas como defasagens tecnológica e industrial, mesmo se tratando de uma das 20 maiores economias do mundo, segundo classificação do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Apesar dos esforços para flexibilizar as relações de trabalho e desburocratizar alguns serviços públicos, o Brasil caiu 15 posições no ranking Doing Business 2020, em comparação ao levantamento anterior, figurando no 124º lugar entre 190 nações avaliadas. O pior desempenho nacional foi observado no quesito “pagamento de impostos”: 184º. As cinco economias mais bem colocadas foram Nova Zelândia, Singapura, Hong Kong (China), Dinamarca e Coreia do Sul



Edição 438, de outubro de 2016, abordou a história de gastos públicos desenfreados e a burocracia — fatores que afetam a competitividade nacional.

COMO FOI A ÚLTIMA DÉCADA PARA O BRASIL? E PARA OS PAÍSES DO BRICS?



Fonte: Doing Business 2020

“A MAIOR CONCENTRAÇÃO DE RENDA LEVA A BAIXOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE E AMPLIFICA OS PROBLEMAS RELACIONADOS À SEGURANÇA PÚBLICA, QUE SÃO QUESTÕES CRÍTICAS AO BRASIL.”

JÚLIA NICOLAU, coordenadora da Divisão de Análise e Suporte à Competitividade Empresarial da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan)

“A burocracia e a carga tributária reduzem a eficiência e a capacidade de investimento das empresas, exigindo mais esforço para o cumprimento das obrigações normativas e legais e reduzindo o capital disponível para expansão dos negócios, aumento da produção e postos de trabalho”, comenta o professor Acílio Marinello, coordenador do MBA executivo em Digital Finance da Trevisan Escola de Negócios.

Os certames tributários estão entre os principais pontos que precisam ser tratados para a melhoria do ambiente de negócios do País. Trata-se de um debate antigo e que nunca foi totalmente solucionado. Em 1982, a **Problemas Brasileiros** já alertava para a necessidade de uma simplificação tributária na reportagem “O sistema tributário brasileiro em debate”, publicada na edição 211.

“Em todos os Estados brasileiros, foi constatado que as empresas despendem entre 1.483 e 1.501 horas por ano para preparar, declarar e pagar impostos”, cita a advogada Giovanna Gamba, do escritório Schiefler Advocacia. Já o prazo para conseguir todas as autorizações necessárias para construções pode superar um ano, puxando para baixo o interesse dos empresários nacionais e estrangeiros no investimento em novos negócios, conforme avaliação do Doing Business, diagnóstico do Banco Mundial que, até 2021, avaliava uma lista de países quanto às condições para fazer negócios [confira a posição do Brasil e dos países do Brics no gráfico na pág 54].

PARA ALÉM DAS REFORMAS

Quanto mais complexo um sistema burocrático, maior o número de janelas que se abrem para a ineficiência e a corrupção. É a opinião de David Kallás, coordenador-executivo da pós-graduação *lato sensu* do Insper. “Há também o risco da sonegação fiscal”, complementa. Ele cita uma palestra que ministrou em uma empresa multinacional como exemplo da ineficiência burocrática. “O diretor disse que o Brasil era a única unidade da empresa onde havia mais funcionários na área que cuida dos impostos do que no setor de marketing”, lembra.

A Reforma Tributária, apesar de importante para destravar a economia, deve ser acompanhada de outras medidas, apontam os especialistas. Um deles é a segurança jurídica para a formalização de grandes e longos contratos, como concessões e parcerias. Para Eduardo Ramires, sócio-fundador da Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques — Sociedade de Advogados, a reforma é apenas um dos lados da equação. “Também será necessário viabilizar o investimento na infraestrutura nacional e impulsionar a atividade econômica, ainda bastante abalada pelos reveses dos últimos anos”, ressalta.

Outra ressalva é que não basta a aprovação de uma reforma para a melhoria do ambiente de negócios. É necessário que a nova legislação promova a simplificação do sistema, com redução dos tributos e regras fiscais de fácil compreensão por parte das empresas. “Tudo depende de como será feita essa reformulação. De nada adianta uma Reforma Tributária que institua um sistema tão complexo e oneroso como o atual”, afirma o tributarista Marcelo John Cota de Araújo Filho, do Schiefler Advocacia.

Entretanto, nem tudo é pessimismo. Ao olhar a “metade cheia do copo”, os especialistas apontam que, a despeito dos problemas enfrentados, parte do caminho já foi percorrido pelo País e houve avanços nos últimos 60 anos. São citados marcos como a abertura do mercado brasileiro na década de 1990, a estabilidade da moeda promovida pelo Plano Real, a formação de alianças econômicas com países estratégicos, como a China, e a consolidação do Brasil como potência do agronegócio, além de ser um dos maiores produtores mundiais de minério de ferro.

&

TRAÇOS BRASILEIROS EM PORTUGAL

texto LUCIANA ALVAREZ

O Brasil foi o grande destino da imigração lusitana nos séculos 18 e 19, sobretudo dos jovens de famílias de classe média que decidiram sair do interior do norte de Portugal em busca de fazer fortuna do outro lado do Atlântico. O movimento marcou não só a história brasileira como também a portuguesa, como conta a historiadora **ISABEL CORRÊA DA SILVA**, professora e pesquisadora na Universidade de Lisboa que, desde 2008, estuda as relações luso-brasileiras. Entre os que conseguiram enriquecer, vários voltaram para Portugal e, no retorno à terra natal, passaram a ser tratados como “brasileiros”. Além deles, nosso país foi uma inspiração para o movimento republicano de lá, que usava a Proclamação da República da ex-colônia como um exemplo retórico importante para a própria causa.



Foto: Divulgação

O seu estudo trata do português que emigrou nos séculos 18 e 19, mas o fluxo de emigrantes portugueses é um fenômeno comum até hoje. Sair de Portugal é uma característica da identidade lusitana? — Isso é um bocado a “pergunta do milhão de dólares” da historiografia portuguesa. Mais para trás, desde o período da expansão marítima no século 15, e até mesmo um pouco antes, faz sentido refletir sobre o impulso para sair de Portugal. Há uma espécie de dinâmica contínua de saída, mas não sei se é uma característica que possamos atribuir ao português.

Em Portugal, o termo “brasileiro” era usado para designar portugueses que foram e voltaram do Brasil? — Sim. No Brasil, as pessoas me falam: “Mas ele não é brasileiro”. Quando fui dar uma palestra na Unifesp [Universidade Federal de São Paulo] em torno desta ideia do português que voltava para casa com dinheiro e era chamado de “brasileiro”, muitos alunos vieram me falar depois que pensavam que eu iria falar da imigração dos brasileiros. No entanto, para Portugal, é muito evidente, porque esse tipo, o “brasileiro”, era uma forma de identidade comum nos séculos 18 e 19.

Esta identidade transnacional de quem retorna é algo único de Portugal–Brasil ou aconteceu também com outras ex-colônias? — É exclusiva. O grande destino da imigração portuguesa nos séculos 18 e 19 era o Brasil. Não há equivalente em nenhum outro território ou colônia lusitana, quando se trata dessa imigração espontânea, não da que era coordenada pelo Império ou, depois, pelo Estado português. A partir de certa altura, fim do século 18 e início do 19, temos um modelo de imigração completamente individual e espontânea. E não é uma imigração miserável, são jovens filhos de pequenos proprietários, muitos deles sabem ler e escrever — e iam com alguma rede social já estabelecida, um primo, um tio, alguém da terra que já estava à espera deles.

O que mais caracterizava esse tipo social? — Esses “brasileiros” saíam em geral das regiões de Beira Minho e Trás-os-Montes. Quando retornavam, tinham características próprias, como um certo modo de vestir, usavam roupa branca, mais leves. Construíam casas com varandas muito abertas — o que, se calhar, não fazia muito sentido no interior do norte de Portugal. Eram vistos como excêntricos. Mas o fato é que havia um investimento dessa elite de deixar a sua marca.

Muitos fundaram escolas, repararam igrejas, deram dinheiro a Casas de Misericórdia locais. A distinção do “brasileiro” é também consequência de um voluntarismo desses homens.

Mas nem todos ficavam ricos no Brasil, certo? — O perfil não era a regra: a grande maioria não voltava. Eles tinham uma vida muito difícil no Brasil e não conseguiam ultrapassar certo patamar para ter dinheiro para voltar a Portugal. Não se sabe quantos ficaram no Brasil, porque não sabemos quantos saíram. Grande parte da migração era clandestina. Os que voltaram, antes, já haviam ascendido socialmente em suas bolhas nas comunidades de portugueses no Rio, em São Paulo, em Belém ou no Recife. Eles conseguem obter méritos, ordens e títulos de nobreza, voltam já na condição de conselheiros, barões. Estamos falando de uma minoria, mas uma minoria visível.

Havia um interesse econômico por trás desses títulos? — Diferentemente do que acontecia antes, ter um título de nobreza, no século 19, não trazia benesses financeiras. Ao contrário: a coroa portuguesa vendia os títulos para arrecadar dinheiro. Os “brasileiros” queriam os títulos pensando em reconhecimento social e prestígio. Consultei correspondências dos representantes diplomáticos portugueses no Brasil, que serviam de plataforma de comunicação das elites que viviam no Brasil e o Estado português, e há muitos pedidos.

E de fato esse grupo ganhou prestígio em Portugal? — O impacto foi mediano, em geral com influência apenas local. Isso se deu por várias razões. Os “brasileiros” continuavam ligados a dinâmicas da terra de onde saíram. Em Portugal, a elite política sempre funcionou de forma muito centrada em Lisboa, um pouco no Porto. Também porque, em geral, saíam muito novos (com 12, 13 e 14 anos) e voltavam só quando tinham estrutura econômica, o que levava tempo. Às vezes, já eram homens de 50 anos e, portanto, o seu tempo em Portugal para criar dinâmicas de sociabilidade na cultura ou na política já era pouco. Havia ainda um certo preconceito por parte da elite portuguesa estabelecida, porque eram pessoas com ascendência muito humilde, não partilhavam dos mesmos topos, eram vistos como excêntricos e meteoros sociais.

Do lado do Brasil, é comum pensarmos sempre sobre como Portugal influenciou nossas ideias, nossa cultura.

Tudo isso mostra que houve também influência do Brasil em Portugal? — Por parte do Brasil, ao longo do século 19, havia um grande desinteresse por Portugal, até uma certa rejeição da tradição portuguesa. O que se nota é um grande esforço por parte de Portugal em manter os laços, obviamente já não nas linhas do colonialismo. Busca estabelecer tratados de comércio e de amizade, tenta fazer com que haja alguma fluidez em termos editoriais, ao fazer os livros portugueses serem publicados no Brasil. E a partir da década de 1870, o percurso do republicanismo brasileiro e a implantação da república repercutem muito em Portugal.

A sociedade portuguesa se inspira, então, no Brasil? — Uma faixa específica, a dos republicanos portugueses, que foram um grupo em ascensão ao longo daquele século. No fim do século 19 e no início do 20, usam o caso do Brasil como um exemplo retórico, de propaganda. Os dias 15 de novembro eram sempre uma ocasião para os republicanos fazerem em Portugal grandes festejos, mostrar como o nosso país-irmão já era assim. Todavia, o exemplo do Brasil é um bocado retórico. Os portugueses sabiam muito pouco do que estava a passar no Brasil, das nuances da política local, da manutenção do poder nas mãos do que se chamou mais tarde de “república do café com leite”. Faziam uma importação das ideias gerais, só do que interessava.

Como foi quando os republicanos portugueses conseguiram o que queriam? — A primeira festa dos republicanos na República de Portugal (em 5 de outubro de 1910), a celebração do primeiro 15 de novembro, já celebrado em igualdade de regimes, foi uma coisa extraordinária. Naquele momento, vivia-se uma febre brasileira: mudaram-se os nomes das ruas, que passaram a ser “Rua do Brasil”, “Praça Rio de Janeiro”, por exemplo. Os portugueses celebraram a própria república prestando homenagem ao país-irmão, que já era uma república e que, de certa maneira, contribuiu para a conquista.

&



A RAIZ DO PROBLEMA

Em 1963, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em relação à sua população, o PIB per capita, era equivalente ao da Coreia do Sul. Os dois países, entretanto, seguiram trajetórias distintas. Seis décadas depois, o PIB per capita sul-coreano é mais de três vezes superior ao brasileiro. Ressalvadas as singularidades históricas e demográficas, a educação foi o motor que acelerou a diferença socioeconômica entre as duas nações.

texto MARCUS LOPES | ilustração JÔNIA CAON

E

Enquanto a Coreia do Sul investiu pesadamente na formação educacional da sua população nas últimas seis décadas, o Brasil entrou na corrida muito tarde — e o ensino começou a ser prioridade dos gestores públicos, de fato, só após a Constituição de 1988, quando a educação passou a ser um direito de todos os brasileiros.

Os estudantes sul-coreanos apresentam desempenho bem superior aos do Brasil e mesmo de países mais ricos em testes internacionais, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). Para se ter uma ideia do avanço da nação asiática, em 1980, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita da Coreia do Sul era 17,5% do PIB dos Estados Unidos, ao passo que o brasileiro correspondia a 39% do PIB dos norte-americanos. Quase quatro décadas depois, em 2019, o PIB per capita sul-coreano passou a representar 66% do estadunidense, enquanto o do Brasil representava apenas 25,8%. Os dados são da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

E qual seria a situação do Brasil caso tivesse acompanhado a determinação (e a vontade política) da Coreia do Sul nos últimos 60 anos quanto a investimentos e aprimoramento do sistema educacional? Um país mais rico, certamente. A conclusão é do estudo Educação e Crescimento Econômico, divulgado em fevereiro deste ano pela Escola de Economia de São Paulo da Funda-

ção Getúlio Vargas (FGV), com apoio da Fundação Lemann.

Dentre as principais conclusões do estudo, que levou em consideração um conjunto de pesquisas recentes realizadas por instituições como Banco Mundial, Insper e Universidade Stanford, fica clara a evidência de que a qualidade da educação é associada a maiores taxas de crescimento econômico. Além disso, o incremento da qualidade do ensino básico nos municípios brasileiros representa ganhos expressivos na geração de empregos entre jovens, e a escolaridade está ligada à produtividade das pessoas. Esse aumento de eficiência entre os mais escolarizados explica boa parte da diferença da renda entre os trabalhadores.

“A educação é um componente fundamental do capital humano, que é o conjunto de habilidades e competências produtivas adquiridas por uma pessoa ao longo de sua vida. Além de tornar uma pessoa mais produtiva, uma sociedade com pessoas mais educadas é capaz de criar um melhor ambiente geral de negócios e mais propício às inovações tecnológicas”, afirma André Portela, professor na FGV e coordenador do estudo.

No estudo, os autores citam números que justificam a educação como fator de desenvolvimentos econômico e social. Caso o desempenho médio dos brasileiros, em testes como o Pisa, subisse até atingir o patamar dos alunos de países mais bem avaliados nas provas internacionais, o PIB per capita brasileiro poderia crescer até 2,2% ao ano.

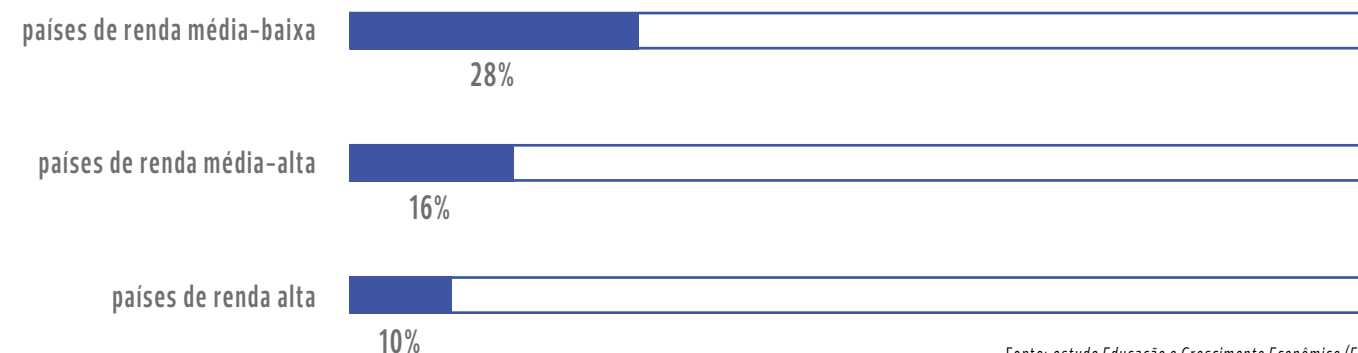
“Nossa maior falha foi começar tardiamente o acesso amplo da oferta educacional para toda a população infantojuvenil. Enquanto países como França, Inglaterra e Estados Unidos alcançaram taxas de matrícula de mais de 90% das crianças em idade escolar no fim do século 19, nós alcançamos esses resultados quase cem anos depois, no fim do século passado”, observa Portela.

O retorno do investimento em educação é maior em países de renda mais baixa, segundo os pesquisadores. Garantir o acesso à escola e, ao mesmo tempo, o aumento das habilidades dos alunos elevaria o PIB per capita em até 28% para as nações de renda média-baixa, 16% para as de renda média-alta e menos de 10% para as de renda alta.

MELHORIAS SISTÊMICAS

Para além da questão econômica, a qualidade no ensino acarreta melhores desempenhos sociais e de segurança pública. Municípios brasileiros com bons índices de educação apresentam maio-

REFLEXO DO INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO NO AUMENTO DO PIB PER CAPITA



Fonte: estudo Educação e Crescimento Econômico (FGV)

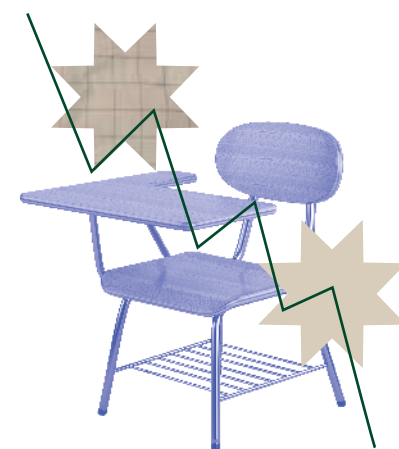
res taxas de geração de empregos para jovens e menores índices de homicídio, conforme mostra pesquisa realizada no ano passado pelo Insper e apoiada pelo Instituto Natura. Nas localidades mais bem posicionadas em um indicador de qualidade medido pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e pelo Enem, os autores constataram aumento de até 200% de ocupação profissional entre jovens e redução de 25% nos homicídios.

“Indivíduos com maior escolaridade tendem a ter melhores empregabilidade e renda, afastando-os de situações de vulnerabilidade econômica e, portanto, de vulnerabilidades sociais”, explica Rosier Custódio, advogada e mestra em Sociologia, com atuação em políticas públicas de direitos humanos, sistema de justiça e segurança pública. “Os espaços escolares, quando adequados, tendem a contribuir não apenas para a consolidação do conhecimento formal, mas também para os processos de socialização, pactuação e ética de grupo, que geram uma estrutura de proteção social e evitam o aliciamento pelo crime”, destaca ela, que chama a atenção para os dados da população carcerária brasileira medidos pelo Departamento Penitenciário Nacional (Infopen). “Mais de 80% das pessoas têm entre 18 e 45 anos, e cerca da metade é formada por pessoas analfabetas ou com ensino fundamental

incompleto. Isto é, nossa população carcerária é jovem e de baixíssima escolaridade”, alerta.

Elevar o acesso à escola, de acordo com os pesquisadores, é mais relevante em países onde a educação não seja universalizada, mas o maior potencial de crescimento econômico é proveniente das habilidades dos alunos. Isso significa que, mais importante do que a quantidade de horas na escola é a qualidade do ensino oferecido aos estudantes. “Tivemos avanços significativos no acesso, com aumento expressivo no número de matrículas, mas que não se refletiu na mesma proporção em ganhos na aprendizagem dos estudantes nem na permanência deles na escola”, ressalta Daniel de Bonis, diretor de Conhecimento, Dados e Pesquisa da Fundação Lemann.

O Brasil, de fato, obteve avanços importantes no acesso à educação nas últimas décadas. Em 1970, 91% das crianças de 4 a 6 anos e 60% dos adolescentes de 15 a 17 anos estavam fora da escola, segundo dados da Organização Não Governamental (ONG) Todos pela Educação. Em 2019, esse número foi de apenas 6%, em ambas as faixas etárias. “Não é raro escutarmos alguém dizer que a escola pública brasileira era muito melhor no passado. No entanto, mesmo que fosse de melhor qualidade, era para poucos e excluía milhões de estudantes”,



argumenta Natália Fregonesi, analista de Políticas Educacionais da ONG.

Segundo ela, além do acesso aos bancos escolares, houve avanços importantes na aprendizagem dos estudantes. Entre 2007 e 2019, de acordo com informações do Todos pela Educação, o Brasil mais do que dobrou o percentual de crianças com aprendizagem adequada em Língua Portuguesa e Matemática, nos anos iniciais do ensino fundamental. Entretanto, o cenário ainda é preocupante: em 2019, cerca de quatro em cada dez alunos do quinto ano do ensino fundamental não tinham aprendizagem adequada em Língua Portuguesa. Em Matemática, eram cinco em cada dez. “As taxas de acesso, permanência, conclusão e aprendizagem são sempre menores entre os estudantes negros e os mais pobres. É preciso, portanto, avançar em uma agenda sistêmica para a educação básica, que garanta um ensino de qualidade para todos”, afirma Natália.

“O que importa, no fim das contas, é o que o aluno ou a aluna aprende e incorpora em seu capital humano ao longo do processo educacional. Esse deve ser o foco”, acrescenta Portela, da FGV, que cita como exemplo a educação integral. “Faz sentido explorarmos o conceito se o tempo adicional na escola, de fato, resultar em aprendizado e incremento de capital

humano que, de outra maneira, não ocorreria. Caso contrário, pode ser desperdício de recursos.”

NAS PÁGINAS DA PB

A qualidade do ensino brasileiro e a simetria entre educação e desenvolvimentos econômico e social são temas presentes nas páginas da **Problemas Brasileiros** desde os primeiros anos de circulação da revista. “Não basta alfabetizar as populações. É necessário fornecer à inteligência, desde o curso primário, os instrumentos indispensáveis de comunicação e de abstração”, escreveu o articulista e professor Dorival Teixeira Vieira no artigo “Educação para o desenvolvimento”, publicado na edição 69, em dezembro de 1968. No mesmo texto, Vieira criticava os baixos investimentos públicos em educação e que penalizavam principalmente os mais pobres, cujos resultados seriam sentidos no crescimento da Nação. “O sistema educacional brasileiro não está ajustado às necessidades do desenvolvimento econômico nacional.”

Em agosto de 1972, Vieira retomou o tema de forma semelhante ao abordado cinco décadas mais tarde pelos pesquisadores da FGV: a educação como motor de desenvolvimento econômico. No texto, o professor critica a falta de incentivo à formação dos estudantes no sentido de oferecer ao País um

jovem qualificado e apto ao mercado de trabalho, seja pelos cursos superiores, seja pelos cursos profissionalizantes.

“A rede oficial de ensino nunca se preocupou muito com o ensino profissional. Nossas preferências têm sido as de um ensino de tipo acadêmico, fazendo da escola uma ponte de passagem entre a ignorância total e o saber universal dos cursos superiores. Mas muito pouco se fez no sentido de dar ao aluno uma profissão”, criticou Vieira, no artigo seguido de debate, o qual ocupou várias páginas da edição 108 da revista.

Dentre os pontos levantados, estavam o achatamento dos salários dos professores, as condições físicas precárias de muitas escolas públicas e um caldeirão de outros problemas cujas consequências seriam o incentivo cada vez maior ao ensino particular e a proliferação de cursinhos pré-vestibulares, que supriam as deficiências do ensino público no preparo dos alunos que disputavam uma vaga nas universidades.

O alerta (de mais de 50 anos atrás) do articulista da **PB** continua atual, já que a valorização

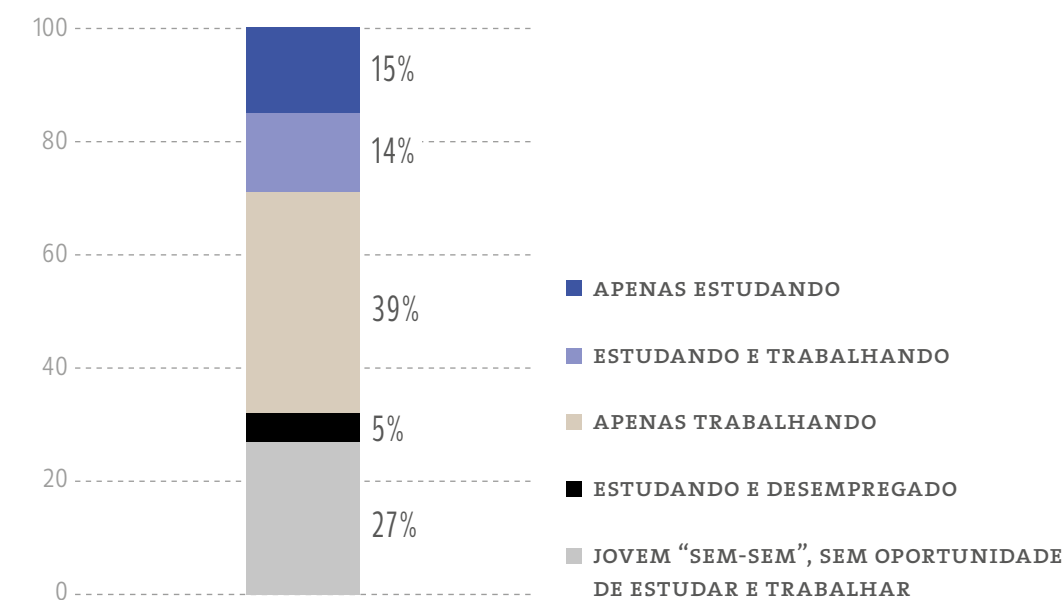
do magistério é um dos pontos principais destacados pelos especialistas para melhoria do setor. “Hoje em dia, 2% dos jovens que frequentam o ensino médio querem ser professores. A carreira do docente não é apenas salário. Ele é um profissional da aprendizagem e deve ter o devido reconhecimento pela sua carreira”, diz a educadora Pilar Lacerda, que integra a Agenda 227, movimento apartidário que reúne entidades civis em defesa das crianças e dos adolescentes apoiado por instituições como Itaú Social e Unicef.

O tom eloquente do artigo e as críticas de Vieira aos currículos educacionais dos anos 1970, marcado por mudanças no sistema de ensino que atendiam às diretrizes da ditadura militar, dentre elas a transformação do ensino de História e Geografia no ensino básico em novas disciplinas, como Estudos Sociais e Organização Social e Política Brasileira (OSP), não foram bem digeridos pelo regime. O então ministro da Educação e Cultura (MEC), Jarbas Passarinho, escreveu uma carta à redação, publicada na edição 111 da **PB**, em novembro de 1972, em que frisava

PRIORIDADE FORMAL PARA A EDUCAÇÃO SÓ VEIO COM A CONSTITUIÇÃO DE 1988. EM 1970, 91% DAS CRIANÇAS DE 4 A 6 ANOS E 60% DOS ADOLESCENTES DE 15 A 17 ANOS ESTAVAM FORA DA ESCOLA

INSERÇÃO EDUCACIONAL E LABORAL DOS JOVENS (14 A 29 ANOS)

O estudo Futuro do Mundo do Trabalho para as Juventudes Brasileiras, realizado pela Fundação Roberto Marinho e pelo Itaú Educação e Trabalho em parceria com 34 organizações e entidades civis, traçou um perfil dos jovens de 14 a 29 anos, que representam cerca de 24% da população brasileira. Segundo o IBGE, a taxa de desocupação entre os jovens de 18 a 24 é de 18%, mais que o dobro da média geral, de 8,1%



**“NÃO É RARO ESCUTARMOS ALGUÉM
DIZER QUE A ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA
ERA MUITO MELHOR NO PASSADO.
NO ENTANTO, MESMO QUE FOSSE DE
MELHOR QUALIDADE, ERA PARA POCOS
E EXCLUÍA MILHÕES DE ESTUDANTES.”**

NATÁLIA FREGONESI, analista de Políticas
Eduacionais do Todos pela Educação

o seu “profundo desapontamento” com o conteúdo crítico às reformas de ensino promovidas pelo governo federal, afirmando que elas não eram “realistas”.

Teixeira e a revista não se intimidaram com a crítica do ministro. Além disso, o debate sobre educação e a importância do ensino para o País continuaram nas edições seguintes, com ênfase na busca pela democratização e na importância de modalidades como o ensino capacitado. “No Brasil, o ensino profissionalizante é antes um ideal a atingir do que uma realização em marcha”, escreveu Teixeira no artigo “O ensino profissionalizante no Brasil”, publicado na edição 151 da **PB**, em março de 1976.

Na segunda década do século 21, esta marcha plena em direção à educação profissionalizante ainda está longe de acontecer. Segundo os especialistas no assunto, a universidade de qualidade deve ser acessível a todos os brasileiros que desejam ingressar no ensino superior, mas é necessário que haja boas alternativas para quem queira trilhar outros caminhos, como o ensino profissionalizante.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Levantamento feito pela Fundação Roberto Marinho (FRM) e pela Itaú Educação e Trabalho, em parceria com 34 organizações e entidades civis que trabalham com a inclusão de jovens brasileiros — em especial aqueles que pertencem às camadas mais baixas da população —, aponta falhas na formação desses jovens para o mundo laboral. De acordo com 67,65% das entidades, faltam cursos de qualificação profissional e de formação técnica adequados para o acesso dessa população ao mercado de trabalho. Além disso, para 58,8% das organizações ouvidas, os cursos que existem não estão atualizados e sintonizados com as vagas disponíveis.

“O ensino técnico é uma peça muito importante para a composição de um bom sistema educacional”, afirma a economista e professora Claudia Costin, atual diretora da FGV, que já ocupou diversos cargos públicos de primeiro escalão na administração pública brasileira ligados à educação, à cultura e à modernização estatal. Claudia lembra que apenas 21% dos adultos brasileiros entre 25 e 34 anos possuem diploma universitário. Uma parte considerável dessa parcela de pessoas que chegou, no máximo, ao ensino médio, poderia ampliar os horizontes mediante uma formação técnica adequada

A ex-ministra do governo Fernando Henrique Cardoso ainda cita o caso da Coreia do Sul, em que os alunos do ensino secundário podem optar por uma formação profissionalizante em cursos ligados à tecnologia de ponta, setor que responde por boa parte do PIB do país. “Se o aluno trabalhar por três anos na área escolhida, fica dispensado de prestar o disputadíssimo exame de acesso às universidades de engenharia de lá, além de conseguir eliminar disciplinas”, explica Claudia.

Para Pilar Lacerda, da Agenda 227, o ensino técnico não pode ser interpretado apenas como destino para aqueles que, por algum motivo, não consigam ingressar na universidade. “É uma excelente opção para os jovens que não querem entrar para a universidade. Não pode ser algo destinado apenas a jovens pobres. É uma oportunidade muito boa quando feita com qualidade, de maneira estruturada e que garanta a formação dos alunos”, destaca.



Como conciliar os benefícios da tecnologia nos métodos de ensino e o papel construtivo do professor: tema da edição 457, lançada em abril de 2020, quando o coronavírus forçou o isolamento social e a paralisação das escolas mundo afora



DISTÂNCIA INCLUSIVA, MAS PREJUDICIAL

A covid-19 acelerou uma modalidade de educação que estava ganhando musculatura antes mesmo da pandemia: o Ensino a Distância (EaD). Apesar de estar muito ligado à internet e às novas tecnologias, aprender longe da sala de aula é um processo que começou com os antigos cursos por correspondência e os telecursos: programas educativos que constavam na grade de programação das emissoras de televisão e se tornaram populares a partir dos anos 1970.

A teleducação, como eram chamados os cursos a distância na época, foi tema de reportagem na edição 141 da **PB**, em maio de 1975, em que se discutia o papel das emissoras educativas, em especial as estatais, como contraponto às grandes redes comerciais. Em dezembro de 1982, na edição 118, reportagem de capa antevia o impacto da chegada dos computadores às salas de aula e à teleducação.

Numa época analógica em que a internet não existia sequer nos filmes de ficção científica, e as máquinas de escrever mecânicas ainda reinavam absolutas em escritórios, a reportagem já previa modalidades de educação a distância, amparadas pela tecnologia, nas quais a sala de aula seria levada à casa do estudante, e não o contrário. Um dos métodos discutidos na ocasião era o envio do material didático pelo correio, ao passo que as aulas poderiam ser acompanhadas pela televisão, os famosos telecursos.

Apesar das facilidades proporcionadas pelas novas tecnologias e a popularização do EaD, em especial no ensino superior, o modelo é visto com cautela pelos educadores, em especial nos primeiros ciclos de ensino. “Na educação básica, o contato e as formações de valores e de caráter ainda se apresentam com um papel muito importante. É difícil imaginar o EaD ocupando esse espaço com maestria”, afirma Marcelo Xavier, diretor de Ensino da Inspira Rede de Educadores.

A mesma cautela é adotada por Natália Fregonesi, analista do Todos Pela Educação. “Os estudantes do ensino básico têm, na escola, a possibilidade de aprender a se relacionarem, trabalhar em grupo e interagir com o diferente, o que é muito mais difícil de ocorrer em um ambiente virtual. Esse não parece ser o caminho mais viável para a educação brasileira”, pondera Natália.

Para André Portela, da FGV, o EaD pode ser incorporado ao sistema de educação, mas de maneira complementar à modalidade presencial. “A incorporação das Tecnologias de Informação (TIs) no processo educacional amplia os canais de aprendizagem e dialoga bem com o mundo contemporâneo dos jovens”, argumenta o professor.

&



Instituto Ethos: 25 anos de contribuição para uma sociedade mais justa e sustentável

INSTITUTO
ETHOS



As empresas têm um papel importante no processo para construir um país mais justo. Para apoiá-las nesse caminho, o Instituto Ethos há 25 anos desenvolve iniciativas em temas como direitos humanos, gestão para o desenvolvimento sustentável, integridade e meio ambiente.

Nós acreditamos que, ao agir com responsabilidade social, as empresas se preparam para enfrentar os desafios do mercado e se tornarem verdadeiros agentes de transformação para contribuir com o fim das desigualdades no nosso país.

É uma questão de ética, mas também uma questão de justiça. A solução dos problemas brasileiros é um compromisso de todos nós.

 www.ethos.org.br  [@instituto_ethos](https://www.instagram.com/instituto_ethos)  [/@institutoethos](https://www.youtube.com/institutoethos)

 [/company/instituto-ethos](https://www.linkedin.com/company/instituto-ethos)  [@institutoethos](https://twitter.com/institutoethos)

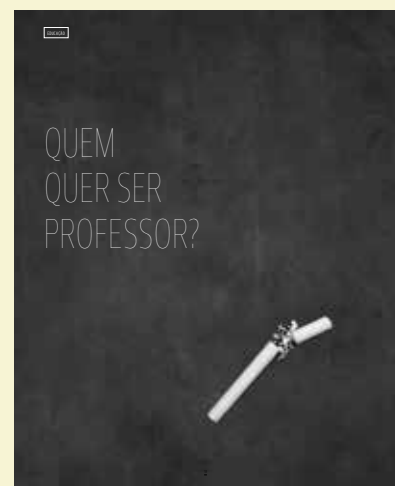
“Estamos ensinando assuntos que dizem respeito aos séculos 19 e 20, enquanto deveríamos ensinar tecnologia e engenharia, ciências sociais, psicologia, sociologia e antropologia.”

CHARLES FADEL,

professor na Escola de Graduação em Educação de Harvard (HGSE), em entrevista à PB (ed. 448 | outubro 2018)

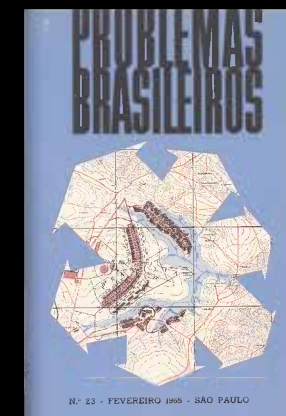
2023

Desvalorização da profissão afugenta os jovens do magistério. Pesquisa da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação aponta que o déficit de profissionais na educação básica pode chegar a 235 mil até 2040, mostra matéria da edição 474.



1965

No texto “Ensino superior e industrialização”, o articulista Ruy Aguiar da Silva Leme defende uma universidade que forme os alunos para que se tornem bons cidadãos e estejam preparados para as demandas do mercado de trabalho.



1967

O desenvolvimento nacional está atrelado à qualidade da educação oferecida aos estudantes, em todos os níveis de ensino. É o que defende o articulista Dorival Teixeira Vieira, em texto publicado na edição 52. Vieira também questiona o trabalho para menores de 12 anos, ressaltando que a prioridade deve ser cuidar da educação e da saúde das crianças.



1975

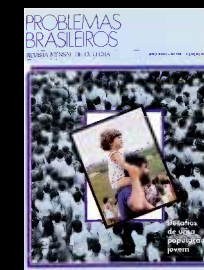
ENSINO A DISTÂNCIA

A educação por meio da televisão é tema de reportagem, assim como os cursos por correspondência, os antigos telecursos, em que as aulas eram ministradas em programas de canais abertos de TV.



1981

Os desafios do Poder Público em oferecer educação de qualidade para crianças e jovens e o papel do idoso na sociedade brasileira são os temas discutidos no começo da década de 1980.



2011

NOVA SALA DE AULA

Reportagem de capa mostra os avanços do Ensino a Distância (EaD), uma modalidade que crescerá muito nos anos seguintes. Em 2011, a preocupação era a mesma dos dias atuais: garantir a qualidade e o atendimento ao aluno e o bem-estar dos professores.



2018

Edição especial aborda as mudanças propostas pela reforma do ensino médio.





Foto: Divulgação

Em vez de apenas esperar por um professor que dê a aula, numa postura passiva, os estudantes precisam agir dentro da escola: pesquisar, ler, discutir, experimentar, escrever. Esta é a visão para o presente e o futuro da educação de **ANTÓNIO NÓVOA, professor catedrático da Universidade de Lisboa**, referência em pesquisas de educação e formação docente. Autor de mais de 150 publicações entre livros e artigos editados em 12 países, Nóvoa defende que a instituição escolar precisa melhorar as relações com a sociedade para além de seus muros. Contudo, independentemente dos avanços tecnológicos, acredita que o valor social da escola e dos professores continua inabalado. "A única instituição onde ainda se combate a fragmentação do mundo mediante o diálogo, o respeito pelo outro e a ciência é a escola", afirma.

entrevista
LUCAS MOTA E LUCIANA ALVAREZ

Escola: local de trabalho

O senhor defende que a escola precisa ser reinventada, mas é possível pensar uma mudança profunda se os professores não têm bons salários, carreira, condições de trabalho?

Sim, porque não há alternativa. A situação precária, a falta de estrutura, tudo isso é verdade. Entretanto, os desafios para o futuro estão aí e são iguais para todos, países ricos ou pobres. Eu vi, quando fui embaixador da Unesco, práticas interessantes e capacidade de inventar de novo a educação em todo o lado. Temos de ter esperança que, mesmo em situações precárias, possam surgir coisas muito importantes para pensar e construir o futuro da educação. Obviamente, isso não dispensa ninguém de continuar a pleitear boas condições, bons salários. Essas lutas continuam a ser centrais, mas não devem servir de justificativa para que não se pense o futuro.

Em vez de mudar, muita gente gostaria que a escola voltasse ao que era antes da pandemia?

Existe uma tentação muito grande, depois de um período tão tenso, de tentar voltar ao que era antes. Só que, na educação, não há nenhuma maneira de voltar. A pandemia mostrou problemas que estavam lá, que a escola já não respondia a muitas demandas da sociedade e das crianças. É impossível imaginar que a gente vá conseguir voltar a colocar as crianças dentro de uma caixa. O caminho possível é necessariamente o caminho da transformação.

Tem também quem defenda o fim da escola? Muitos discursos pós-pandemia anunciam o fim da escola, prevendo que os professores vão ser substituídos pela Inteligência Artificial (IA). Esses discursos são perigosíssimos, porque a escola é uma instituição absolutamente indispensável. Tenho citado Darcy Ribeiro, que dizia que a escola pública é a maior invenção do mundo. A escola pública é uma invenção absolutamente extraordinária, e se ela resistiu tão bem durante tantos séculos é porque há qualquer coisa ali de extraordinário — e nós não podemos perder isso. Temos de transformar a escola, mas não substituí-la.

E substituir os professores?

Hoje em dia, em muitos círculos [*de debate*], a palavra “professor” parece que queima a boca. Por isso falam “tutores”, “organizadores”, “gestores”, “facilitadores”, “educadores”, “conciliadores”. Mas eu digo que é preciso marcar a importância do professor, que ele é mesmo insubstituível no trabalho educativo.

Como deveria ser a mudança?

Vou usar aqui um jogo de palavras: o mais importante é que as escolas se transformem em um lugar onde as crianças trabalhem. Nós, hoje, pensamos em escola como lugar onde o professor é que está a dar aulas, que trabalha. O aluno está ali sentado, a ouvir. Quero que seja o contrário, que o trabalho principal da escola seja dos alunos. O trabalho é ler, pesquisar, fazer uma experiência, escrever algo, conversar com um colega, negociar, é um trabalho. Isso muda o ambiente da escola, a maneira como se organizam os espaços, como se organiza o currículo, a pedagogia.

Não se parece com o modelo da educação infantil?

Sim. Muitos dizem que o modelo da educação infantil é provavelmente o que vai pre-

valecer. Quando vou buscar a minha neta na escola, é isto que eu vejo: uns estão a fazer uma coisa, outros a brincar com outra etc. Esse ambiente, depois, se perde na estrutura da escola mais tradicional.

A relação entre professor e aluno continua relevante?

A escola foi inventada como uma instituição intergeracional. Uma geração, a dos professores, ensina e educa os seus alunos. Essa relação intergeracional é absolutamente central; uma geração não se educa sem ter contato com a anterior. Contudo, outra coisa tão importante quanto é o intrageracional: alunos aprendem uns com os outros. Disso vem a famosa ideia da cooperação com a escola. A escola dita tradicional se assentou muito no intergeracional, mas esqueceu o intrageracional. É esse o desafio que temos pela frente.

Há outros desafios importantes além desse?

A escola foi concebida como uma coisa intramuros, como uma instituição separada da sociedade num espaço e com um tempo. Continuar a ser uma instituição intramuros é importante, porque a escola não é igual à sociedade. Ela tem um tempo diferente, podemos fazer coisas que não podemos fazer na sociedade. Na escola, temos a possibilidade de errar. Na sociedade, se eu erro ao atravessar a rua com minha neta, ela pode morrer. Se errar na empresa, ela pode ir à falência. Se um médico erra, o paciente pode morrer. Mas devemos ter o direito de errar na escola, porque estamos protegidos.

E o que deve mudar nisso?

A ideia de ser intramuros é importante, mas a escola perdeu a ideia de que é também uma instituição extramuros, que vive de uma capilaridade com o exterior. A cidade também educa — e esta é a dimensão extramuros, que existe do ponto de vista físico, mas pode ser também do ponto de vista digital.



SE EU RETIRAR
AS CRIANÇAS DA
ESCOLA PARA
EDUCAR DENTRO
DE OUTROS
AMBIENTES, ESTOU
A DIMINUIR DE UMA
FORMA BRUTAL
AS DIMENSÕES
DO DIÁLOGO, DO
CONVÍVIO, DA
EMPATIA, DA
COMPAIXÃO.

A pandemia mostrou para mais gente a possibilidade de estudar em casa. Seria uma boa mudança para a escola?

O *homeschooling* é uma tendência internacional de muitas décadas. Começou sobretudo nos Estados Unidos em meios muito conservadores, que não queriam que as suas crianças fossem expostas a outras religiões ou outros valores. Foi promovida por medo das sexualidades, de as meninas de 12 e 13 anos terem contato com rapazes e por grupos religiosos que não queriam que as crianças conhecessem certas leis científicas, a teoria da evolução. Depois, o curioso é que o movimento do *homeschooling* atravessou para grupos radicais de esquerda. Há grupos, sobretudo de tendência anarquista, que não querem os filhos educados por uma instituição do Estado; ou grupos de feição ambientalista, de ligação à natureza, que não querem os filhos fechados numa escola.

Mas há algum problema nessas visões?

Elas vêm de lugares muito diferentes, mas todas têm o mesmo erro de base. A escola é diferente da família, a escola não é a continuação da família. Já disse muitas vezes que eu, um pai católico, formo o meu filho na religião católica, porque faz sentido para mim, é o que eu acredito. Mas eu, pai, quero que, na escola, o meu filho conheça todas as religiões e crenças, os valores de outras culturas. Quero que a escola seja esta abertura ao mundo, à ciência, à cultura, aos conhecimentos, porque o meu filho é uma pessoa humana, tem direitos. Um dos direitos principais que o meu filho tem é o direito de conhecer o mundo. Não posso, em



Foto: Divulgação

nome da minha tutela familiar, anular um direito do meu filho.

Então é um grande erro não ir à escola?

Quem não vai não aprende o diálogo, não aprende a conviver com os outros, com o diferente. Isso é uma função extraordinária da escola. Ela é insubstituível, dentre outras razões, porque é, hoje, a única instituição nas nossas sociedades na qual ainda se pode combater a fragmentação do mundo, repleto de intolerâncias, ódios e confrontos permanentes. A única instituição em que ainda se pode tentar combater isso por meio do diálogo, do respeito pelo outro, da ciência, é a escola. Se eu retirar as crianças da escola para educar dentro de outros ambientes, estou a diminuir de uma forma brutal as dimensões do diálogo, do convívio, da empatia, da compaixão. Crianças podem aprender matemática e física no *homeschooling*, mas não podem apreender todas as outras coisas que fazem parte da educação. A escola precisa ser defendida como instituição. Não quero inventar algo novo; quero transformar a escola. É uma invenção extraordinária, mas que precisa ser reinventada.

O senhor defende que a escola não pode ser igual à sociedade.

Entretanto, a escola não reproduz os modelos que temos na sociedade?

O sociólogo Pierre Bourdieu escreveu, na década de 1960, um livro chamado *A reprodução*, em que mostrava que a escola reproduzia a sociedade. As mesmas desigualdades de nascimento são encontradas no fim da escola, com os mais ricos obtendo melhores resultados. O autor teve um impacto impressionante nas correntes pedagógicas brasileiras. Bourdieu escreveu do ponto de vista analítico, no fundo, para denunciar um problema. As correntes pedagógicas do Brasil transformaram isso num fatalismo, disseram que não havia nada a fazer, numa espécie de demissão da ideia de que a escola pode (e deve) combater essa reprodução. A escola deve ser diferente, senão, não vale a pena.

Mesmo quando se trata de violência?

A violência é uma coisa que não pode ter lugar na escola. Digo isso muitas vezes aos professores: não pode haver um ato de violência dentro da escola. Num momento em que houver, deve-se parar a escola e passar um dia a refletir sobre isso, até as crianças perceberem que não pode haver violência. “Ah, mas a violência está na sociedade”. Eu sei que ela está, mas a escola tem de ser um lugar onde todos tenham o próprio lugar. Muitas crianças estão na escola, ou melhor, o corpo das crianças está na escola, mas elas nunca entraram. Estão na última fila, a gente sabe que não estão atentas a nada, mas o professor continua a sua aula da melhor maneira que sabe. Essa não presença das crianças explica, mais tarde, muitos fenômenos de fracasso escolar e até de violência. Se o estudante está numa situação de trabalho, é impossível não estar lá. Por isso que o trabalho é uma forma de marcar a presença de todas as crianças.

Como se pode promover a transformação da escola quando há resistências?

O processo de transformação precisa ser voluntário. O que vou fazer é apoiar aqueles que queiram — os quais acredito serem muitos e que criarão um movimento imparável. Nas escolas, há professores que não querem mudar; nós temos poucos instrumentos contra essa resistência. Não quero gastar as minhas energias com essas pessoas. Quero gastar as minhas energias com as que querem mudar. Os movimentos que estão a surgir em tantas escolas, em tantos professores, vão levar a uma dinâmica inevitável de transformação.

O senhor já tem presenciado essa mudança?

Cada vez que dou uma entrevista (ou faço uma live) e deixo o meu e-mail, recebo muitas mensagens. Tipicamente, alguns dizem: “Gostava muito que o senhor conhecesse a minha escola, porque já estamos a fazer isso”. No fundo, estão a dizer, de uma maneira elegante, que tudo aquilo que eu disse não é novidade nenhuma. E é o que me deixa mais feliz.



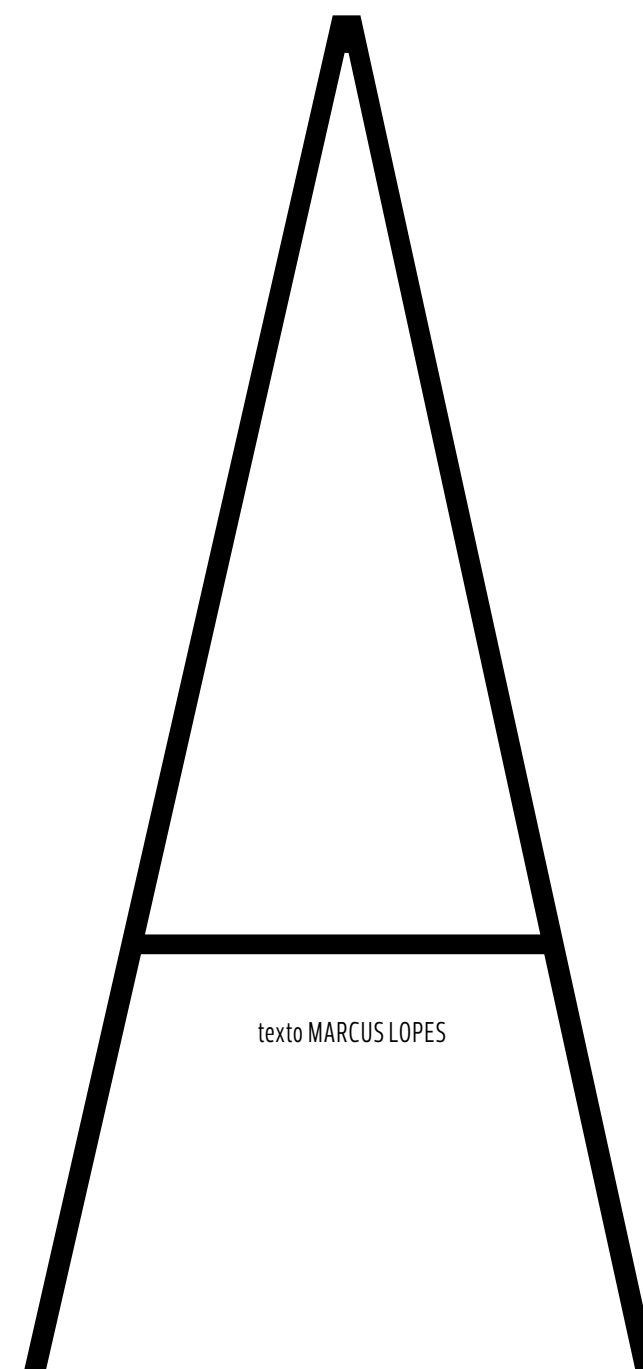
OUÇA ESTA
E OUTRAS
ENTREVISTAS NO
PODCAST DA PB

&

A escola dita tradicional se assentou muito no intergeracional, mas esqueceu o intrageracional [entre alunos]. É esse o desafio que temos pela frente.



U R B A N I S M O P A R A S P E S S O A S



texto MARCUS LOPES

Espalhamento desordenado do tecido urbano causou problemas de mobilidade, hoje desafios das capitais e grandes cidades

Até o fim dos anos 1940, o Brasil era um país essencialmente rural, constituído por menos de 20% da população residente nas cidades. Na década seguinte, porém, deu-se início a um intenso processo de urbanização em diversas partes do território nacional, dissipando rapidamente a atmosfera bucólica que emoldurou a vida urbana brasileira até então.

Em apenas 30 anos, a situação demográfica nacional se inverteu e, em 1980, mais da metade da população (51,5%) era urbana, índice que saltou para mais de 80% nos dias de hoje, segundo dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para efeitos de comparação, nos Estados Unidos, a população urbana demorou 80 anos — de 1870 a 1950 — para aumentar de 25% para 64%, conforme explica o historiador Boris Fausto no livro *História concisa do Brasil* (Edusp).

O ritmo frenético e o progresso das capitais e dos grandes municípios eram motivos de orgulho para os moradores, mas custaram caro ao desencadear um processo de crescimento desordenado de tal magnitude que, em 1971, o então prefeito de São Paulo, Figueiredo Ferraz, alertava: “São Paulo tem de parar!”.

Ninguém deu ouvidos ao prefeito, e a capital paulista, como várias outras metrópoles, continuou crescendo e se espalhou pelas periferias. O fenômeno causou prejuízos ao meio ambiente e agravou os problemas de infraestrutura que persistem até hoje, como deficiências de saneamento adequado, mobilidade, habitação e outros.

Os desafios urbanos e a preocupação em debater e cobrar políticas públicas para o bem-estar da população foram objeto de reflexão nas páginas da **Problemas Brasileiros**. Em consequência do caos urbano e da falta de planejamento por parte dos administradores públicos, surgiram os problemas do cotidiano, como barulho excessivo, poluição e estresse, que acabam interferindo diretamente na saúde da população, em conjunto com outros problemas decorrentes da carência de estrutura urbana adequada. “Os médicos dos grandes centros estão hoje seriamente preocupados e alarmados com a incidência de fatores resultantes do crescimento urbano rápido e exagerado sobre a saúde física e mental do homem”, escreveu o professor de Medicina Antonio Carlos Pacheco e Silva, no artigo “Urbanismo e medicina”, publicado na edição 78 da **PB**, em janeiro de 1970.

Quase meio século após a publicação do artigo de Pacheco e Silva, o médico patologista Paulo Saldiva, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), concedeu entrevista à **PB** para explicar os malefícios dos problemas das metrópoles sobre a saúde das pessoas. “A ideia de colocar as pessoas mais pobres para morar longe se contrapõe à modernidade, é algo colonialista e elitista, que provoca problemas no organismo das pessoas”, destaca Saldiva, no bate-papo publicado na edição 453, em agosto/setembro de 2019. O professor da USP aponta atitudes simples para preservar a saúde das pessoas. “Estudos mostram que se você for exposto à natureza, se puder andar e frequentar um parque, há benefícios para a saúde, como redução de 40% do risco de infarto do miocárdio”, afirma.

Com o espalhamento do tecido urbano, surgiram os problemas de mobilidade que até hoje representam desafios às grandes cidades. Na mesma edição 453 que entrevistou Saldiva, a **PB** noticiava que o transporte público era considerado para a população o quarto maior

problema urbano brasileiro, atrás apenas de violência, saúde e desemprego. “Nas últimas décadas, não houve investimentos necessários em infraestrutura para a mobilidade urbana coletiva, ou seja, para o transporte de massa, responsável por 28% do total de viagens realizadas nas cidades brasileiras”, explica Francisco Christovam, presidente-executivo da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU).

A histórica opção brasileira pelo transporte sobre pneus em detrimento dos trilhos não resultou em investimentos condizentes para a circulação. Segundo Christovam, apesar de o ônibus ser responsável por 85,7% das viagens realizadas por transporte coletivo no Brasil, o cenário para a infraestrutura ainda é muito desafiador.

A situação foi agravada na pandemia, período em que as pessoas tiveram de enfrentar as já conhecidas carências no setor, com o agravante do risco sanitário de contrair a covid-19. “Muitas profissões não foram beneficiadas com o home office, e as pessoas tiveram de utilizar o sistema de transporte público ao longo da pandemia sem condições de praticar o distanciamento social”, explica a arquiteta e urbanista Angélica Benatti Alvim, diretora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

QUALIDADE DE VIDA

Se acima do asfalto a falta de investimentos em infraestrutura é visível, embaixo da terra a situação não fica muito atrás. Outra área que apresenta gargalos históricos é o Saneamento Básico. “Investimos muito menos do que os países desenvolvidos por causa da visão política errada que havia, e ainda há em alguns lugares, de que ‘obra enterrada não dá voto, pois não tem visibilidade’”, critica Luana Pretto, presidente-executiva do Instituto Trata Brasil.



Brasília, inaugurada em 1961, em poucos anos teve o seu modelo de planejamento arquitetônico moderno ofuscado pelos problemas de infraestrutura empurrados para as cidades-satélite, como Taguatinga e Ceilândia

TRATAMENTO DE ESGOTO / ÁGUA CONSUMIDA

No Brasil, 51,2% dos esgotos gerados são tratados, enquanto a média do indicador nas 100 maiores cidades é de 63,3%. Levantamento do Trata Brasil revela os municípios com as taxas mais baixas de tratamento de esgoto.

MUNICÍPIOS COM INDICADORES NEGATIVOS	UF	(%) DE VOLUME DE ESGOTO TRATADO SOBRE ÁGUA CONSUMIDA
Santarém	PA	9,50%
Belém	PA	3,63%
Marabá	PA	2,26%
São João de Meriti	RJ	0%
Porto Velho	RO	0%

Fonte: Instituto Trata Brasil

Atualmente, cerca de 35 milhões de brasileiros ainda sofrem com a falta de acesso à água potável, ao passo que 100 milhões não contam com coleta de esgoto em suas residências. Isso causa reflexos em problemas de saúde decorrentes de doenças de veiculação hídrica, como diarreia e leptospirose. Como se não bastasse, pouco mais da metade do esgoto coletado (51,2%) recebe tratamento adequado: todos os dias, o volume equivalente a 5,5 mil piscinas olímpicas de esgoto *in natura* é despejado na natureza. Os dados integram o Ranking de Saneamento 2023, do Trata Brasil.

Essas obras podem ficar escondidas no subsolo, mas os benefícios são bastante visíveis. “Não faltam leis nem marcos regulatórios para o saneamento. Mais investimentos e fiscalização para suprir a demanda é que faltam”, afirma o engenheiro Antônio Eduardo Giansante, doutor em Saneamento e Recursos Hídricos e professor na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Mackenzie. Além disso, é preciso evitar a depreciação da infraestrutura já instalada.

“Não basta inaugurar obras. É necessário investimento constante para a manutenção da capacidade operacional destas ao longo do tempo”, destaca Giansante. Para se ter uma ideia, quase 40% da água tratada no Brasil não chegou às

POPULAÇÃO VIVENDO EM ÁREAS URBANAS SALTOU DE 51,5%, EM 1980, PARA 80%, NOS DIAS DE HOJE

COMPETITIVIDADE AFETADA

O Brasil carrega históricos projetos estruturais que não deram certo, além de desperdício de recursos públicos em obras mal executadas e atrasos em programas de infraestrutura. Um dos casos mais emblemáticos são as obras de transposição do Rio São Francisco, cujos estudos de viabilidade começaram na época do Império, no século 19 – a água só começou a escoar pelos canais, de fato, no século 21.

No caso do metrô de São Paulo, a comparação é feita com a Cidade do México, que começou a construir o seu sistema de transporte de massa na mesma época do paulistano, na década de 1970, mas hoje dispõe do dobro de extensão. De acordo com a reportagem da edição 453 de PB, já havia projetos consolidados para a construção do metrô nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro na década de 1930, mas foram engavetados em prol do modelo rodoviário implementado desde o governo Washington Luís, na República Velha, e consolidado nos tempos de Kubitschek.

Estudos mostram que este atraso custou caro ao País. Especialistas apontam a necessidade de investimentos equivalentes a, pelo menos, 4,3% do PIB por ano (ou R\$ 430 bilhões anuais) na próxima década.

Os aportes, porém, estão em ritmo muito aquém do necessário e esperado: menos de 2% do PIB por ano. Em 2022, os investimentos públicos e privados em infraestrutura alcançaram cerca de 1,7% do PIB, ou em torno de R\$ 170 bilhões, segundo estimativa da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib). “É preciso dobrar o que temos hoje em termos de investimentos. E isso terá de ser feito pelos setores público e privado, por meio de um amplo programa de desenvolvimento de médio e longo prazos, que priorize o binômio infraestrutura–reindustrialização, com projetos de transição energética rumo à economia verde”, aponta Roberto Figueiredo Guimarães, diretor de Planejamento e Economia da Abdib.

torneiras dos consumidores, por causa do desperdício e da utilização de equipamentos obsoletos.

Além da preservação da saúde, investir na universalização do saneamento no País pode causar um impacto positivo de cerca de R\$ 1,4 trilhão ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro até 2033, segundo estimativa da Associação Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon). “Só na saúde, a falta de saneamento causou, em 2019, 273 mil internações hospitalares, a um custo de R\$ 108 milhões”, diz o diretor-executivo da Abcon, Percy Soares Neto.

CONCEITO DISTORCIDO

Adaptar a infraestrutura de acordo com as necessidades do cidadão é um passo essencial para que os municípios se tornem cidades inteligentes, um conceito que ganha espaço cada vez maior nas discussões sobre urbanismo. A despeito de a tecnologia exercer um papel de protagonismo nessas cidades inteligentes — com a adoção de equipamentos e soluções digitais nos serviços prestados ao cidadão —, é importante não confundir o conceito com cidade tecnológica.

“A ideia de cidade inteligente está atrelada a sustentabilidade (principalmente econômica), infraestrutura adequada e um bom ambiente de negócios com tecnologia a serviço dos interesses e dos necessidades do cidadão”, explica Thomaz Assumpção, CEO da Urban Systems, consultoria especializada que elabora rankings de cidades inteligentes no Brasil. Segundo ele, a construção de um espaço urbano inteligente envolve o desenvolvimento de atividades que favoreçam o cidadão e contribuam para a qualidade de vida de toda a população. “Não adianta instalar um semáforo inteligente ou lâmpadas de LED na iluminação pública se as cidades ainda convivem com esgoto a céu aberto, altos índices de mortalidade infantil e falhas no sistema educacional. Isso não é uma cidade inteligente”, ressalta Assumpção.

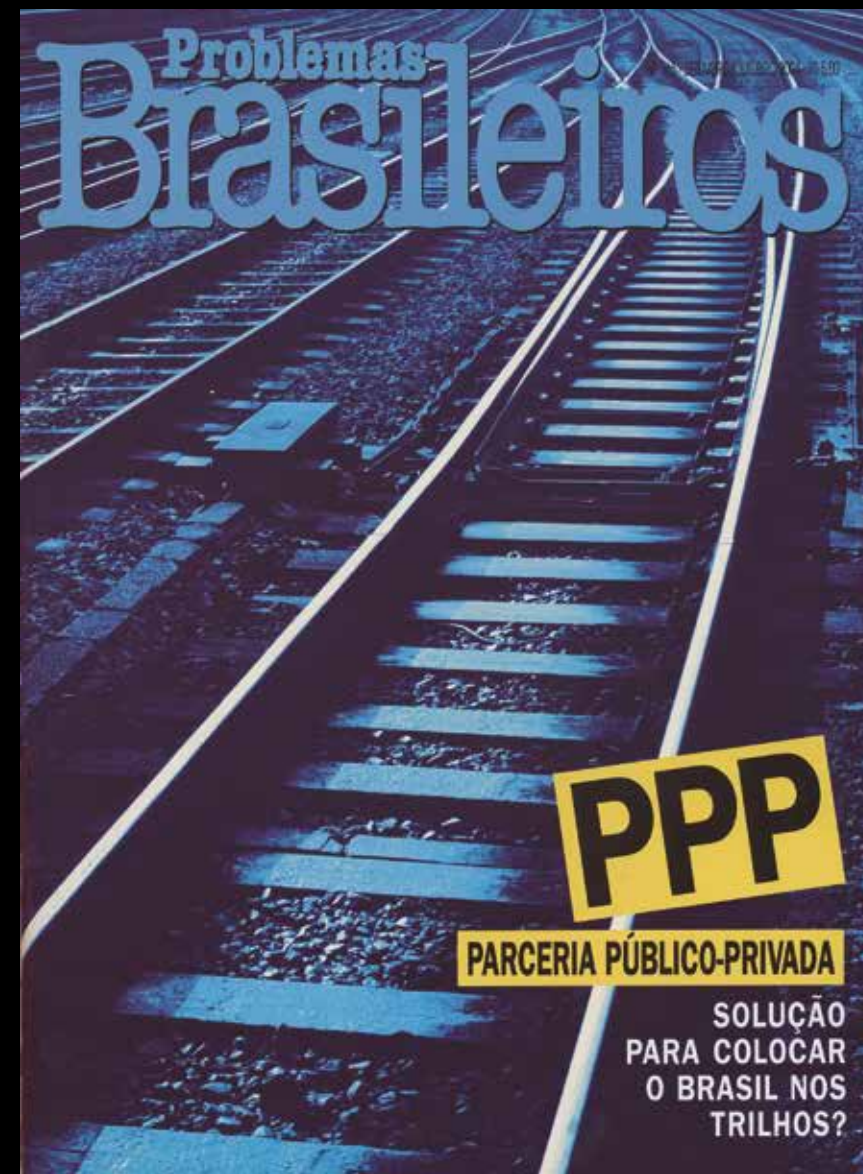
&

Foto: Antônio Caudério/Folhapress



1970_ A disputa de espaço entre veículos e pedestres já é uma preocupação nas grandes metrópoles. A reportagem “A guerra entre o automóvel e a cidade”, da edição 81, destaca o dilema enfrentado pela sociedade e por administradores públicos causado pelos problemas de mobilidade urbana.

1973_ Em artigo publicado na **PB**, o prefeito de São Paulo à época, José Carlos Figueiredo Ferraz, faz considerações sobre planejamento e infraestrutura urbana. “De nada valerá o planejamento numa área urbana como, por exemplo, da Grande São Paulo, se esta continuar a crescer livremente, caoticamente, desenfreadamente”, alertava Ferraz, há 50 anos.



1982_ A utilização da energia elétrica em substituição ao petróleo como combustível é pauta no começo da década de 1980. Alguns protótipos de carros elétricos circulam nas ruas, um deles fabricado pela montadora brasileira Gurgel, o Itaipu.

2004_ As Parcerias Público-Privadas (PPPs) são apontadas como alternativa para acelerar o desenvolvimento da infraestrutura brasileira.

2020_ O Brasil precisa investir cerca de R\$ 9 trilhões nos próximos 20 anos para resolver os problemas de infraestrutura, segundo estudos do setor. Atualmente, o País investe cerca de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) em serviços essenciais à sociedade. O ideal seria injetar pelo menos 4% do PIB em áreas como Saneamento Básico, Transportes, Logística, Energia e Telecomunicações.

VISÃO HOLÍSTICA DO DESENVOLVIMENTO

“Destruir florestas virgens, como se tem praticado no Brasil, é um crime horrendo e grande insulto à natureza.” A frase – que, apesar de oriunda do começo do século 19, se adapta à defesa ambientalista dos dias atuais – foi dita por José Bonifácio de Andrada e Silva. O político e estudioso de ciências naturais, que entrou para a história do Brasil como o patriarca da Independência, também é considerado um dos primeiros defensores da proteção dos recursos naturais.

texto MARCUS LOPES

“José Bonifácio criticava a caça predatória da baleia, por julgá-la antieconômica, assim como as grandes propriedades que se dedicavam a monoculturas. Apreciador das matas e madeiras brasileiras, alinhava-se com os estudiosos que, desde a fundação dos primeiros jardins botânicos do século 18, valorizam o plantio de espécies raras”, explica a historiadora Mary Del Priore, autora do livro *As vidas de José Bonifácio* (Editora Estação Brasil).

Além de estudos sobre ecologia, como o que previa a transformação do País em um deserto caso nada fosse feito para proteger matas e rios, Bonifácio defendia a criação de um departamento no governo que promovesse o desenvolvimento da economia em sintonia com a preservação do meio ambiente. O órgão, que se chamaria Direção Geral de Economia Política, foi proposto em 1821, quando o Brasil ainda se encontrava na condição de Reino Unido de Portugal.

“Creio que ele propunha um ministério de planejamento geral da economia em uma relação mais racional com a natureza. Isto é, todas as atividades econômicas estariam conectadas

com o objetivo de acabar com a devastação e o desperdício, tratando o mundo natural de forma mais cuidadosa e cientificamente inteligente”, lembra o historiador José Augusto Pádua, professor no Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde é um dos coordenadores do Laboratório de História e Natureza.

“É uma proposta ainda hoje muito ousada. Mesmo que o contexto atual seja tão diferente, acredito que seria um grande avanço se pudéssemos retomar, ou de fato reinventar, esta maneira de ver o cuidado ambiental como eixo de todas as ações de governo em suas relações com as atividades produtivas”, destaca o professor.

A Direção Geral de Economia Política proposta pelo patriarca da Independência nunca saiu do papel, mas pode ser considerada uma das sementes do que hoje chamamos de bioeconomia e agenda ESG (do inglês Environmental, Social and Governance). Isso significa que as empresas e o Poder Público devem procurar, na medida do possível, compatibilizar as atividades econômicas com agendas de proteção social e ambiental.

As discussões sobre economia sustentável estiveram presentes constantemente nas páginas da **Problemas Brasileiros** nos últimos 60 anos. Em janeiro de 1984, o geólogo Evaristo Ribeiro Filho levantava a discussão sobre a viabilidade ambiental do Projeto Carajás, em texto publicado na revista. Localizada no Estado do Pará, a Serra de Carajás abriga uma das mais importantes jazidas minerais do mundo. O potencial do maciço montanhoso em plena região amazônica foi descoberto no fim da década de 1960. Sua exploração mineral começou no começo da década de 1980, pela antiga Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atual Vale.



“Sobre o minério de cobre cresce uma flor. É importante que ela seja preservada. Em cima da canga cresce uma orquídea. Fica, então, a dúvida se temos o direito de estragar essas belezas naturais. Portanto, é fundamental que seja ponderada a necessidade de se obter riquezas para o país, sem menosprezar as outras riquezas que a natureza nos oferece”, considera o geólogo Evaristo Ribeiro Filho no artigo “O Projeto Carajás”, publicado na edição 231 da PB.

Danilo Verpa/Folhapress



Artigo publicado em 1984 pelo o geólogo Evaristo Ribeiro Filho discutia a viabilidade ambiental da exploração mineral da Serra de Carajás, no Pará

Em outubro de 1985, o articulista da **PB** Dorival Teixeira Vieira promoveu uma longa discussão sobre geoeconomia, ciência que estuda o complexo casamento entre a economia e a geografia, com destaque para as relações entre a atividade dos habitantes e as áreas onde se localizam os recursos naturais. Vieira relatou toda a história geoeconômica nacional, desde a exploração do pau-brasil no País colônia e suas consequências no meio ambiente e na formação da economia até a forte industrialização nos anos 1980.

“Sessenta anos, em termos de políticas climática e ambiental parece uma eternidade, ainda mais para um país como o Brasil, fundado no desmatamento da madeira que lhe dá o nome. Herdamos esta compreensão de que desmatamento é igual a progresso, o que é praticamente uma afirmação colonial”, afirma a cientista social Marina Esteves Vergueiro de Almeida, coordenadora de Projetos em Clima e Meio Ambiente do Instituto Ethos. “Como sociedade, temos dificuldade de nos entendermos como pertencentes à natureza e, por bastante tempo, não conseguimos acreditar nisso. Podíamos extrair da terra sem cuidado e sem ouvir os sinais de descontentamento da Terra”, completa Marina.

LEIS INEFICAZES

A falta de cuidado com a natureza no Brasil nunca foi por carência de legislação ambiental. Uma das primeiras leis de proteção data de 1605, pouco mais de um século após a chegada dos portugueses — e período em que o machado corria solto nas florestas. Era o Regimento do Pau-Brasil, no qual o rei Filipe III, rei de Portugal e Espanha, destacava a necessidade de controle racional da exploração da árvore para evitar a extinção da primeira commodity brasileira. Não adiantou, e os exploradores deram de ombros para as obrigações legais, como acontece até hoje em diversas regiões do País.

Outra lei da coroa portuguesa, que entrou em vigor ainda no século 16, protege e regulamenta o corte de madeiras duras, como a peroba, utilizada em embarcações. Os serradores eram obrigados a conservar os paus reais, surgindo daí a expressão “madeira de lei”. Mais recentemente, alguns regulamentos mais atrapalhavam do que necessariamente garantiam a preservação. O consultor e ambientalista Fabio Feldmann cita como exemplo dessa miopia legal o Código Florestal de 1965, que estimulava a substituição da floresta nativa por plantada, por meio de incentivos fiscais.

Deputado federal por três mandatos consecutivos e secretário estadual do Meio Ambiente de São Paulo nos anos 1990, Feldmann afirma que a grande virada de chave nas discussões sobre a questão ambiental no mundo todo ocorreu a partir da década de 1970, principalmente após a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972 com o objetivo de alertar as nações para a redução dos danos ecossistêmicos em escala

DISTOPIA AMBIENTAL

No começo dos anos 1980, um cenário apocalíptico se anunciava nas páginas do livro *Não verás pais nenhum* (Global Editora). Em um de seus maiores sucessos editoriais, o escritor Ignácio de Loyola Brandão recorreu à distopia como sinal de alerta para uma sociedade que caminhava a passos largos para o colapso ambiental. No livro, o autor descreve um Brasil com a Amazônia e outros biomas totalmente destruídos, a temperatura muitos graus acima do tolerável — a ponto de as pessoas sofrerem queimaduras graves em uma simples volta no quarteirão — e rios outrora caudalosos presentes apenas na memória da população mais velha. Todos os alimentos são racionados e distribuídos por meio de fichas, que inclui cotas de água para beber feitas a partir de urina reciclada.

No mundo descrito por Loyola Brandão, a água potável como conhecemos se tornou um bem tão raro que virou, literalmente, peça de museu no mundo. As pessoas se dirigiam à Casa dos Vidros de Água para conhecer, em potes hermeticamente fechados, amostras dos últimos remanescentes de rios como Amazonas, São Francisco e outros outrora grandes corredores hídricos nacionais. Barulho de chuva, só em gravações, assim como o canto dos pássaros. “*Não verás* mostrou, há 40 anos, o que poderia ser e foi. Agora, *Não verás* é realidade, cotidiano”, lamenta Loyola, autor de outros sucessos como *Zero* e o recente *Deus, o que quer de nós?*, no qual o membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) recorre novamente à distopia para retratar um país devastado pela pandemia de covid-19.

global, medida essencial para garantir a sobrevivência das gerações futuras.

Na época, o governo militar chegou a adotar uma posição crítica às recomendações da conferência, alegando que preocupações excessivas com a preservação ambiental eram obstáculos ao desenvolvimento. “Essa oposição [*dos militares*], contudo, foi mais retórica do que real”, observa José Goldemberg, ex-ministro do Meio Ambiente e presidente do Conselho de Sustentabilidade da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Goldemberg cita como exemplo duas decisões importantes em prol da proteção ambiental tomadas em plena ditadura: a criação da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), em 1968, e a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981).

“A questão ambiental no Brasil e no mundo passou por uma radical transformação nas últimas décadas, de uma visão míope que valorizava a exploração de recursos naturais sem qualquer limite para uma abordagem mais holística de sustentabilidade, incorporando a necessidade de garantir o uso perene dos recursos e com menor impacto ambiental”, diz Feldmann.

BIOMAS DEGRADADOS

A presidente da Fundação SOS Mata Atlântica, Marcia Hirota, explica que, nos últimos 60 anos, a preocupação com as preservações da natureza, das florestas naturais e da biodiversidade ganharam escala no País. Segundo ela, houve importantes avanços na governança, como a criação do Sistema Nacional de Meio Ambiente, incremento das políticas de manejo das florestas e na gestão das águas e melhorias na legislação ambiental e nos marcos legais. Também houve, segundo Marcia, um grande progresso científico e uma evidência da importância da conservação para garantir o bom futuro climático do planeta.

“Entretanto, os resultados ainda estão muito aquém das nossas ambições e necessidades. Além da luta pelo desmatamento zero, é importante promover a restauração e a regeneração do bioma”, destaca a presidente, que lidera um dos principais movimentos em defesa do primeiro grande bioma a ser explorado de maneira predatória desde o início da colonização europeia.

A Mata Atlântica cedeu espaço para os grandes ciclos econômicos nacionais, como os do pau-brasil, que deu início à exploração predatória dos nossos recursos naturais, da cana-de-açú-



Garimpeiros em Serra Pelada (PA). Poucos ficaram ricos com as 25 toneladas oficialmente extraídas do garimpo paraense, localizado numa das bordas da reserva mineral de Carajás



car e do café. Depois, veio a urbanização e a industrialização intensas em diversas áreas metropolitanas, como a Grande São Paulo. Atualmente, o território da Mata Atlântica abriga a maioria das capitais brasileiras, inclusive as duas maiores regiões metropolitanas do País (São Paulo e Rio de Janeiro), e concentra cerca de 70% da população do País.

“Depois de sucessivas crises hídricas afetando dezenas de cidades ao longo da Mata Atlântica, é preocupante ver a capacidade de fornecimento de serviços ambientais desse bioma ser continuamente fragilizada”, adverte Luís Fernando Guedes Pinto, diretor-executivo da SOS Mata Atlântica. “A preservação do que restou do bioma e a restauração em grande escala são essenciais para conservarmos alguma resiliência da região quanto à dupla ameaça da crise climática e à crescente irregularidade do regime de chuvas, decorrente do desmatamento da Amazônia”, ressalta Pinto.

O estresse hídrico também pode ser verificado no Pantanal, que registrou, em menos de 40 anos, uma queda de 76% das áreas úmidas (alagáveis), de acordo com dados do MapBiomias.

Na Amazônia, a grande preocupação é com o desmatamento crescente nas últimas décadas. Em 36 anos, entre 1985 e 2021, a Amazônia brasileira perdeu quase 10% da vegetação natural. Segundo o MapBiomias, em 1985, apenas 6% — cerca de 50 milhões de hectares — do bioma localizado em território nacional haviam sido transformados em áreas antrópicas, como pastagens, lavouras, garimpos ou espaço urbano. Em 2021, a área quase triplicou, chegando a 15%. Em outros países que integram a Amazônia na América do Sul, a destruição da mata nativa em seus territórios foi bem menor: 1,6% de floresta total destruída no Suriname e na Guiana Francesa.

No Brasil, o índice total de destruição da Amazônia é calculado entre 15% e 17%, aproximando-se do que os cientistas chamam de ponto de não retorno, em que o bioma não conseguirá

mais recompor o seu ecossistema. “Entre 1985 e 2020, a Amazônia, que cobre 47% da América do Sul, já perdeu mais vegetação nativa do que nos 500 anos anteriores, desde a colonização europeia”, destaca Julia Shimbo, coordenadora científica do MapBiomias, que também chama a atenção para a devastação em outros ecossistemas, como a Caatinga, na Região Nordeste, e os Pampas, no Sul. Neste último, a perda de vegetação nativa em 36 anos (1985–2021) foi de 3,4 milhões de hectares, equivalente a 70 vezes a área da cidade de Porto Alegre.

Para se ter uma ideia do estrago que tudo isso provoca, basta conferir os números colossais da Amazônia, cuja fauna é composta por um número impressionante de seres vivos, conforme registro na obra de Oliveira Costa, *Uma história das florestas*. São 1,3 mil espécies de aves, 427 de mamíferos, 378 de répteis, 3 mil de peixes, 400 de anfíbios e mais de cem tipos de animais invertebrados, além de 40 mil espécies vegetais. Em torno de 15% de toda a biodiversidade do planeta se encontram na região, cuja ameaça de destruição se acentuou nos últimos anos, com aumento recorde do desmatamento, exploração ilegal de garimpo, biopirataria e exploração de animais e peixes, entre outros problemas.

Em entrevista publicada na edição 454 da **PB**, em outubro de 2019, o cientista Carlos Nobre, pesquisador sênior no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP) e um dos mais respeitados climatologistas do País, explicou as consequências climáticas caso a Amazônia atinja o ponto de não retorno, calculado entre 20% e 25% da destruição total.

“Quando isso acontecer, provavelmente entre 50% e 70% da floresta podem se transformar em uma savana tropical degradada”, explica Nobre. “Haveria uma perda considerável de biodiversidade para o planeta, considerando que a Amazônia é a floresta mais rica em espécies. Quanto aos riscos da crise climática, a savanização de mais de 50% da Floresta Amazônica sig-

Quando os portugueses chegaram em 1500, toda a faixa litorânea entre as futuras cidades de Natal (RN) e Porto Alegre (RS) era coberta pela Mata Atlântica. Em largura, a extensão chegava a 300 quilômetros de floresta fechada em diversos trechos. Algumas regiões, como a Zona da Mata mineira, receberam esse nome em alusão às antigas formações florestais

Políticas de manejo das florestas, de gestão das águas e melhorias na legislação ambiental são alguns dos avanços dos últimos 60 anos, segundo Marcia Hirota, presidente da Fundação SOS Mata Atlântica

nificaria uma emissão de mais de 150 bilhões de metros cúbicos de gás carbônico para a atmosfera, tornando muito mais difícil atingir o Acordo de Paris de manter o aumento de temperatura do planeta abaixo de dois graus Celsius”, completa o cientista.

O caminho para a reversão do quadro de degradação ambiental passa, como já defendia José Bonifácio há mais de 200 anos, pela conciliação entre o desenvolvimento econômico do Brasil e a preservação da biodiversidade nos principais biomas: Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal, Caatinga e Pampas. Diante do modelo de exploração adotado nos últimos cinco séculos, trata-se de uma missão difícil, mas não impossível. “É factível conciliar os desenvolvimentos econômico e social nacionais com a preservação da biodiversidade. O conceito e os experimentos do progresso sustentável em prática no Brasil são a prova disso”, explica Oliveira Costa, do IEA-USP.

O aumento da produtividade do campo sem a necessidade de expansão das culturas em novas áreas é um dos pontos destacados pelos pesquisadores. Marina Almeida, do Instituto Ethos, lembra que, na primeira década de 2000, o Brasil viveu um *boom* de commodities agrícolas e grande desenvolvimento do setor agropecuário, ao mesmo tempo que registrava queda recorde nos índices de desmatamento da Floresta Amazônica e aumento da participação do agronegócio no Produto Interno Bruto (PIB) nacional. “Isso demonstra que não há exclusividade entre estas duas modalidades [agronegócio e preservação ambiental]”, complementa.

“Há um enorme espaço para aumentar a oferta e atender à crescente demanda por alimentos sem expandir o desmatamento na Amazônia e no Cerrado”, ressalta Nobre. Na visão dele, o maior potencial da região ainda está escondido em sua imensa biodiversidade. “Precisamos desenvolver uma nova bioeconomia de floresta em pé, com

uso de modernas tecnologias para aproveitamento sustentável da biodiversidade.”

SETOR PRIVADO

Na esteira das oportunidades e mudança de visão em relação à sustentabilidade — a partir Conferência Rio-92 —, um grupo de empresas criou, em 1997, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), um movimento de incentivo à prática de atividades empresariais sustentáveis.

O objetivo do CEBDS é a geração de novos negócios com foco em bioeconomia. Atualmente, participam do movimento mais de cem negócios de grande porte, entre bancos, consultorias, *tradings* do agronegócio e multinacionais em vários segmentos, como indústrias de bens de consumo e energia.

“Os tempos mudaram, e os negócios também vêm passando por transformações. A agenda ESG se impõe, de modo que as empresas começam a perceber a importância de não só mitigar riscos e impactos sociais e ambientais, mas sobretudo gerar impactos positivos para as pessoas e o planeta”, explica a presidente do CEBDS, Marina Grossi. Segundo ela, os negócios são parte da solução, e a Amazônia não poderia ser mais estratégica. “Conservar a floresta e seus modos de vida é bom para o Brasil e para o mundo”, completa. Dentre as metas do CEBDS para a Amazônia, onde vivem cerca de 30 milhões de pessoas, estão a destinação de linhas de crédito de pelo menos R\$ 100 milhões para cooperativas e agroindústrias sustentáveis da região.

A agenda ESG turbinou o conceito de responsabilidades social e ambiental, que, no passado, estava mais ligado à imagem institucional das empresas. Hoje, a adoção de práticas sustentáveis faz parte da estratégia do negócio. Trata-se de medidas importantes para ampliar, ou pelo menos não perder, mercados consumidores internos e externos cada vez mais exigentes em relação a boas condutas. “O papel das empresas, atualmente, é importantíssimo, e a maioria delas já entendeu que o crescimento e o desenvolvimento econômicos dependem da conservação da natureza e dos recursos naturais, que lhes garante água e outros serviços ecossistêmicos”, diz Marcia, da SOS Mata Atlântica.

Mesmo com todos os problemas, os atuais avanços ocorridos nas discussões e ações na área ambiental provavelmente chamariam a atenção de José Bonifácio, na avaliação de Augusto Pádua, da UFRJ. “Essa é uma diferença importante do passado em comparação ao momento atual. A preocupação ambiental, no século 19, foi cultivada por intelectuais e cientistas nos seus espaços restritos de debate acadêmico. Não existiam forças na sociedade que pressionassem pelas reformas ambientais que os intelectuais discutiam.” Se a medida já funcionou em partes, o caminho que o conhecimento científico deve trilhar vai ao encontro da sociedade. Afinal, a chave do desenvolvimento sustentável é responsabilidade de todos.

&

Gigante renovável

Se, por um lado, o Brasil integra a lista dos maiores emissores mundiais de gases de efeito estufa — associados aos altos índices de desmatamento —, por outro, a balança da sustentabilidade oscila positivamente quando o assunto é energia. Dos pequenos aquecedores solares nas casas às imensas hélices de geração de energia eólica, o País se tornou referência na produção de fontes limpas: atualmente, cerca de 83% da matriz elétrica brasileira vêm de fontes renováveis (hidrelétrica, eólica, solar e de biomassa).

texto MARCUS LOPES

“O setor elétrico brasileiro já fez a sua transição para fontes renováveis. Esse é um diferencial que precisamos nos orgulhar e mostrar para o mundo como fazemos com excelência esta gestão”, destaca o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Carlos Ciochi. A entidade é gestora das unidades geradoras de energia e sistema de transmissão.

No fim de 2022, uma comitiva do ONS participou da COP27, a conferência mundial sobre mudanças climáticas realizada no Egito, em que a transição energética de fontes poluidoras, como as termelétricas, para matrizes mais limpas foi um dos temas abordados. “Isso nos coloca em uma posição de liderança global no debate”, completa Ciochi.

A questão energética foi tema de grande discussão nas últimas décadas, desde a época de grandes obras hidrelétricas durante o regime militar, como Itaipu Binacional, até o uso da energia nuclear, que se tornou obsoleta e entrou em decadência no Brasil antes mesmo de atingir o seu auge.

Em setembro de 1983, o debate sobre energia ocupou as páginas da edição 227 da **Problemas Brasileiros**. À época, especialistas discutiam as possíveis fontes para suprir a necessidade energética até o fim do século 20. “Nenhuma das soluções adotadas é ou poderá ser perfeita, embora estejam recebendo contínuos melhoramentos. Todas mostram, entretanto, a força do engenho humano ao buscar desenvolver e conseguir soluções para o problema universal de suprir energia para o progresso da humanidade”, afirmava, em artigo, o engenheiro Luiz Cintra do Prado. Membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Prado se referia à ampliação do uso da energia atômica na matriz energética nacional, um assunto que despertava o interesse do governo federal. Além das usinas nucleares de Angra 1, 2 e 3, o projeto atômico da Eletrobras previa a construção de duas centrais nucleares no Estado de São Paulo, que ficariam nas cidades de Iguape e Peruíbe.

Diante da pressão da sociedade civil e as experiências pouco animadoras nas usinas de Angra, a produção de energia atômica no País nunca passou dos primeiros passos, e as usinas de Angra 1 e 2, as únicas construídas, respondem hoje por pouco mais de 1% da energia produzida no Brasil. Para efeitos de comparação, as hidrelétricas geram 60% do total da energia consumida pelos brasileiros.

SUBSTITUIÇÃO DE MATRIZ

Em contrapartida, as matrizes consideradas mais limpas ganharam força, impulsionadas pelo conceito de sustentabilidade. A produção de energia solar no Brasil já é maior do que a produzida pela

Usina de Itaipu, uma das maiores obras do mundo no setor hidrelétrico. O País alcançou, em março do ano passado, a marca de 14,02 gigawatts (GW) de potência operacional da fonte solar fotovoltaica. Itaipu possui capacidade instalada de 14 GW. Os dados são da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar).

A energia solar, assim como a eólica, é considerada uma das principais alternativas para a substituição da matriz energética em todo o mundo. “O sol está em toda a parte do território nacional. A região com a melhor irradiação solar na Alemanha é pior do que a com menor irradiação no Brasil”, compara Guilherme Susteras, coordenador da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar).

Nos últimos dez anos, segundo a entidade, 33,4 milhões de toneladas de carbono deixaram de ser lançados na atmosfera na geração de eletricidade. Impactos ambiental e social menores em relação às hidrelétricas, cujos projetos exigem grandes espaços para instalação de reservatórios, alagando florestas e até cidades inteiras — sem contar a necessidade de extensas linhas de transmissão que percorrem milhares de quilômetros para levar a energia produzida ao consumidor —, é outra vantagem da fonte solar.

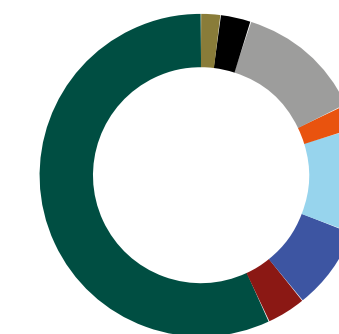
José Goldemberg, ex-ministro do Meio Ambiente e, atualmente, presidente do Conselho de Sustentabilidade da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), destaca outros tipos de energia sustentáveis em ascensão no Brasil, como o etanol, desenvolvido ainda nos anos 1970, e o biogás (gás de lixo). No caso do primeiro, trata-se de um componente importante para compensar o rodoviarismo implementado com força a partir da década de 1950.

“Todo o transporte de mercadorias e pessoas no Brasil é realizado pelo modo rodoviário, o que tornou o consumo de derivado de petróleo a principal fonte de poluição local no País”, explica Goldemberg.

Para o futuro, uma das apostas mundiais em combustíveis limpos é o Hidrogênio Verde (H2V), que conquista espaço crescente como possível substituto dos combustíveis fósseis, mas ainda enfrenta desafios, como os altos custos de produção, armazenamento e transporte.

Criado em 2022, o Programa Nacional do Hidrogênio (PNH2), a cargo do Ministério das Minas e Energia, aponta o uso de H2V com significativos desafios tecnológicos. De qualquer maneira, o Brasil, como um dos gigantes em energia renovável do planeta, tem todas as condições para se tornar um *player* importante do combustível do futuro.

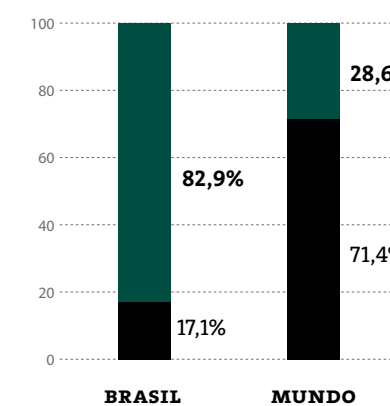
&



MATRIZ ELÉTRICA MUNDIAL 2020

- Nuclear – 2,2%
- Derivados de petróleo – 3%
- Gás Natural – 12,8%
- Solar – 2,5%
- Eólica – 10,6%
- Biomassa – 8,2%
- Carvão e derivados – 3,9%
- Hidráulica – 56,8%

As energias solar, eólica e de biomassa também contribuem para que a matriz elétrica nacional continue sendo, em sua maior parte, renovável



MATRIZ ELÉTRICA BRASILEIRA 2021

- Renováveis
- Não renováveis

A matriz elétrica brasileira é majoritariamente baseada em fontes renováveis de energia, ao contrário da mundial

FONTE: Empresa de Pesquisa Energética (EPE) – governo Federal

“[...] Até então geralmente só se ouvia falar nela no campo estrito da higiene, sempre que cuidava de salvaguardar direitos de vizinhança (os clássicos resíduos de fábricas que poluíam os rios) [...]”

Editorial da edição 123, em novembro de 1973, sobre os efeitos da poluição



1971

A poluição ambiental foi tema da edição 94. Havia preocupação em relação aos mecanismos jurídicos que poderiam ser aplicados para a punição dos responsáveis pela degradação, já que não existia, na época, uma legislação específica.



1980

Os primeiros passos da energia solar no Brasil foram destaque da edição de número 188, em junho de 1980. Atualmente, a potência instalada da energia fotovoltaica no País é superior à capacidade energética da Usina de Itaipu.



1996 DEVASTAÇÃO

Considerado um dos biomas mais desmatados desde a chegada dos portugueses ao Brasil, a Mata Atlântica resiste com menos de 20% da sua formação original. Em 1996, a PB abordou o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), ainda em desenvolvimento.



2002

Os dez anos da Rio-92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi a pauta da edição de julho de 2002. A Rio+10, realizada na África do Sul, serviu como um balanço das ações em prol da preservação do planeta.



2014 PRESERVAÇÃO

Reportagem mostra um tesouro embaixo dos nossos pés: os aquíferos subterrâneos do Sistema Aquífero Grande Amazônia (Saga) e o Guarani, que cobrem boa parte da América do Sul e contam com uma reserva de água equivalente a duas vezes o volume existente em todos os rios e lagos do planeta.



2021

Iniciativas do setor privado sintonizadas com o conceito de ESG (Environmental, Social and Governance) foram apresentadas na edição 466.



NASCER MULHER E SE TORNAR MULHER (EM 200 ANOS)

Transformações nos padrões
culturais e nos valores relativos
ao papel social da mulher
alteraram a constituição
da identidade feminina,
cada vez mais voltada ao
trabalho produtivo, reflete a
historiadora Mary Del Priore

texto MARY DEL PRIORE
ilustração ALBERTO LINS

Desde sempre, mulheres souberam resistir e ficar em pé. Em 1822, nossa futura imperatriz Maria Leopoldina; a concubina de seu marido, Domitila de Castro; a senhora de engenho Maria Barbara Pinho de França — que nos deixou um fantástico relato da guerra da Bahia —; as senhoras baianas e paulistas que assinaram manifestos em favor da separação de Portugal; a afro-brasileira Maria Felipa, que, na ilha de Itaparica, organizou a resistência nacional; ou a soldado Maria Quitéria, que empunhou armas contra o inimigo, marcaram presença na história em meio a outras tantas milhares de anônimas. A história das mutações de sua condição como esposa, mãe e trabalhadora e de sua relação com o homem, numa sociedade em permanente transformação, possibilitou tornar as brasileiras protagonistas de uma lenta evolução: elas se tornaram donas do próprio nariz.

Após a Independência do Brasil, nossas antepassadas se multiplicaram em primeiras “mestras de letras”, como o fez a pioneira feminista Nisia Floresta, e em pequenas e grandes comerciantes, lavradoras e fazendeiras — fossem brancas ou afro-brasileiras. Lendo e escrevendo, participaram do movimento abolicionista e republicano. Ao fim do século 19, grande parte do proletariado era constituído por elas. Em 1901, operárias, majoritariamente descendentes de imigrantes, perfaziam 67,62% da mão de obra empregada na fiação e na tecelagem, enquanto grande parte das mulheres negras, após a Abolição, continuou trabalhando em setores desqualificados. Durante a industrialização dos anos 1930 e 1940, milhares de mulheres integraram o setor de serviços e obtiveram o direito de votar. Nascia, então, a primeira onda feminista no Brasil. Na década de 1970, a participação delas em grupos comunitários organizados por igrejas e sindicatos resultou na

criação de “clubes de mães” e de movimentos de mulheres trabalhadoras, bem como na participação em comissões jurídicas e políticas, que passaram a atuar ao lado do Estado. Além disso, elas fizeram crescer rapidamente a mobilização de diferentes setores da sociedade ao exigir a redemocratização do País, sacudindo o imobilismo das organizações sindicais.

Entre os anos 1970 e 1980, a “segunda onda feminista”, o aparecimento da pílula anticoncepcional, a migração do campo para a cidade e a explosão urbana ajudaram a mudar os papéis femininos e masculinos na família. A instituição se modernizou para acompanhar as transformações da sociedade industrial e o avanço do individualismo, ao passar de grandes famílias patriarcais a famílias reduzidas. À época, as mulheres se debatiam entre o desejo de multiplicidade de parceiros sexuais e a estabilidade sexual necessária aos filhos. E entre a parentela e a carreira profissional. Com a pílula anticoncepcional, surgiu também a chamada “revolução sexual”. Livre da sífilis, e ainda longe da aids, elas podiam provar de tudo. Na cama, novidades. A sexualidade, graças aos avanços da higiene íntima, se estendeu ao corpo inteiro. As preliminares ficaram mais longas. Na moda, a minissaia começou a despir os corpos. E a ideia de que os casais, além de amar, deviam ser sexualmente equilibrados começou a ser discutida.

Era o início do direito ao prazer para todos sem que a mulher fosse atormentada por se interessar por alguém. O fim do século 20 foi marcado, com pequenas variações entre as classes sociais, por um grande domínio dos destinos individuais e familiares por dois motivos: um sis-



tema de valores que endossou essa autonomia e as condições objetivas (emprego, ambiente democrático, Estado) que autorizaram tal domínio. O crescimento de mulheres no mercado de trabalho, o progresso científico, a contracepção, a liberalização dos costumes e o divórcio mudaram definitivamente a cara do casamento e da família. Acabou-se o tempo em que cada um dos parentes defendia um papel social fixo. Desde então, os valores individualistas miraram a liberdade, a autonomia. A autoridade pura e simples foi destronada em favor da negociação e da partilha de aspirações. Nasceu uma nova forma de amar. Entre os casais, a união entre dois indivíduos foi reivindicada como livre escolha, a do amor consentido, não ditada por imperativos morais ou sociais. Foi-se o tempo das certezas absolutas em questões de união de homens e mulheres.

Para a família, o aumento da participação feminina no mercado — ao fim do século passado, elas eram responsáveis por 45% da força de trabalho no Brasil — acarretou ao menos duas mudanças: o homem perdeu o status de único provedor; a mulher, a resignação. À medida que ela se tornou financeiramente mais independente, ficou também menos disposta a suportar a infelicidade. Com base em informações oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do então Ministério do Trabalho e do Ministério da Educação (MEC), o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, na década de 1990, e sua manutenção nos mercados informal e formal se consolidaram, apesar das crises econômicas. A escolaridade feminina superou a masculina a partir do segundo grau: as jovens concluíam os cursos técnicos e profissionais, assim como o ensino médio, em maior número que os rapazes e constituíam cerca de 60% das pessoas que então cursavam o superior. As filhas nascidas nas últimas décadas do século 20 foram as grandes vencedoras dos últimos decênios. Sem importar a origem social, seus percursos escolares foram melhores que os da geração anterior. O modelo de mulher trabalhadora das mães, somado ao investimento escolar, foi fundamental para a ascensão dessa geração. Em outro âmbito, a intensa queda da fecundidade reduziu o número de filhos por mulher, sobretudo nas cidades e nas regiões mais desenvolvidas do País.

Transformações nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher, intensificadas pelo impacto dos movimentos feministas e pela presença mais atuante dessa parcela da população nos espaços públicos, alteraram a constituição da identidade feminina, cada vez mais voltada ao trabalho produtivo. A expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizaram o acesso às novas oportunidades de trabalho. Mesmo contra um pano de fundo em que algumas questões estavam para ser melhoradas (a segregação ocupacional por preconceito racial, as disparidades salariais, a menor participação feminina nas associações de

categorias profissionais, entre outras), no fim do século passado, as mulheres obtinham progressivamente uma igualdade de reconhecimento com os homens, senão de direitos. A Constituição de 1988 os consagrou.

Na última década do século 20, elas participaram de outro movimento: a cisão entre sexualidade, casamento e amor. Foi um momento de transição entre a tradição dos avós e a sexualidade obrigatória dos netos. Ninguém mais queria se casar sem “se experimentar”. Frigidez, nem pensar. “Ficar e se mandar” se tornou a regra. E só se falava em sexualidade plural. Separada da procriação, desculpabilizada pela psicanálise e exaltada pela mídia, a sexualidade da mulher brasileira se tornou assunto obrigatório. Em meio a tantas mudanças, a temática das desigualdades ficou relegada a segundo plano, em benefício da temática das identidades. A questão maior foi a de recusar as identidades que se lhes atribuíam (mãe, esposa etc.), em benefício do reconhecimento da própria identidade e das próprias diferenças (eu sou quem eu sou). A construção de si e o desenvolvimento pessoal foram prioridade no princípio do século 21.

À sombra da história das mulheres, a história dos homens. Afinal, se tantas representações e normas modelaram os comportamentos femininos, é importante entender como os mitos da virilidade e da dominação modelaram os homens. E como, para dominar o sexo feminino, os homens teorizaram a sua superioridade postulando não só a inferioridade essencial da mulher, mas a do outro homem: o sub-homem, o gay. Historicamente, esse mito legitimou a opressão do homem pelo homem e sua violência contra a mulher. Há tempos, porém, o modelo do todo-poderoso guerreiro político e sexual começou a derreter, a ponto de nostálgicos deplorarem uma “crise de virilidade”. Os masculinistas acusaram as feministas de tê-los privado de sua soberania natural. O que responder? Que o mal-estar masculino é, sem dúvida, uma realidade massiva e dolorosa, mas a emancipação feminina não é sua causa. A virilidade foi a armadilha na qual o próprio homem caiu ao querer estendê-la à mulher. Ao fazer do mito da superioridade do macho o fundamento das ordens social, política, religiosa e econômica, e ao valorizar a força, o gosto pelo poder, o apetite pela conquista e o instinto guerreiro, ele jus-

tificou e organizou a submissão dela. Com isso, também o homem foi condenado a reprimir as próprias emoções, temer a impotência, odiar a feminização e cultivar o gosto pela violência e pela morte heroica. Ao proibir-se de chorar, substituiu a tristeza pela cólera. O dever de virilidade se tornou um fardo, e “tornar-se homem”, um processo difícil e, por vezes, cruel.

O declínio progressivo das sociedades patriarcais é fato, pelo menos no Ocidente, desde o fim do século 20. Assistimos, então, à lenta, mas, constante reconfiguração das relações entre os sexos e mesmo dos papéis e das representações de cada um deles. O mito da virilidade vem decaindo desde o fim dos grandes patriarcas fazendeiros e da decadência das casas-grandes no século 19, da chegada do voto feminino na República Velha, dos hábitos e comportamentos novos introduzidos pós-guerra, da pílula que corroe as últimas correntes de submissão, do divórcio, da criação de Secretarias de Atendimento Especializado à Mulher, da Lei Maria da Penha, da escolarização e da graduação de tantas mulheres a partir da Nova República, de mudanças no direito da família.

O caminho a percorrer também é longo. Não atingiremos a igualdade sem enfrentar o que restou da cultura patriarcal, ou seja, sem colocar em discussão o masculino como critério de superioridade e medida do mundo. A masculinidade de dominação é trans-histórica: está em todas as partes e em todos os tempos. Por isso, o patriarcado não será abolido por decreto nem por grandes manifestações. Ele tem de perder a legitimidade pelos abandonos da agressividade, da violência, do sexismo e da dominação por parte de homens — que estão, eles também, vivendo intensas mudanças, as quais os convidam a construir novas identidades masculinas, que os estimulem a reinventar a heterossexualidade.

O sociólogo Manuel Castells confirma: a desintegração do patriarcado está diretamente ligada à escolarização de mulheres e sua entrada no mercado de trabalho; à contracepção que lhes permitiu a liberação sexual; e à força de movimentos sociais, como o feminismo e as reivindicações LGBTQIA+, tudo amparado por um “mundo em redes”, no qual as estruturas piramidais e hierárquicas tendem a desaparecer. As reconfigurações familiares e os novos papéis femininos e a emergência de valores pós-modernos — mais centrados na negociação que na força, no diálogo que na violência, na solidariedade que na com-

ENTRE OS ANOS 1970 E 1980, A SEGUNDA ONDA FEMINISTA, O APARECIMENTO DA PÍLULA ANTICONCEPCIONAL, A MIGRAÇÃO DO CAMPO PARA A CIDADE E A EXPLOSÃO URBANA AJUDARAM A MUDAR OS PAPÉIS FEMININOS E MASCULINOS NA FAMÍLIA

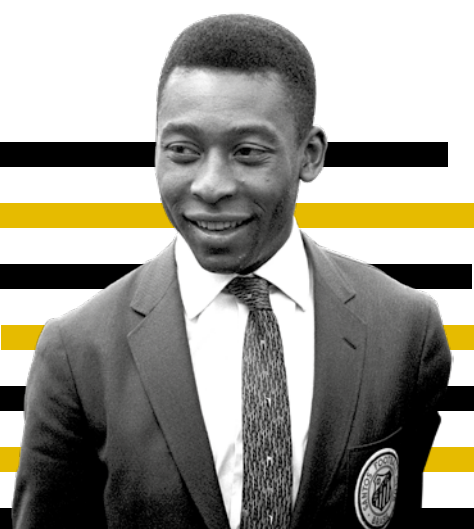
petição — questionam profundamente as novas identidades masculinas desde o fim do século passado. A virilidade ostensiva, o falocentrismo e toda a afirmação excessiva de masculinidade passaram a se tornar motivo de riso.

Não se pode negar que tantas mutações sociais e culturais solaparam a identidade masculina construída, entre nós, desde antes de 1822. As fronteiras entre os gêneros se esfumaçaram. As lições do tempo convidaram a reconhecer uma variedade de modelos, sem que nenhum tivesse predominio sobre os outros. Na prática, porém, a igualdade, tão pensada por cientistas sociais, acabou esbarrando nas práticas, cujo progresso é, lamentavelmente, muito, muito lento — haja vista que, com tantos avanços, só vimos progredir as taxas de violência contra as mulheres. Para a nossa vergonha (e para nossa reflexão também), a cada 15 minutos, uma mulher ainda é estuprada, ao passo que a cada duas horas, outra é assassinada. Apesar das políticas públicas, houve um aumento de 3,2 vezes no número de feminicídios, além da incidência de 35 agressões por minuto, em 2022.

O Estado enfrenta dificuldades em agir, porém, as mulheres vão seguir reagindo. E as primeiras lições já estavam claras, desde 1822: a valorização da educação, como pregava Nísia Floresta; a solidariedade entre mulheres, como demonstraram as signatárias dos pedidos de libertação de Portugal; a resistência contra o preconceito e o racismo, encarnada em Maria Felipa; a luta por mais direitos e respeito, como visto em Maria Quitéria; a valorização do exemplo das antepassadas, bem retratado em Maria Leopoldina; a autonomização da mulher, como encarnada em Domitila de Castro; e (por que não?) a escuta dos parceiros masculinos, como fez Maria Bárbara Pinho de França em sua correspondência com filhos e marido. Há milhares de outros exemplos presentes em ações idealizadas e conduzidas por nossas irmãs do passado. No presente, não precisamos de pena, mas de reconhecimento e coragem.

&

CONTEÚDOS INÉDITOS DO SITE
DA PROBLEMAS BRASILEIROS



Homenagem ao rei

“Criador dos próprios limites.” É como o escritor Jorge Caldeira, imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL), descreve Pelé. Caldeira conta a experiência de ter assistido de perto ao talento do rei do futebol no início da década de 1960, quando passou a frequentar a Vila Belmiro, em Santos. “Se ele estivesse num dia normal, lá pelos 15 minutos do primeiro tempo a questão secundária do placar já estaria decidida: dois (ou três) a zero”, escreve. O perfil publicado na edição #450 está disponível no site da **PB**.

Ilustração: Tiago Araújo

BRASIL PADRÃO FIFA

Manifestações que tomaram as ruas há uma década tornaram o País mais politizado e indignado. Reportagem publicada no site da **PB** analisa as causas e consequências sociais dos protestos que mobilizaram multidões contra a corrupção e por melhores serviços públicos. “Ali foi o momento em que a sensação de crise política foi detectada. De lá para cá, essa percepção não se perdeu mais”, analisa a socióloga Ângela Alonso, referência em estudos sobre aquele período.

Foto: Eduardo Knapp/Folhapress

Regras do jogo

Mudanças abruptas de políticas públicas quando há alternância de governo são prejudiciais à sociedade. À medida que regras com forte impacto econômico são editadas pelo Estado, cresce a insegurança jurídica no dia a dia empresarial. Artigo assinado por Abram Szajman, presidente da FecomercioSP, analisa casos recentes em que o empreendedorismo brasileiro foi penalizado por causa da revisão de decisões tributárias e fiscais dos três poderes. “A retomada dos investimentos depende da previsibilidade na gestão pública”, escreve Szajman.

Como chegamos até aqui

O Congresso Nacional promulgou 14 emendas à Constituição em 2022, número recorde para um único ano desde que a Carta entrou em vigor, segundo a Agência Senado. Às vésperas de completar 35 anos, a Carta Magna de 1988 tem seus limites expostos a cada crise político-econômica. Em tempos de polarização extremada e interpretações divergentes sobre o texto constitucional, relembremos as sete constituições da história do Brasil para entender suas circunstâncias e características.



AUTONOMIA DO PODER PÚBLICO FORTALECE A DEMOCRACIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A autonomia de instituições e profissionais do Poder Público é decisiva para produzir benefícios à sociedade e barrar retrocessos de gestões autoritárias. Dois estudos produzidos com a participação de pesquisadoras da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV Eaesp), e antecipados à imprensa pela Agência BORI em 2023, reúnem aprendizados para a atuação de gestores públicos em prol da democracia e da garantia de direitos da população brasileira.

Em artigo publicado na *Revista Brasileira de Ciência Política* em março, pesquisadores da FGV Eaesp e da Universidade de Brasília (UnB) descrevem a relação conflituosa entre a administração de Jair Bolsonaro e os servidores federais. O estudo mostra como as estratégias de opressão utilizadas pelo governo e de resistência dos funcionários públicos foram sendo modificadas e aprimoradas ao longo da experiência de convivência nos últimos quatro anos. A pesquisa é baseada em entrevistas realizadas em 2020 com 165 servidores federais de 15 órgãos governamentais.

À BORI, a pesquisadora Gabriela Lotta, autora principal do estudo, explica que os representantes do governo apostaram em opressões individuais contra os servidores. Constrangimentos por canais informais, via mensagens de texto e

AGÊNCIA BORI

é um serviço único que conecta a ciência a jornalistas de todo o País. Na BORI, profissionais de comunicação cadastrados encontram pesquisas científicas inéditas e explicadas, além de materiais de apoio à cobertura jornalística e contatos de cientistas de todas as partes do Brasil preparados para atender à imprensa.

Acesse abori.com.br

punições exemplares — como remoção ou exoneração de cargo — a funcionários escolhidos como “bodes expiatórios”, criaram um clima de medo que tornou mais difíceis e custosas as reações dos burocratas. Com isso, as estratégias de resistência dos servidores públicos passaram a ser formais e coletivas, como na contestação de medidas do governo na Justiça e em outras iniciativas com representação de associações e sindicatos, o que evitava a exposição individual.

Segundo a autora, as fragilidades institucionais identificadas pelo trabalho, como o parco acolhimento das instâncias de denúncia, devem servir de aprendizado para o atual governo — afinal, a democracia depende de o Poder Público conseguir exercer plenamente as próprias capacidades de execução e regulação de políticas, a fim de assegurar os direitos básicos dos cidadãos.

FIOCRUZ É EXEMPLO DE SUCESSO

Artigo de pesquisadores da FGV Eaesp e da London School of Economics (LSE), do Reino Unido, destaca o sucesso da parceria entre a farmacêutica AstraZeneca e o laboratório Bio-Manguinhos, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) na produção da vacina contra a covid-19 no Brasil. O estudo de caso publicado na revista internacional *Research Policy* identificou três principais razões para a política exitosa no combate à pandemia no Brasil: a capacidade produtiva do laboratório, a habilidade política da Fiocruz em firmar acordos de transferência de tecnologia e a contribuição da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que flexibilizou regulamentos e acelerou processos diante da gravidade da situação.

Sendo assim, os pesquisadores realizaram entrevistas com informantes-chave da fundação, além de análise de documentos e arquivos. Em entrevista para a BORI, Elize Massard da Fonseca, autora principal do estudo, destaca a tecnologia de Bio-Manguinhos como fator decisivo para o interesse da AstraZeneca na produção com o laboratório brasileiro: “A experiência e o *know-how* com a cultura de células em biorreatores e purificação de proteínas foram cruciais para que Bio-Manguinhos conseguisse simplificar os protocolos de produção — dada a urgência de produzir o imunizante no auge da pandemia de covid-19 e diante de interrupções nas cadeias globais”, aponta a pesquisadora.

Além da *expertise* da instituição pública, o momento político foi favorável para a parceria.

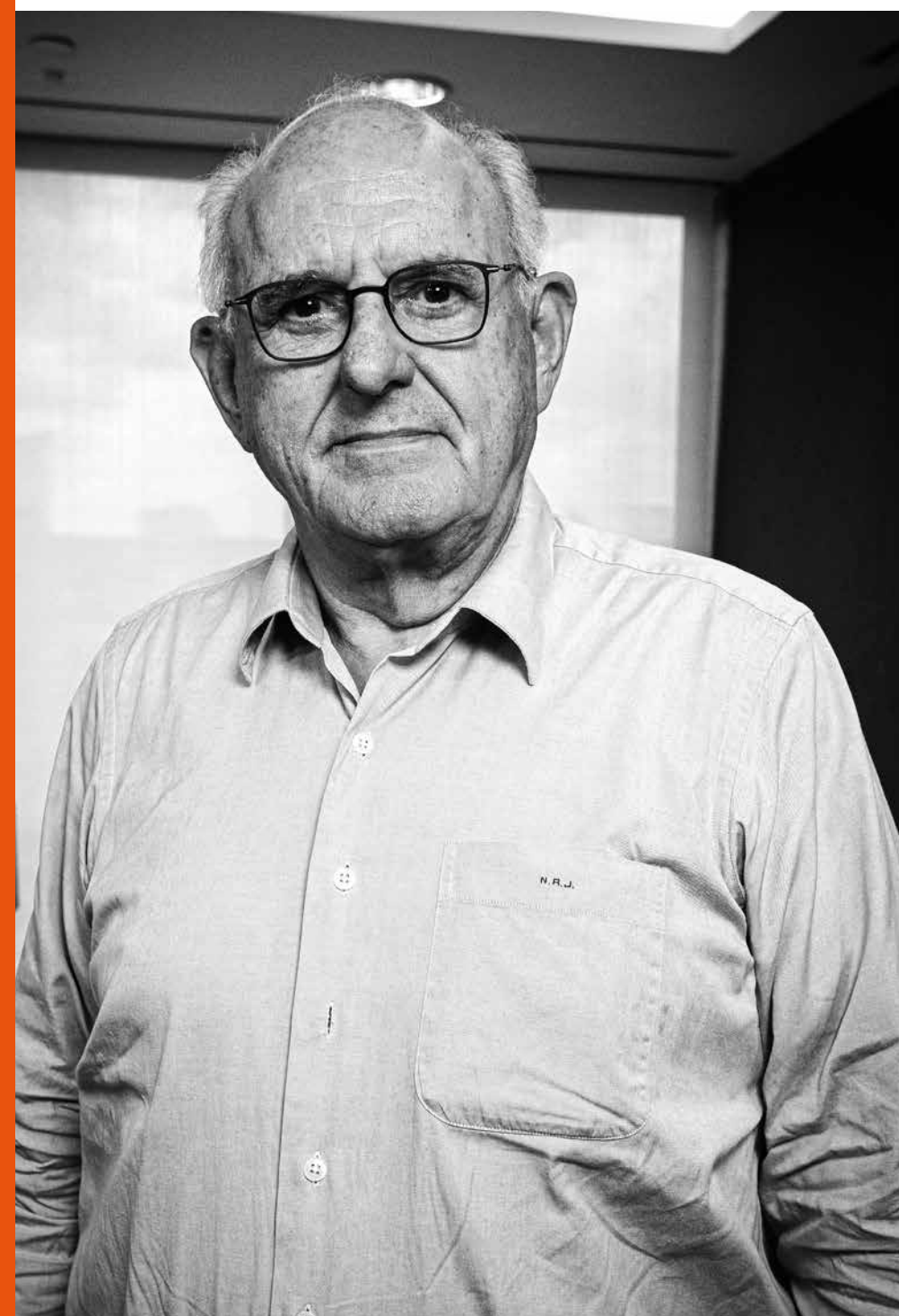
Embora a gestão de Jair Bolsonaro tenha sido marcada pelo negacionismo científico, a concorrência de protagonismo com o Governo do Estado de São Paulo, que, durante a pandemia, apostou no desenvolvimento da vacina Coronavac em parceria com a empresa chinesa Sinovac no Instituto Butantan — em decorrência da expectativa da opinião pública pela produção de um imunizante brasileiro —, representou uma janela de oportunidade para a Fiocruz articular o acordo com a AstraZeneca.

As pesquisas evidenciam os desafios para a manutenção de políticas públicas durante o governo Bolsonaro, mas apresentam a qualificação das instituições e dos burocratas como caminho para o fortalecimento das ações em defesa dos interesses da sociedade. Conhecimento técnico e habilidade política podem caminhar de mãos dadas para produzir bons resultados em áreas fundamentais para o bem-estar da população, como Ciência e Saúde.

Ao garantir a autonomia desses atores e respeitar suas capacidades, os gestores também saem ganhando com o sucesso das iniciativas. A sociedade, por sua vez, ao compreender os processos de formulação de políticas públicas, se aproxima da experiência de cidadania possível somente na democracia.

&

“O STF não é lugar para fazer biografia.”



entrevista
LUCAS MOTA E VINÍCIUS MENDES

Pelo menos desde junho de 2013, a política faz parte da vida dos brasileiros tanto quanto (ou até mais) temas até então insuperáveis, como o futebol. Nesse ínterim, políticos e atores do Judiciário estiveram nos holofotes do País por razões diversas. O jurista **NELSON JOBIM**, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) entre 1997 e 2006, ministro de Estado de Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma e deputado constituinte, participou — ou assistiu de uma perspectiva bem particular — a rugas e excessos na relação entre os três poderes. Ao refletir sobre a judicialização da política, ele alerta para as consequências danosas do ativismo judicial. “O sujeito indicado ao tribunal deve já ter uma biografia. Do contrário, vai usar o STF para esse fim”, diz. Atualmente fora do setor público, Jobim integra o Conselho de Administração do BTG Pactual e também responde pela área de Compliance do banco. Em entrevista à PB, ele traça uma visão transversal do poder.

Da década de 1960 até hoje, quais foram as transformações mais significativas no Brasil?

Um olhar retroativo mostra momentos difíceis, mas foi um período no qual se estabeleceram muitos mecanismos de representação para além dos partidos políticos e, claro, surgiu a internet. Por um lado, ela abriu um espaço de fala muito bom, mas que é controlado por sistemas que formam bolhas — as quais estão criando dificuldades.

O Brasil precisa de uma nova Constituição ou o pacto produzido em 1988 ainda é suficiente para lidar com os dilemas nacionais?

Devemos criar condições políticas de entendimento que também tenham capacidade de administração do nível da divergência. Dito de outra forma: se não dá para resolver o conflito, este precisa ser processualizado em mecanismos institucionais que consigam produzir resolução. Votos, por exemplo. O que necessitamos é ter cabeça para isso.

Como o senhor vê o início do terceiro governo Lula?

Ele teve uma vitória difícil. Não é para ficar eufórico, embora alguns setores do partido do presidente tenham ficado. Se verificarmos os percentuais, veremos que, na verdade, ele foi eleito por cerca de 30% do País. É por isso que precisamos criar um ambiente de redução da polarização. Este governo tem uma série de contradições. Uma delas são os partidos representados em cargos, mas cujos deputados estão na oposição no Congresso. O fato é que Lula encontrou um país diferente do que ele deixou. De lá para cá, agências reguladoras se fortaleceram, o Banco Central ficou mais

independente e houve um empoderamento do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas. O Executivo ainda tem força, mas agora está cercado por uma série de instituições também muito fortes, inclusive a Câmara.

Qual é a avaliação que podemos fazer desse novo quadro?

Que, desde o governo Bolsonaro, a política perdeu a capacidade de resolver conflitos. Nesse processo, começou uma busca para que o STF e os tribunais superiores resolvessem essas divergências, o que acabou gerando o problema da judicialização da política. O STF aceitou esse papel por culpa dos partidos, que levaram a política para dentro da corte. Esse fenômeno, por sua vez, criou um ativismo judicial. Na verdade, o que isso produziu foi o enfraquecimento da política.

Como o senhor observa esse fenômeno?

O que aconteceu foi que, em paralelo ao impeachment de Dilma, deu-se início a uma progressiva criminalização da política. Criou-se ali um ambiente de destruição da política tradicional que culminou na eleição do presidente Jair Bolsonaro em meio a uma ausência completa de alternativas. Foi ali que se iniciou também um desequilíbrio entre os poderes: o Executivo era disfuncional; o Judiciário, poderoso; e o Legislativo, desestruturado. Houve uma invasão de partidos políticos no Congresso, por exemplo, em um processo no qual o Supremo tem responsabilidade, porque julgou como inconstitucional a primeira cláusula de barreira que procurava reduzir esse número de partidos.

O que aconteceu na Câmara, especificamente?

Veja, na Constituinte, institucionalizou-se um processo em que havia o plenário, o colégio de líderes e o presidente da Casa. No colégio, os líderes partidários também tinham uma função “administrativa”: serviam como ponto de ligação dos deputados com a presidência da Câmara e com os ministros do governo. Isso significava que esses líderes tinham autoridade política diante das suas bancadas, mas também uma dependência delas. O colégio era um

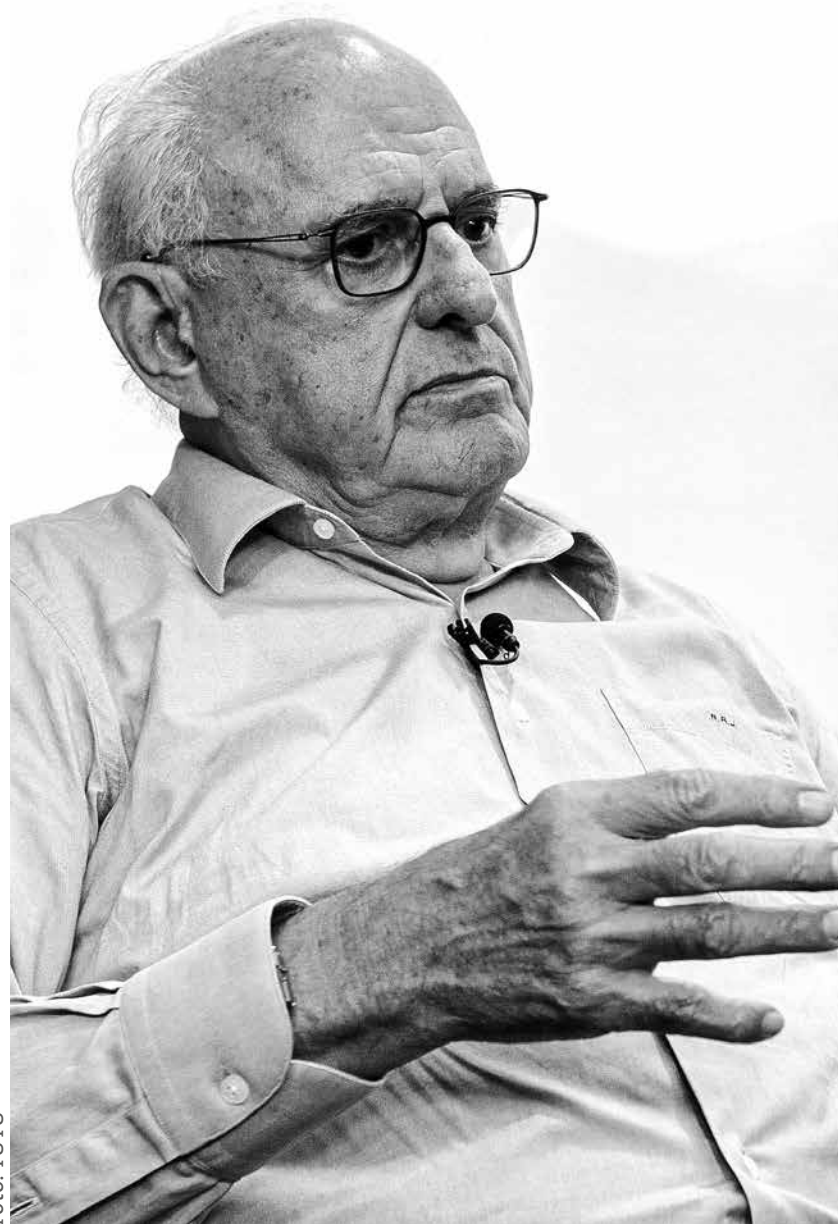


Foto: TUTU



A DECISÃO MONOCRÁTICA É IMPORTANTE QUANDO HÁ URGÊNCIA ABSOLUTA, MAS O CONCEITO DE URGÊNCIA COMEÇOU A SE ESVAZIAR. ENTÃO, SE TIVER MESMO DE DECIDIR COM URGÊNCIA, SUBMETA-SE IMEDIATAMENTE AO PLENÁRIO.

importante elemento do processo decisório. E, olhe, ali já havia muitos partidos no Congresso. Por isso, era necessário um organismo que produzisse entendimento entre eles. Essa estrutura durou até o conflito entre PSDB e PT sobre a candidatura à presidência da Câmara [em 2005]. Para derubar o candidato petista no segundo turno [Luiz Eduardo Greenhalgh], a bancada do PSDB acabou votando no deputado Severino Cavalcanti [PP/PE], que era considerado “avulso”. Quando ele assumiu, aquela estrutura começou a morrer, já que, dali em diante, os parlamentares passaram a ter acesso direto ao presidente da Câmara. Depois que Cavalcanti se afastou, em meio a um escândalo de corrupção, os presidentes seguintes passaram a gostar dessa postura bonapartista. Ali, os líderes partidários perderam importância, enquanto a presidência se fortaleceu.

Nesse sentido, por que o semipresidencialismo seria uma alternativa melhor ao que temos hoje?

Porque cria responsabilidade política do parlamento. Se você olhar para o sistema presidencialista francês da Constituição de 1958, perceberá que tinha um presidente forte eleito diretamente — na época, o [general] Charles de Gaulle — e um primeiro-ministro escolhido dentro do partido majoritariamente eleito. Nesse sistema, se houver algum problema de governabilidade com o gabinete ou com o parlamento, o presidente terá mais condições de resolver, substituindo o primeiro-ministro ou convocando novas eleições. É um mecanismo de responsabilidade. No Brasil, tenho medo de que o impeachment se transforme nesse mecanismo de substituição.

O que significa criar responsabilidade para o parlamento?

Que o parlamentar, ao votar, saiba que está correndo risco, inclusive de concorrer à reeleição. No semipresidencialismo, havendo uma mudança do gabinete do primeiro-ministro ou convocando novas eleições, há um espaço maior de entendimento. Isso criaria condições de governabilidade.

Como o senhor entende a possibilidade institucional da decisão monocrática no Supremo?

Não deveria ter. A decisão monocrática é importante quando há uma urgência absoluta, mas o conceito de urgência começou a se esvaziar. Então, se tiver de decidir com urgência mesmo, submeta-se imediatamente ao plenário. Você vê que algumas medidas monocráticas já chegaram a paralisar algumas coisas, porque ficam mais de 12 meses e não são levadas para decidir o mérito. Aí, quando chegam lá, o mundo já mudou, e aquela posição ficou consolidada. Mas a nova administração do Supremo agiu bem: deu um prazo para a decisão e, dentro dele, uma exigência de se levar ao plenário. O ponto é que o Supremo não pode ser um ambiente de afirmações individuais. Não é um local para formação de história própria.

É uma questão contemporânea que a Corte deverá enfrentar?

Na época do ministro Marco Aurélio [*ministro do STF entre 1990 e 2021*], criou-se a TV Justiça com o objetivo de melhorar a transparência dos governos. Essa transparência deu lugar à visibilidade individual. Hoje, todo mundo sabe quem são os ministros do STF, mas ninguém conhece os membros da seleção brasileira de futebol. Isso não é bom.

Dá para reverter?

Os mecanismos internos de decisão estão sendo mudados. Eu sustento há muito tempo (e aprendi lá, como ministro) que o Supremo não é lugar para fazer biografia. O sujeito indicado à Corte deve já ter uma biografia, porque, do contrário, ele vai usar o STF justamente para esse fim. Isso já aconteceu várias vezes. A forma menos sofisticada de fazer isso dentro do Supremo é entrar lá e começar a tomar decisões contra os interesses do governo que indicou, em uma tentativa de mostrar independência; ou é isso ou o ministro acaba se tornando “representante” do governo. Não é absolutamente assim, embora essas coisas estimulem condutas de oposição nas votações, com o efeito da visibilidade. Isso também acontece quando existe uma jurisprudência formada sobre um tema e um ministro começa a bater nela para tentar mudá-la.

O senhor tem atuado como ponto de contato entre o governo atual e os militares. Essa relação é conflituosa?

A desestruturação começou quando houve uma militarização do Ministério da Defesa. Nós havíamos desenhado uma estrutura com uma parte civil, na qual estava a Secretaria-Geral, e outra militar. Em determinado momento do governo Dilma, um ministro [*Aldo Rebelo*] designou um militar [*general Joaquim Silva e Luna*] como chefe dessa secretaria. Esse militar permaneceu durante todo o mandato dela e, depois, também no início do período Temer. Daí, quando o presidente Michel Temer resolveu criar o Ministério da Segurança Pública, o então ministro da Defesa [*Raul Jungmann*] assumiu a pasta nova — e, com isso, aquele militar virou ministro da Defesa. Ali estava dado o processo de militarização que Bolsonaro encontrou quando chegou ao poder.

Ele se aprofundou a partir dali?

Se o ministro civil está falando, ele é um civil. Agora, se você coloca um militar à frente do ministério, logo, você ouve aquele discurso como se fosse das Forças Armadas. Esse tipo de coisa é incompatível.

E hoje, como essas partes se relacionam dentro do governo?

Não vejo dificuldade nenhuma entre Lula e os militares. É uma relação boa. Existiu algo no início, mas as coisas estão compostas. O atual comandante do Exército [*Tomás Paiva*] tem uma visão democrática, e os comandantes das outras forças são extraordinários. Eles voltaram os militares para suas atividades específicas e necessárias. É bom lembrar que o segundo governo Lula foi um período de revisões na posição das Forças Armadas.

O que fez o Brasil produzir uma extrema direita antidemocrática, como se viu nos ataques de 8 de janeiro?

A radicalização se alimentou dos dois lados. A criminalização da política foi um instrumento muito utilizado pelo Ministério Público e pelos tribunais, que acabou afastando todo mundo e fazendo surgir uma figura nova [*Jair Bolsonaro*]. No meu ponto de vista, Bolsonaro tem autoridade política. Ele é apoiado por muita gente porque capitaneou um determinado tipo de desajustes e de desgostos. Do outro lado, a

esquerda tem um problema: ficou muito identitária, estabelecendo divisões dentro da sociedade. Bom, tudo isso só se resolve pela política.

O senhor concorda com a constatação de que o Brasil deve fazer reformas para se desenvolver? Quais são elas?

Claro. Nisso entram os problemas econômicos. Tem aquela divergência, que acho equivocada, em que um lado quer só responsabilidade fiscal e outro quer fazer prevalecer a responsabilidade social. Na verdade, é preciso um instrumento de compatibilização entre ambas. É o que está sendo feito pelo ministro [*da Fazenda*] Fernando Haddad. No governo anterior, havia um privilégio absoluto de um liberalismo em que a responsabilidade fiscal era determinante — e, não à toa, funcionou em termos de estrutura fiscal. Só não funciona em termos de população. Hoje, você vai no centro de São Paulo e vê o tanto de gente que está vivendo na rua. E daí tem um problema de insensibilidade da alta classe média, que não vê esse problema como se fosse dela também. É como se aquelas pessoas não existissem. Em muitas reuniões que participo, jantares, conversa fiada, às vezes pergunto: “Você tem ido ao centro de São Paulo?”. Tem gente que não vai lá há dez anos.



ASSISTA À
ENTREVISTA
NA ÍNTEGRA

&

Lula encontrou um país diferente do que ele deixou. De lá para cá, agências reguladoras se fortaleceram, o Banco Central ficou mais independente e houve um empoderamento do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas.

QUE FUTURO É ESSE?

texto VINÍCIUS MENDES | ilustração PAULA SECO

“Lá vem o Brasil descendo a ladeira.” A frase, que surgiu na capa do álbum de 1979 do compositor baiano Moraes Moreira — e que dá nome à canção mais famosa do disco —, virou expressão comum para manifestações contra os problemas nacionais. Nos episódios que atualizam as crises políticas ou na publicação de um novo indicador econômico negativo, a citação aparece sempre para sintetizar as desilusões mais sinceras com o nosso futuro.

O paradoxo entre a história da composição da música e o que a frase se tornou — escrita por Pepeu Gomes e Moreira em homenagem a João Gilberto, que, ao observar uma mulher saindo do morro de uma favela no Rio de Janeiro, exclamou, encantado: “Olha lá o Brasil descendo a ladeira” —, é ilustrativo do próprio País, em que otimismo e pessimismo com o que está por vir costumam se confundir. Ora o Brasil é narrado repleto de potencialidades para si e para o mundo, ora é descrito como uma nação travada por suas próprias limitações.

POTÊNCIA GLOBAL?

O campo ambiental talvez seja o exemplo mais perene dessa complexidade. “É um lugar potente do Brasil no mundo e, ao mesmo tempo, onde coexistem muitos desafios. As soluções são mais internas do que externas”, observa o coordenador do Programa Política e Economia Ambiental do Centro de Estudos em Sustentabilidade (CES) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Guarany Osório.

O Brasil deve incorporar, na opinião de Osório, as questões de sustentabilidade nos seus projetos de desenvolvimento, o que ainda não

acontece. “De um lado, o mundo está demandando cada vez mais produtos e serviços verdes que o País tem condições de suprir, ou seja, de se colocar de outra forma no mercado internacional”, analisa, ao mencionar a capacidade nacional de gerar energia limpa com biocombustíveis (como o etanol). “De outro, estamos expostos a riscos significativos. Basta pensar que se a temperatura do planeta aumentar, o Brasil será um dos países a sofrer os impactos mais intensos”, completa.

Na ordem do dia, já se observa uma relação de prioridades: o mercado financeiro e entidades representativas, como a própria Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), esperam que o governo avance em uma regulação do mercado de carbono, que causaria impacto não apenas a grandes emissores, mas também a pequenos negócios. Consultorias ligadas ao setor sugerem que, até 2050, a comercialização desses créditos teria condições de movimentar US\$ 100 bilhões e criar mais de 8 milhões de empregos, fazendo o Brasil suprir até um quarto (22%) da demanda de países que já empreenderam alguma regulação, como Estados Unidos e Japão. Dados como esse indicam um futuro inevitável em que o País assumiria um lugar de potência global.

O próprio universo empresarial tem corroborado essa perspectiva e apresentado soluções criativas, que envolvem desde a exploração sustentável (e tecnológica) dos recursos florestais brasileiros, passando pela elaboração de sistemas, como Logística Reversa (LR), até chegar a investimentos como a infraestrutura de captação eólica no Nordeste — que já figura como modelo internacional. Nesse último cenário, aliás, o Brasil surge com uma potência: enquanto a Agência Internacional de Energia (IEA) tem como meta que as fontes renováveis correspondam a 30% da matriz energética global até 2030, essa taxa já é de 48% por aqui. A média mundial é de 14%.

No campo elétrico, a situação é ainda mais favorável à estrutura nacional, já que a geração renovável do País engloba 85% da produção total, enquanto nos outros países, essa média é de apenas 30%.

O mundo observa todos esses movimentos com atenção, quando não age efetivamente: em abril deste ano, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, anunciou um investimento de US\$ 500 milhões (R\$ 2,5 bilhões) no Fundo Amazônia por um período de cinco anos. A medida

aguarda aprovação do congresso norte-americano. O dinheiro chegaria após a floresta perder 10,5 mil quilômetros quadrados de área verde em 2022, o equivalente a 3 mil campos de futebol. Os dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) mostram que foi o maior desmatamento em 15 anos.

“Derrubar a floresta é um péssimo negócio para o Brasil. Não apenas do ponto de vista econômico, porque há toda uma economia possível em torno dela, mas também no aspecto climático propriamente, já que a regulação da região cria condições para outros campos econômicos”, explica Osório, da FGV. O acadêmico ressalta que o caminho deve ser o contrário: utilizar a floresta para produzir desenvolvimento e valor agregado.

NOVO MUNDO

A qualificação da mão de obra é outro desafio. Não se trata de uma discussão inédita, mas que ganhou contornos de novidade nos últimos anos com a irrupção da chamada economia digital, repleta de novas ferramentas e usos nas tarefas cotidianas de diversos nichos produtivos.

Tudo faz parte de um momento definitivo da história mundial, em que as sociedades estão deixando de ser industriais e caminhando para lógicas digitais. O Brasil não perdeu o bonde, mas não tem lugar garantido no que vem por aí. “As competências que o mercado de trabalho precisava há duas décadas tinham um período de validade mais longo comparado às demandas atuais, em que a tecnologia chega às empresas com rapidez, mudando modelos de negócio, outras competências e uma série de processos”, afirma Andriei Gutierrez, cientista político que preside o Conselho de Economia Digital e Inovação (CEDI) da FecomercioSP.

Os números dão uma dimensão do que há de potencialidade e de limite: de um lado, uma pesquisa do Instituto Locomotiva em parceria com a consultoria PwC mostra que, no ano passado, cerca de 34 milhões de brasileiros nem sequer tinham acesso à internet. Um universo de outros 86 milhões encontravam dificuldades para se conectarem todos os dias. No campo empresarial, no começo deste ano, considerando apenas o Rio de Janeiro, 6 em cada 10 negócios diziam não conseguir encontrar profissionais com competências digitais para suprir as demandas, de

Ora o Brasil é narrado repleto de potencialidades para si e para o mundo, ora é descrito como uma nação travada por suas próprias limitações

acordo com uma pesquisa do Sebrae carioca. Diante disso, precisam retardar os projetos de transformação digital.

Por outro lado, as instituições de ensino notam um aumento robusto na demanda por cursos ligados à tecnologia, na mesma tônica de outros países. Há alguns anos, olhando para o Brasil, o Banco Mundial apontou que o País deveria mudar as normas trabalhistas que aumentavam os custos de empregabilidade e priorizar investimentos em capacidades cognitivas superiores, como a comunicação. Ao que parece, esse processo ainda está longe de terminar.

Para Gutierrez, o ponto é adaptar o ideal ao real. “Temos de construir um projeto de qualificação digital em um país com dificuldades para se financiar, com uma máquina pública ineficiente e um déficit educacional muito grande. É até por isso que o primeiro passo seria fortalecer a educação de base, não apenas com conteúdo já presente nos currículos, mas também com novas abordagens, como engenharia e computação”, sugere.

No cotidiano das empresas, o presidente do CEDI é ainda mais enfático: a velocidade no surgimento de novas ferramentas exigirá que os profissionais se requalifiquem pelo menos uma vez por ano, quando não em períodos menores, como em intervalos trimestrais. “É só assim que eles conseguirão desempenhar melhor o seu papel, e os negócios, por sua vez, vão poder inovar e serem mais competitivos.”

Recentemente, o CEDI mapeou as dificuldades que as empresas encontram para realizar a transformação digital. Com base no diagnóstico, elaborou um documento com propostas para ajudá-las — definindo o que é mais prioritário nessa agenda. O relatório tem dois eixos temáticos centrais: a promoção de políticas públicas que façam a economia digital avançar e o trabalho de manter uma segurança jurídica. “É uma responsabilidade social do Estado, mas compartilhada com a iniciativa privada”, afirma.

OS PROBLEMAS DE SEMPRE

Se o Brasil desce a ladeira olhando para os problemas vindouros, traz consigo também boa parte da carga do passado — que, no prisma do presente, refazem os dilemas do futuro. É assim que, ao olhar para a perspectiva ambiental, vê-se não apenas o caminho aberto ao Brasil pelo mundo, mas também todo o histórico crítico da relação entre a sociedade e sua potencialidade verde. Da mesma forma, qualificar a mão de obra digitalmente exige um retorno aos problemas estruturais do acesso à educação e do déficit educacional, para não mencionar o desequilíbrio regional entre ofertas de cursos profissionalizantes e universitários.

Para o cientista político Paulo Nicolli Ramírez, professor na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), a tentativa mais eficaz de resolver as deficiências estruturais aconteceu na década passada, alçando as pessoas como consumidoras mais do que cidadãs. Se, por um lado, ocorreu uma transformação prática na vida do cidadão, por outro, manteve (e até aprofundou) muitos desses dilemas sociais. “Todo mundo tinha celular, carro, televisão, mas em nenhum momento se procurou reduzir os índices de miséria”, afirma Ramírez. “Esse paradoxo gerou fenômenos curiosos, como uma certa ostentação nas periferias brasileiras a partir de mercadorias que as famílias podiam comprar, enquanto a escola do bairro permaneceu sucateada, as casas sem saneamento básico e com uma segurança pública muito ruim”, discorre. O cientista conclui com uma percepção curiosa sobre o cotidiano do Brasil profundo: “Quando se trata de direitos, é muito mais comum um brasileiro citar o Código de Defesa do Consumidor do que a própria Constituição”.

Entre potências e limites, oportunidades e contradições, o Brasil segue descendo a ladeira em direção a um futuro promissor e desafiador na mesma intensidade. Se o que vier de agora em diante, porém, seguir no samba cantado por Moraes Moreira, os próximos anos serão melhores. Afinal, “quem desce do morro não morre no asfalto”.

OPORTUNIDADES CONCENTRADAS

Falar da estrutura do País nos últimos anos é observar, justamente, uma base social que se mantém intacta, embora não sem alterações. O Índice de Gini nacional, que mede a desigualdade em sociedades diferentes em uma escala de 0 a 1 (quanto maior, mais desigual), era de 0,625 no ano de 1977. Em 2020, caiu para 0,535, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Isto é: o coeficiente, que leva em conta a renda domiciliar da população para calcular a diferença entre as famílias, até caiu, mas não tanto quanto precisava. Fica mais fácil de entender quando analisamos os dados mais recentes da Pnad Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — hoje, a parcela 1% mais rica do País tem uma renda 32,5 maior do que a metade do Brasil que concentra os menores rendimentos.

Nos últimos anos, estudos se dedicaram a mostrar os impactos disso na educação, encontrando padrões perniciosos para o amanhã. Um deles, produzido pelo Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS) há dois anos, apontou que mais da metade da população (58%) interrompe o ciclo escolar sem terminar o ensino médio, repetindo, assim, a experiência escolar dos pais. Para Ramírez, da FESPSP, transformações recentes em áreas correlatas, como Saúde e Segurança, foram mais instrumentais do que socialmente balizadas. “Investimos milhões de reais em viaturas de polícia, mas não injetamos dinheiro em políticas antirracistas, por exemplo, que evitem a violência policial, ainda mais contra a população mais pobre e negra. Esse é um grande dilema.”

Eduardo Knapp/Folhapress



Em primeiro plano, a favela de Paraisópolis, em São Paulo. Ao fundo, o bairro do Morumbi

PAÍS DE EXTREMOS

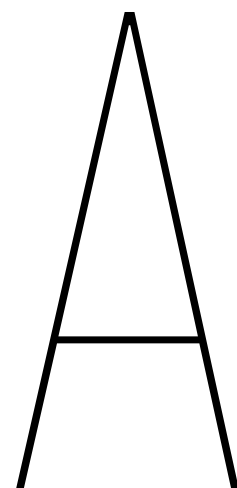
texto LUCAS MOTA

Apesar do recuo ao menor nível em dez anos, a desigualdade de renda segue revelando um abismo de oportunidades no Brasil.

O rendimento médio mensal domiciliar per capita chegou a R\$1.586 no ano passado, uma alta de 6,9% frente a 2021, quando foi registrado o menor valor (R\$ 1.484) do levantamento, iniciado em 2012. A Região Nordeste tem o menor rendimento (R \$1.011), enquanto a Sul, o maior (R\$ 1.927). Os números são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada em maio de 2023.

Diante do aumento de valor dos programas de transferência de renda e da recuperação do mercado de trabalho pós-pandemia, o índice de Gini ficou em 0,518, também consolidando melhora em comparação ao dado de 2021 (0,544) — quanto maior o Gini, maior a desigualdade.

A gravidade do problema é evidenciada quando se observa o rendimento médio de 1% da população que ganha mais (renda domiciliar per capita mensal de R\$ 17.447), 32,5 vezes maior que o ordenado médio dos 50% que ganham menos (R\$ 537). Em 2021, essa relação era de 38,4 vezes.



bori agência

mapeamos a ciência brasileira inédita e disseminamos para rádios, TVs, jornais e sites de todo o país. conheça nosso trabalho, **apoie!**

www.abori.com.br
@agencia_bori
bori@abori.com.br



Certificado com rapidez e praticidade? Certifica!

A FecomercioSP quer facilitar a sua vida na hora de adquirir ou renovar o certificado digital: além de firmar parceria com uma das maiores empresas do mercado, a **Serasa Experian**, está oferecendo **desconto exclusivo e imperdível de 20% para associados e associadas.**



Procurando o melhor certificado? Acesse o QR Code.

FECOMERCIOSP
REPRESENTA MUITO PARA VOCÊ

serasa
experian